

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 9 de Fevereiro de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1105 • Director: Carlos Brito

Afastar o PSD do governo

Nota da Comissão Política

Pág. 5

Carlos Carvalho no 5.º Congresso Regional do PCP/Açores

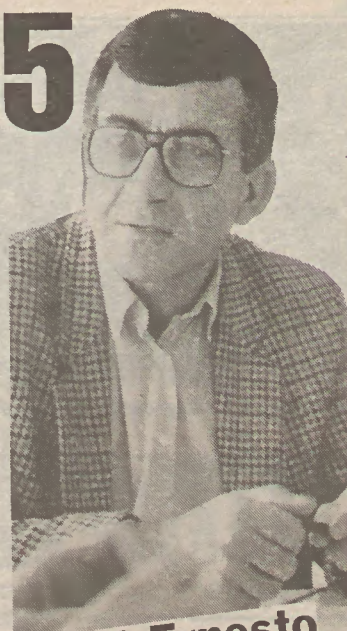
Há perspectivas reais de mudança

Reportagem

por Henrique Custódio Centrais



**1995
deve
ser
o ano
das
40
horas**



José Ernesto Cartaxo

Pág. 19

***A batalha
democrática
das eleições***

• Pedro Ramos de Almeida Pág. 25



Editorial Castigar os «irresponsáveis»



Realizou-se o V Congresso Regional do PCP-Açores

RESUMO

1
Quarta-feira

Mário Soares, em Estrasburgo, critica a passividade de Portugal na Europa ■ Luís Monterroso, ex-presidente da Câmara da Nazaré, é condenado a três anos de prisão, por falsificação de documentos e burla agravada ■ A resistência timorense denuncia que o governo indonésio recorre a mercenários para aterrorizar a população ■ Os jornais italianos noticiam que os magistrados de Milão se preparam para abrir um novo inquérito judicial contra Silvio Berlusconi ■ O Ministério Público da Rússia emite um mandato de captura contra Djokhar Dudaiev, «por traição à pátria» ■ Bill Clinton anuncia que garante o empréstimo de 20 mil milhões de dólares ao México, com base num fundo especial que tem à sua disposição ■ Na Holanda, vários diques estão ameaçados devido ao nível das águas do mar ■ Inicia-se o Fantasporto, o Festival Internacional de Cinema do Porto.

2
Quinta-feira

O Governo diz estar disposto a pedir 60 milhões de contos de indemnização à Renault, caso esta decida sair da fábrica de Setúbal ■ Yasser Arafat, o rei Hussein, Hosni Mubarak e Yitzhak Rabin reúnem-se no Cairo, procurando salvar o processo de paz no Médio Oriente ■ O Equador rejeita a proposta peruana para estabelecer uma zona desmilitarizada na região fronteiriça ■ Devido às cheias, várias cidades holandesas são completamente evacuadas ■ Uma parte da liderança do FIS condena o atentado bombista do início da semana, enquanto outra admite que os responsáveis foram guerrilheiros islamitas.

3
Sexta-feira

Os trabalhadores do Hotel Atlantis organizam uma manifestação, no Funchal, contra o despedimento colectivo e o encerramento da unidade ■ A Procuradoria Geral da República anuncia que o presidente da CIP vai ser convocado para esclarecer as acusações de que os partidos e a administração pública obrigam as empresas a pagar, em troca de favores nos concursos públicos ■ O subsecretário de Estado da Cultura declara que é do «interesse do país» a construção da barragem do rio Côa ■ Inicia-se o Seminário Nacional contra a Violência, em Lisboa ■ O Peru e o Equador chegam a um acordo de princípio para pôr termo aos combates entre os exércitos dos dois países.

4
Sábado

Inicia-se, em Ponta Delgada, o V Congresso Regional do PCP-Açores ■ O PCP promove uma acção de contacto directo com a população, esclarecendo os aspectos mais salientes da situação social ■ O Presidente da República recebe uma missão de arqueólogos da UNES-

CO, que se encontra em Portugal a estudar as gravuras de Foz Côa ■ Fontes militares indonésias confirmam a morte de oito activistas timorenses em Janeiro de 1994 ■ Na Holanda, o perigo de os diques cederem à pressão da água é afastado e 55 mil pessoas são autorizadas a regressar a casa ■ O principal organismo de oposição a Dudaiev condena as tropas de Moscovo por «bombardeamentos bárbaros e sem sentido» a bairros civis de Grozny.

5
Domingo

Nos Açores, Carlos Carvalhas considera que actual situação portuguesa «exige uma profunda viragem na vida política e não operações de maquilhagem» ■ Xanana Gusmão admite a hipótese de deixar temporariamente a prisão para as negociações com a Indonésia ■ Os diplomatas do Peru e do Equador fracassam nas negociações do Rio de Janeiro ■ Em Munique, os dirigentes da Croácia e da Bósnia chegam a acordo sobre um plano para salvar a federação croato-muçulmana.

6
Segunda-feira

É apresentada a XIV Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática, organizada pela JCP ■ Cerca de 350 metalúrgicos da Trofa cortam a Estrada Nacional Porto-Trofa e a linha de caminho-de-ferro ■ A Austrália diz que o julgamento de Timor Gap é um caso errado, contra a parte errada ■ Manuel Carrascalão diz que um grupo de terroristas mascarados assassinou oito timorenses, conhecidos pela sua posição pró-independência ■ Yasser Arafat condena duramente o atentado de hoje que matou um israelita ■ Os peruanos anunciam o lançamento da última fase da sua ofensiva militar ■ A «campanha de sensibilização» para as eleições presidenciais começa em todos os departamentos da Argélia ■ O presidente mexicano utiliza, pela primeira vez, um tom nada conciliatório em relação à guerrilha zapatista ■ A UNESCO promove, em Paris, as Jornadas para a África ■ Em Nova Iorque, mais de cem países reúnem-se para negociar a convenção sobre a mudança climática.

7
Terça-feira

Jorge Sampaio formaliza a sua candidatura à Presidência da República, afirmando-se um «socialista» que «reclama a herança dos valores republicanos». O PS congratula-se com a decisão, o PSD pretende que Sampaio renuncie à presidência da Câmara de Lisboa e o CDS quer eleições intercalares para o município ■ O PS apresenta na AR uma proposta para que os jovens que completem 18 anos até às próximas eleições possam votar ■ Começa no Bailundo o VIII Congresso da Unita, com os acordos de Lusaca em pano de fundo ■ Recomeçam as negociações entre a OLP e Israel, no Cairo.

Castigar os «irresponsáveis»

O mais curioso na guerra da sucessão do PSD é a desfaçatez do discurso com que os diferentes pretendentes tentam «desfazer-se» da herança do cavaquismo.

Para quem os ouviu ainda há tão pouco exaltar a «obra gloriosa» do «homem do leme», não pode deixar de parecer estranho que nenhum dos candidatos assuma o desejo e o compromisso de continuá-la.

Todos insistem na necessidade da «renovação», da «renovação de tudo», chegam a dizer. Ora «renovação» neste discurso significa demarcação, separação, alteração.

Cada pretendente anuncia ser mais capaz de renovar do que os concorrentes e é com este título que procura conquistar as audiências.

Como são todos eles figuras que nasceram e cresceram com o cavaquismo, desempenhando postos de maior responsabilidade nos governos de Cavaco Silva, especialmente no último, a ânsia de demarcação e de desresponsabilização que agora revelam transforma-os em verdadeiros irresponsáveis.

O próprio Marcelo Rebelo de Sousa, dando-se conta do caricato da situação em que o seu partido está mergulhado e receando pela credibilidade da mesma, recomendava aos correligionários nos microfones da TSF: «esta gestão da renovação tem que ser feita com algum pudor».

Claro, ele só reprova o exagero; no mais, é o velho estilo laranja em períodos de crise, isto é, pretender ser Governo e oposição ao mesmo tempo.

Sublinhe-se, da nossa parte, que a presente guerra pela liderança do PSD está a pôr em evidência tanto o reconhecimento por este próprio partido do efectivo falhanço da sua governação, como a tentativa de arredar essa matéria do debate eleitoral e chegar às eleições com uma equipa fingidamente desresponsabilizada dos calamitosos prejuízos causados ao nosso povo e ao nosso país.

Ao renegar, ainda que hipocritamente, a obra do seu Governo, o PSD reconhece o agravamento da situação nacional por ele provocado e a razão que assiste aos que protestam e lutam contra a sua política.

Mais, ao vir manhosamente e com objectivos eleitoralistas advogar a necessidade de «renovação», da «alteração» e da «rectificação», o PSD

acrescenta argumentos suplementares a favor da demissão do Governo e da antecipação da consulta ao eleitorado.

É fundamental, no entanto, desmascarar permanentemente e combater firmemente a manobra de desresponsabilização que o PSD está e ensaiar, como se todos os atentados da governação de Cavaco Silva não fossem atentados do próprio PSD e pessoalmente daqueles que se pretendem apresentar como «irresponsáveis».

Neste caso, os «irresponsáveis» devem ser implacavelmente castigados.

Previendo a manobra que agora está ser claramente desenvolvida, o PCP já alertava no debate da moção de censura, em 26 de Janeiro: «As responsabilidades não vão com o chefe, por mais que, como é seu hábito, o PSD ensaie a partir do próximo Congresso a reque-

A presente guerra pela liderança do PSD está a pôr em evidência tanto o reconhecimento por este próprio partido do efectivo falhanço da sua governação, como a tentativa de arredar essa matéria do debate eleitoral e chegar às eleições com uma equipa fingidamente desresponsabilizada dos calamitosos prejuízos causados ao nosso povo e ao nosso país.

tada manobra de, falsamente renovado, distanciar-se dos malefícios das suas próprias políticas.»

Na verdade, o PSD tenta distanciar-se dos malefícios e do clamor de protestos que eles provocam, conservando tudo que é essencial na sua política de direita entretida com as orientações e receitas de Maastricht.

Ora, a continuação da mesma política, sejam quais forem as pessoas ou os partidos que a executem, conduzir-se sempre a resultados desastrosos semelhantes aos que agora praticamente todos reconhecem.

A persistir a mesma política, persistirá a degradação social em que o país se debate, com o desemprego, a precarização, os baixos salários, os salários em atraso, a marginalização e a exclusão. Persistirá a desregulação da legislação laboral e a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores. Persistirá a agonia da agri-

cultura, a desindustrialização, o desmantelamento do aparelho produtivo. Persistirá e aumentará o fosso que nos separa do «pelotão da frente» dos países da União Europeia. Persistirá a concentração monopolista, com o poder económico a sobrepor-se ao poder político e a pressionar a descaracterização do regime democrático e a sua preversão autoritária.

Isto não acontecerá apenas com governos do PSD, acontecerá também com governos do PS, se este partido adoptar, como há múltiplas razões para reear, seja por influência do poder económico, seja por influência da sua família comunitária, uma política de direita semelhante à do PSD, especialmente nas áreas económica e social.

O que tem vindo a público da parte do PS, nomeadamente, as declarações dos seus porta-vozes e outras figuras gradas nas áreas financeira, económica e social, e até intervenções do Secretário-Geral, não atenuam e até agravam esta preocupação.

A grande viragem que o país reclama exige uma nova política, compreendendo um projecto coerente e soluções de esquerda.

Foi desta nova política que Carlos Carvalhas salientou, ao intervir, no passado domingo, no Congresso Regional dos Açores, do PCP: «Um desenvolvimento harmonioso e solidário, que tendo em conta o fenómeno da internacionalização das economias, da mundialização das actividades produtivas e dos processos de integração, edifique uma base económica nacional modernizada, mais diversificada e melhor inserida nas tendências mais avançadas dos processos produtivos à escala europeia e internacional.»

A perspectiva da nova política está a ser notoriamente enriquecida em toda a actividade do PCP, em especial, pelas múltiplas iniciativas (neste momento mais de uma centena já realizadas) em que se desdobra o «Debate com o país», abrangendo todas as áreas importantes da vida nacional.

A perspectiva da nova política tem sido igualmente impulsionada pela luta dos trabalhadores que a tem adoptado, nas acções concretas e nas grandes jornadas, como resposta global aos problemas mais agudos que estão a enfrentar.

A necessidade de uma nova política, implicando a clara rejeição da ruína política de direita e a opção por verdadeiras soluções de esquerda, é a questão central que está colocada nas batalhas políticas em curso e o desafio que se colocará ao nosso povo nas próximas eleições legislativas.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 795 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7ª-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00, CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,
— 1100 Lisboa
Tel: (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef: (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhó — 2710 Sintra
Telef: (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B.L. 227 — 4470 Maia
Telef: (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef: (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa
— Telef: (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00

25 números: 3 487\$50

ESPAÑA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A metade que falta

A Comunicação Social Portuguesa (CSP) é grande, muito grande. Tão grande que, ao contrário, por exemplo, das laranjas que apenas têm duas metades; ou dos salários dos trabalhadores que, na melhor das hipóteses, não passam de uma metade, a CSP dispõe, para já e pelo menos, de três metades. Três metades que utiliza, sábia e criteriosamente, numa manifestação plural única.

No momento actual, a primeira metade da CSP é preenchida com as transferências futebolísticas. Assim, sabe-se que o Parma teria manifestado interesse na aquisição de Fernando Nogueira e, segundo consta, o defensor laranja teria já assinado o respectivo contrato de promessa. Diz-se e afiança-se, por outro lado, que a Juventus fez chegar a Durão Barroso uma proposta com tantos zeros que o ex-fogoso extrema-esquerda não teve hipóteses, sequer, de hesitar. Consta ainda que o Milão não desdenharia ver o seu plantel enriquecido com a presença de Santana Lopes a quem teria já feito chegar uma sedutora proposta. Ao contrário do que foi noticiado, garanto que nenhum destes três clubes, nem qualquer outro até agora, se mostrou interessado em Cavaco Silva que, segundo se diz, está a pensar na carreira de

treinador e tem os olhos fitos na equipa de Boliqeime.

A segunda metade da CSP tem sido ocupada com uma questão igualmente assinalável: a corrida à liderança laranja. Os três candidatos desdobram-se em talentosas exibições das respectivas capacidades e qualidades individuais e somam os aplausos e os votos atribuídos a cada prestação.

Todavia, o vencedor absoluto só será apurado na maratona de streap tease prevista para o terceiro fim-de-semana deste mês. Dos três candidatos diz-se que o favoritismo recai nos três: em António Sala porque tem bigode, em Marco Paulo porque às vezes usa óculos e em Roberto Leal porque não tem bigode nem usa óculos. Diz-se ainda que o último classificado, que pode ser o primeiro, receberá o prémio limão.

A terceira metade da CSP é preenchida com um pot-pourri informativo de que se destacam as inundações provocadas pela caudalosa torrente discursiva do Dr. Guterres, as originalíssimas boutades do Dr. Manuel Monteiro, o «Perdoa-me», a «Má Língua», o «Flash Back», o processo de revi-

são da História constituído por uma divertidíssima sucessão de estórias e estórias e os artigos dos Drs. Pacheco Pereira, Vasco Graça Moura e António Barreto.

Por tudo isto — e porque a CSP sendo grande não o é ainda a ponto de dispor de quatro metades — há um silêncio quase total sobre o país real. Além disso, a CSP é espectáculo e há problemas que, para serem abordados em profundidade e com seriedade e rigor, seriam antiespectáculo. Imagine-se a chateza que era tratar os problemas, por exemplo, dos mais de 150 trabalhadores vítimas de um processo de despedimento na Sorefame; ou abordar nos mesmos moldes a situação da Telecom — onde o enviado especial do governo e vice-presidente do PSD, Luís Todo Bom, de braço dado com «sindicalistas» da UGT dirigentes do PS, demonstra que, se é verdade que o famoso bloco central não existe a nível do governo, não é menos verdade que ele existe em todo o lado onde a política de direito actua...

Aguardemos. Talvez as próximas eleições ofereçam à CSP a metade que lhe falta.

■ José Casanova

Viagem aos arquivos

Seguramente que outros textos da época terão descrito a situação e escapecelizado a manobra de forma mais completa, esclarecedora e acutilante. Acontece porém que, em matéria de reconstituição do passado, deve ser perdoado que cada um possa ser tributário da sua memória pessoal ou de arquivos que estejam mais à sua mão. É isso que explica que entendamos útil recuperar para os leitores do nosso jornal neste ano da graça de 1995 algumas citações de artigos publicados em «o diário», no Verão de 1985, por um tal Vasco Pinto de Moraes, a propósito da ascensão de Cavaco Silva à liderança do PSD.

Em 7 de Julho de 1985, enunciando uma previsão que infelizmente se confirmou plenamente, escrevia esse autor que «é igualmente mais que provável que vamos ter Cavaco Silva e o PSD a proclamarem que são «de novo a esperança dos portugueses», na tentativa de neutralizar e absorver o descontentamento emergente da desastrosa permanência do PSD no Governo, ao longo de seis anos consecutivos», «a fustigarem nos comícios o escândalo dos salários em atraso (provavelmente com Amândio de Azevedo ali ao lado na mesa), na esperança de que ninguém se lembre que foi o PSD (com o PS) que chumbou os projectos de lei do PCP para resolver esse problema» e «a exautorarem um Governo PS-PSD onde «campeia a corrupção», possivelmente aplaudidos na assistência por um Rui Amaral e por um Eugénio Nobre, misturados com umas dezenas de corruptos e beneficiários da corrupção».

Em 18 de Agosto de 1985, o mesmo autor referia-se a um tempo de antena do PSD que considerava uma perfeita ilustração do que acontece «quando a mentira é erguida, consciente e assumidamente, à categoria eixo central de uma orientação política e de uma tática eleitoral».

E, nesse contexto, escrevia que «foi assim possível ver e ouvir Cavaco Silva proclamar que há um «novo PSD» e um «PSD novo», fazendo-o num cenário onde avultavam figuras de candidatos e dirigentes do PSD que são a prova física de que, naquele partido, estará quando muito em curso uma esforçada operação de maquilhagem e uma notável encenação demagógica, mas nele não se verifica qualquer processo de refundação ou de significativa mudança de orientação». E acrescentava que «foi igualmente possível ver e ouvir Cavaco Silva verberar mais uma vez o desastre económico e social (...), e fazendo-o no programa onde, repetidas vezes, apareceu rodeado por vários candidatos e dirigentes do PSD que, sendo ainda hoje Ministros e secretários de Estado (Álvaro Barreto, Amândio de Azevedo, etc. etc. [hoje podia-se acrescentar Fernando Nogueira, Mira Amaral, Faria de Oliveira]), aprovaram em devido tempo todas as orientações (...) que só podiam conduzir aos resultados catastróficos que hoje Cavaco Silva demagógicamente critica».

E terminava: «Resumindo, foi possível assistir ao primeiro grande esboço da artificiosa construção da falsa imagem de um político diferente dos outros, de um caudilho para velhas frustrações e repetidos desesposos, (...) com a particularidade de toda esta operação de maquilhagem se sustentar (...) na visceral desonestidade que sempre tem estado intimamente associada à política de direita».

Aqui chegados, o leitor que nos perdoe mas varreu-se-nos completamente por que razão fomos desencantar este assunto. Só temos uma ideia muito vaga de que isto tem que ver com um espectáculo qualquer que está aí a ser montado.

■ Vítor Dias

Bloco central

António Guterres afirmou em Leiria, no domingo passado, que os problemas do país «estão a agravar-se porque, no fundo, há quatro meses que não existe governo».

A «tirada» espanta pela sua incongruência: os problemas nacionais e o seu indiscutível agravamento são atribuídos, não à política do Governo, mas tão-só... à ausência do seu exercício.

Ora a verdade é que, para mal do país e dos portugueses, o Governo Cavaco Silva continua a governar. E como pode observar-se em algumas áreas fundamentais - enquanto A. Guterres

faz que não vê e assobia para o lado - os ministros aparecem percorridos por um frenetismo sem precedentes, de quem não ignora que o seu tempo está, inexoravelmente, a aproximar-se do fim.

Depois das decisões em tempo recorde do Ministro das Finanças em relação ao Banco Totta e à OPA do BCP sobre o BPA - um banco para o grupo Champalimaud, o outro para o grupo Mello, como esclareceu candidamente Eduardo Catroga -, o Secretário de Estado das Finanças veio agora afirmar ao Semanário Económico que se impõe «antecipar o mais possível as

privatizações» que estavam previstas até ao final de Junho. Lista que inclui, no todo ou em partes, nada menos que a Siderurgia Nacional, a Telecom, a Portucel, a Quimigal, a Setenave, a Dragapor, a Socarmar, o BPA, a Cimpor, a Secil e o BPSM...

Quanto aos eventuais receios em relação ao momento político da parte dos potenciais investidores nas privatizações, o Secretário de Estado das Finanças não podia ter sido mais esclarecedor: por um lado tranquiliza-o «a maturidade política (sic) dos investidores»; por outro lado, avulta o

facto do «partido que poderá suceder no Governo ter até posições consonantes com as nossas sobre privatizações, pelo que não há razões para receios ou desconfianças».

Enquanto a comunicação social vai entretendo com a transmissão em directo do campeonato de prestidigitadores do PSD; e enquanto vai repetindo Guterres, algures, a acusar o Governo de não governar, os ministros não param.

E os Champalimauds, Mellos, Espíritos Santos, não dormem.

■ Edgar Correia

3.º Congresso do PCF da Rússia

Um passo em frente

Dias 21 e 22 de Janeiro realizou-se o 3.º Congresso do Partido Comunista da Federação Russa. Dois anos antes, o 2.º Congresso tivera de reunir-se quase às escondidas nos arredores de Moscovo. Agora teve lugar na histórica Sala das Colunas, mesmo ao lado do Bolshoi, a dois passos do Kremlin. Com quase 400 delegados e outros tantos convidados vindos de toda a imensa Rússia.

Com a presença fraternal de representantes dos PC's da Ucrânia, Bielorrússia, Arménia, Azerbaijão e outras repúblicas da ex-União Soviética. E a assistência solidária de 44 delegações estrangeiras de PC's e de outras forças progressistas de 37 países da Europa, Ásia, África, América. Pelo meio, está um enorme, tenaz e corajoso esforço de construção orgânica e afirmação política. Este PCFR, hoje, são 88 organizações republicanas, territoriais, regionais e provinciais, mais de 2000 organizações distritais e urbanas, cerca de 20 000 organizações de base, mais de meio milhão de comunistas. Este PCFR, hoje, representa decerto já bem mais que os 7 milhões de eleitores que há um ano (apenas 2 meses após o Outubro negro de 93) deram o seu voto para que na Duma os comunistas fizessem ouvir a sua voz. Este PCFR, hoje, já ganhou inúmeras eleições locais. Foram aprovados um programa, uma linha política, emendas estatutárias, eleita nova Direcção. Trata-se, sem dúvida, de um importante passo em frente, preparando avanços ulteriores em novas batalhas.

Que não vão ser fáceis. Porque persistem debilidades múltiplas, que levarão o seu tempo a superar. E porque a brutal degradação económica, social e política colocou o país à beira da catástrofe, caminhando para um novo ponto de ruptura. Como foi afirmado, «hoje no país não existe sequer um órgão de poder de estado cuja legitimidade não possa ser alvo de dúvida. A falta de legalidade soma-se a um completo caos no sistema de poder real. A governamentalidade baixou tanto que os únicos métodos são cada vez mais a arbitrariedade e a violência. A Rússia, como organismo estatal único e íntegro, de facto já não existe». Está em curso um complexo processo de rearmamento de forças. Teme-se que o agudizar da crise possa, a qualquer momento e a partir de algum dos círculos dominantes, degenerar num golpe de força ainda mais abertamente ditatorial.

A crescente dependência externa, a traição e conluio com o imperialismo dos vários grupos no poder, as suas desastrosas consequências, estão naturalmente a avivar o sentimento nacional das grandes massas. Grande potência que foi na arena internacional, a Rússia desliza cada vez mais para o estatuto de uma semicolónia. Natural é por isso que os comunistas russos dediquem uma especial atenção e prioridade a esta questão, à defesa da própria existência do estado russo, como potência independente e soberana - no seu território e no mundo. Podem suscitar-nos dúvidas algumas teorizações adiantadas. Mas parece correcto afirmar-se, como se faz no programa, que «a defesa dos interesses nacionais e estatais da Rússia está organicamente ligada à luta contra a sujeição colonial e a contra-revolução, pelo socialismo e a forma soviética de poder popular».

Nesta etapa imediata, os comunistas russos propõem-se lutar, junto com os seus aliados, por um governo de salvação nacional. As eleições marcadas são objecto de intensa luta. Há quem as queira adiar: Ielstin e os seus mais próximos colaboradores. O PCFR, ao contrário, quer dar a voz ao povo. Por isso lançaram um abaixo-assinado para antecipar as eleições: em apenas 3 meses, recolheram já mais de 3 milhões de assinaturas. Num país tão traumatizado, com uma situação económico-social tão devastada, um círculo de poder dominante tão secreto e sem escrúpulos e as ingerências do imperialismo tão fortes - é arriscado prever o próximo futuro. Mas o 3.º Congresso do PCFR traz a lume um factor de esperança: há comunistas que não traíram os trabalhadores e o povo, os seus ideais, o socialismo, e que lutam com coragem e determinação. Sejamos solidários com eles.

■ Carlos Aboim Inglez



Convívio em Bragança

Teve lugar, no passado sábado no CT de Bragança, um convívio que contou com a participação de Leandro Vale e de Rita Pires que declamaram poesia, e do grupo de música de intervenção «Lobo», que cantaram vários temas de José Afonso. A iniciativa foi ainda marcada pela oferta de uma pintura a óleo de César Anes que ficou exposta na sala de convívio do Centro de Trabalho.

José Brinquete, responsável pela DORBA, usou da palavra considerando que apesar das dificuldades conhecidas é «com determinação e confiança» que o Partido se prepara para a próxima batalha eleitoral «e está convicto de que a CDU poderá obter um bom resultado».

O dirigente comunista afirmou ainda que «o trabalho dos deputados eleitos por Bragança (três do PSD e um do PS) é quase nulo. Depois de serem eleitos esquecem-se do distrito» disse, acrescentando que «basta verificar o estado de subdesenvolvimento em que se encontra o Nordeste para concluir que a sua acção tem sido bastante negativa».

O responsável da DORBA agradeceu a oferta do óleo do pintor César Anes, salientando a este propósito que «a prova de que o PCP está aberto ao diálogo e à participação de outros cidadãos que não são do PCP e da CDU é o gesto deste artista, que não sendo comunista, muito pelo contrário, teve a iniciativa de oferecer ao PCP um trabalho seu, que vem enriquecer o Centro de Trabalho de Bragança e demonstrar que o Partido não está fechado e a actuar para dentro de si próprio».

Por fim, José Brinquete anunciou a realização de várias iniciativas no distrito, nomeadamente, um debate sobre «O Mundo rural e qualidade de vida» (dia 24 de Fevereiro em Vila Flor) e outro sobre o «Desenvolvimento do mundo rural», (dia 25 de Fevereiro em Mirandela), ambos com a participação de Octávio Teixeira, presidente do Grupo Parlamentar do PCP na AR.

Em Março, estão previstas duas sessões com a participação de António Lopes, sobre a «Interioridade, Regionalização e Desenvolvimento» a realizar nos dias 3 e 4 de Março em Alfândega da Fé e em Vimioso, respectivamente. A DORBA tem ainda no seu calendário iniciativas de comemoração do 74º aniversário do PCP.

DORV aprova calendário

A Direcção da Organização de Viseu do PCP, eleita na recente Assembleia realizada no passado dia 29 de Janeiro, aprovou a composição do seu secretariado e as metodologias de funcionamento interno, anunciando um calendário de iniciativas para o ano em curso.

Destacam-se as comemorações do 74º aniversário do Partido e o prosseguimento do «Debate com o País para uma nova política», com sessões previstas em Viseu sobre educação e em Armamar sobre a produção de fruta e do vinho. Os comunistas do distrito assinalam este ano o 25 de Abril com uma homenagem a César Anjo, enquanto o 1º de Maio incluiu acções do Movimento Sindical em Viseu, Lamego e Mangualde. No plano da DORV assumem particular importância as próximas eleições legislativas, bem como a Festa do «Avante!». A direcção regional definiu ainda os seus objectivos na campanha nacional de 150 mil contos para o Partido.

Da análise da situação social, ressaltam as preocupações de muitos agricultores da zona de Cinfães com prejuízos causados em culturas e gados pelo crescente número de javalis e lobos, sem que as entidades oficiais tenham tomado qualquer medida concreta.

Despedimento colectivo no Hotel Atlantis

Os comunistas da Madeira manifestam a sua solidariedade aos trabalhadores do Hotel Atlantis e acusam a administração da Grão-Pará e da Inter Hotel, as empresas proprietárias, de pretender unicamente encerrar o Atlantis, apesar de evocar a figura legislativa da «reestruturação da empresa» para proceder ao despedimento colectivo.

Recordando a responsabilidade política do PSD que aprovou em 1991 as alterações às leis laborais, permitindo despedimentos colectivos a pretexto das chamadas reestruturações das empresas, o PCP/Madeira chama a atenção para a ambiguidade da posição do Governo Regional, cuja maioria na ALR chumbou uma proposta da CDU que tinha como objectivo «levar o Governo a intervir na salvaguarda das estruturas existentes e no prosseguimento da actividade do Hotel, garantindo a totalidade dos postos de trabalho».

Almada preocupada com segurança Eleitos da CDU exigem novas instalações da PSP

A Coordenadora da CDU de Almada reuniu em plenário no passado sábado, concluindo que o trabalho realizado no primeiro ano de mandato permitem afirmar que o concelho «continua a trilhar o caminho do progresso».

Esta modernização verifica-se apesar da sistemática penalização a que Almada tem sido sujeita pelo Governo na distribuição de verbas do Orçamento de Estado. «Graças à capacidade de gestão, criatividade e diálogo dos eleitos CDU, o prosseguimento da melhoria da qualidade de vida da população almadense é garantida pelas múltiplas iniciativas de grande prestígio no campo cultural, desportivo e recreativo e por importantes obras que já estão avançar, no quadro de um desenvolvimento humanizado e harmonioso», afirma numa nota à imprensa.

Quanto à forma como outras forças políticas têm abordado a actividade autárquica na comunicação social, procurando confundir a população, a concelha considera que estas «não têm outro objectivo que não seja a sua promoção política pela negativa e não defender os interesses da população».

Os comunistas manifestaram a sua «profunda discordância perante os atrasos injustificados que tem sofrido a apreciação do Plano Director Municipal de Almada por parte do Governo e exigem a sua ratificação pública urgente. Esta atitude, para além dos prejuízos avultados que traz ao município em termos de ordenamento do território e de maior morosidade na aprovação de loteamentos, é ilegítima e ilegal», acrescenta o comunicado.

Os eleitos da CDU debruçaram-se ainda sobre as questões da segurança, problema que afligem todos os almadenses. Apesar da segurança das populações ser de competência governamental, o município tem intervido, através do reforço da iluminação pública, sinalização, intervenção nas escolas e da disponibilização de terrenos para as instalações da PSP e

GNR. «Contrariamente, o Governo mantém uma atitude de total desprezo por este problema, que dia a dia se agrava. Basta referir que no concelho existem apenas um terço dos efectivos da PSP necessários e três escassas viaturas para toda a área de intervenção», afirma a coordenadora.

No plenário, os eleitos autárquicos de Almada exigiram o início imediato da construção das novas instalações da divisão da PSP de Almada, no Pragal, cuja primeira pedra foi lançada em 1988 num terreno cedido gratuitamente pelo município, bem como o reforço dos efectivos existentes na PSP, a disponibilização de instalações adequadas na Costa da Caparica para a Polícia de Segurança Pública e que a Charneca da Caparica e o Laranjeiro passem a dispor de um posto da GNR e um da PSP, respectivamente.

Comunicado da concelha do PCP

A Comissão Concelhia de Almada do PCP, reunida na

segunda-feira, deu o seu total apoio às conclusões do plenário dos eleitos da CDU e «reafirma a sua confiança e apoio aos autárquicos, pela sua capacidade, honestidade, trabalho, competência e pelo modo como têm sabido conjugar a firmeza dos princípios com o diálogo com as instituições e representantes das forças vivas do concelho, aos mais diversos níveis», como é afirmado numa nota à comunicação social.

Nesta reunião, foi realçada a extraordinária participação na Jornada de Luta da CGTP-IN, no passado dia 26 de Janeiro, que se saldou pela maior concentração de sempre realizada em Setúbal.

Em relação à ofensiva do Governo contra os trabalhadores e a população, a concelha resalta o número de trabalhadores atingidos na Lisnave.

Foi também analisada a forma como estão a decorrer os trabalhos preparatórios da IV Assembleia da Organização Regional de Setúbal, acentuando a empenhada discussão do anteprojecto da Resolução Política e a eleição dos delegados.

Portalegre

PSD ameaça desenvolvimento

«O PSD, com dois deputados, cinco presidências de câmaras no distrito e com a maioria governamental, é responsável pela falência da política local, regional e nacional e constitui o maior obstáculo e ameaça ao desenvolvimento regional de Portalegre e do Alentejo», afirma em comunicado a Direcção Regional de Portalegre do PCP, reunida no passado sábado para analisar a situação no distrito.

Os comunistas concluem que «a situação económica agrava-se, o desenvolvimento do distrito de Portalegre não se verifica, havendo mesmo regressão em muitos aspectos, e a instabilidade social agudiza-se pelo crescente aumento de desempregados e da precariedade».

«Os jovens abandonam o distrito», afirma mais à frente a nota da DORPOR que continua: «os desempregados, na sua maioria desprovidos do subsídio de desemprego, desesperam com a impossibilidade de arranjar meios de subsistência e os reformados que sobrevivem com dificuldade, com pensões de miséria, constituem este mar de gente descontente a reclamarem uma solução para esta crise social e económica».

A DORPOR conclui ser necessário «o reforço da organização do PCP» que garanta «a eleição do seu deputado pelo distrito». No âmbito do «Debate com o País para uma nova política» foram anunciadas um conjunto de iniciativas, de que se destacam duas sessões com a participação de Daniel

Branco e Abílio Fernandes, no dia 25 de Fevereiro, sobre o tema «Viver nas cidades hoje», em Elvas, e, em Portalegre, sobre o tema «O património cultural e histórico na perspectiva da humanização dos espaços urbanos».

Domingos Abrantes participou no debate sobre «Os direi-

tos sociais e a democracia», a realizar no dia 11 de Março, em Campo Maior e em Portalegre.

Para 18 de Março, está marcada uma sessão em Portalegre, com a presença de Luís Sá, sobre «Descentralização, regionalização e participação».

Debate na Covilhã Trabalhar com direitos

Sob o lema «Viver e trabalhar com direitos» decorreu, na passada semana, na Covilhã, um debate promovido pela DORCB que reuniu mais de uma centena de pessoas.

Presidida por Luís Garra, do Executivo da Regional de Castelo Branco, a sessão foi aberta com uma intervenção de Jerónimo de Sousa, que denunciou os objectivos do patronato e do Governo na flexibilização das leis laborais. Este dirigente observou que, sob o pretexto de criar mais empregos, o que acontece na prática é a transformação de emprego estável em emprego precário.

Mais adiante, usou da palavra o advogado Joaquim Ferreira, independente, que se apresentou como católico praticante e referiu a sua grande experiência na defesa judicial de muitos trabalhadores, cujos direitos são violados no dia-a-dia. Como exemplo, citou o caso dos trabalhadores com salários em atraso que têm de provar no plano jurídico que é o patronato que não lhes pode pagar as remunerações. Disse ainda que a

repressão nas empresas e o trabalho precário faz com que seja difícil conseguir as testemunhas necessárias aos processos.

Luzia Lopes, que se apresentou como militante da Liga Operária Católica (LOC), defendeu que no centro das preocupações da sociedade estão as questões sociais e os problemas da pessoa humana, tendo oportunidade para ler um conjunto de propostas para uma nova política social.

Seguiu-se uma série de intervenções vivas que realçaram diferentes aspectos da temática laboral e destacaram a importância destes debates para o esclarecimento dos problemas sociais.

Um dos presentes relatou as dificuldades em obter uma consulta médica, a qual já aguarda há quatro meses. Um outro lembrou que foi Almeida Santos o iniciador do trabalho precário na Função Pública, enquanto que mais à frente se qualificou como «acto de heroísmo» ser-se dirigente ou delegado sindical em concelhos como, por exemplo, Proença-a-Nova.

Nota da Comissão Política do PCP

Pôr fim à política de direita

conquistar uma alternativa democrática

Em conferência de imprensa, realizada na passada terça-feira em Lisboa, Jerónimo de Sousa apresentou aos jornalistas as principais conclusões da reunião da Comissão Política, cujo documento publicamos a seguir.

1. Em resultado da reunião realizada ontem, a Comissão Política do PCP chama vivamente a atenção dos portugueses para a operação de mistificação e para a desesperada manobra que, tentando furta o PSD à merecida derrota eleitoral, está a ser desenvolvida pelos diversos candidatos à liderança do partido do Governo.

Com efeito, só um enorme despudor e uma ostensiva falta de escrúpulos e de respeito pelos cidadãos podem explicar que, repetindo o truque usado por Cavaco Silva em 1985, os principais candidatos à liderança do PSD, sendo membros do Governo do PSD, membros da sua Comissão Política Nacional e subscritores, ao lado de Cavaco Silva, da mesma moção de orientação para o Congresso daquele partido, venham agora ensaiar fingidas demarcações, prometer uma pretensa "renovação" e acenar com ilusórias "rectificações" em relação à desastrosa política de que são destacados responsáveis e de que foram até há poucos dias acrisolados e intransigentes defensores e convictos executantes.

O PCP confia firmemente que os portugueses não se deixarão ludibriar com mais uma edição desta cíclica manobra do PSD que consiste em, a pretexto da mudança de líder, fazer crer que "tudo começa de novo" precisamente para que tudo continue como antes, isto é, para que o PSD se salve eleitoralmente e para que a sua política e as suas responsabilidades fiquem impunes.

A manobra que está a ser desenvolvida pelo candidato à liderança do PSD, traduzindo uma patente cobardia política no assumir de responsabilidades indeclináveis e espealhando que, para o PSD, a defesa dos interesses que serve e da sua manutenção no poder não conhece limites morais, têm entretanto o mérito de constituir uma implícita confissão do fracasso da política do PSD, da amplitude de descontentamento e isolamento que a rodeia e da enorme aflição eleitoral em que o PSD está mergulhado.

E, nesse sentido, é inteiramente justo que as desesperadas operações de maquilhagem e desresponsabilizações em que destacados responsáveis do PSD estão envolvidos reforcem a expectativa e a aspiração maioritária de afastar o PSD do Governo, pôr termo à política de direita e conquistar uma alternativa democrática que garanta uma nova política.

2. Apesar de todas estas mistificações e do esforço do PSD para distorcer a realidade, os problemas sociais, a sua falta de resolução e o seu agravamento continuam a constituir um aspecto central da situação nacional.

O Governo do PSD, sentindo que entrou irreversivelmente na sua fase terminal, enquanto acelera as medidas

que servem o grande capital, está a ser cúmplice nuns casos e protagonista noutros na ofensiva aos direitos e aos salários dos trabalhadores.

A Comissão Política do PCP considera de extrema gravidade o facto do Governo e das Administrações por si nomeadas, tuteladas e orientadas, em concertação com UGT, estarem a tentar aplicar rudes golpes na contratação colectiva, retirar direitos e regalias conquistadas pelos trabalhadores das empresas e pela capacidade reivindicativa do movimento sindical unitário.

A Comissão Política alerta para as tentativas que o grande patronato desenvolve no mesmo sentido nos sectores da metalurgia, do comércio e da construção civil, aproveitando a cobertura do Governo. Não deixa de ter significado que a multinacional A.B.B. à frente da associação patronal do sector, após a sua obra de destruição na Mague, se proponha levar por diante um grande despedimento colectivo na Hidrosorefame.

O PCP recorda que o Governo continua a não concretizar a redução do horário semanal de trabalho a que esta-

to do PSD da área do poder, Cavaco Silva e o Governo aceleraram o processo de privatizações, anunciando agora a privatização da Quimigal e da Portucel. É uma manifestação inequívoca do estertor do Governo do PSD, que pretende aproveitar até ao último momento a sua permanência à frente dos destinos do País para lesar o interesse nacional e satisfazer a gula das suas clientelas e do grande capital. Designadamente, com o escândalo da venda da estratégica Telecom e por um preço cerca de 50% inferior ao valor real e a liquidação do desenvolvimento equilibrado da fileira florestal portuguesa, já muito importante para a economia nacional e que corre o risco de ser posto em causa com a entrega da Portucel a um qualquer grupo capitalista e, em particular, a interesses estrangeiros.

O PCP tudo fará para contrariar estas decisões governamentais não deixando de manifestar a sua profunda inquietação pelas posições do PS nesta matéria que, após prolongado silêncio vem agora afirmar, através do seu porta-voz para a Indústria que a razão de queixa principal que tem em relação ao Governo do PSD é a de este não ter

acelerado a política de privatizações e a entrega ao grande capital do sector público industrial.

4. Face a recentes tomadas de posição sobre os privilégios da chamada "classe política", a Comissão Política do PCP entende oportuno lembrar a todos quantos disso se esquecem para poderem continuar a proceder a generalizações tão cómodas quanto injustas, que:

- o PCP votou oportunamente contra o sistema de reformas e outros inadmissíveis privilégios dos titulares de cargos políticos (não apenas deputados, mas também membros do Governo);

- os deputados do

PCP (de acordo com o princípio estatutário do PCP segundo o qual os seus eleitos não devem ser beneficiados nem prejudicados pelo exercício de cargos públicos) auferem as remunerações correspondentes às suas anteriores profissões, revertendo a diferença para a actividade e a luta do PCP ao serviço dos trabalhadores e do povo português;

- praticamente todos os deputados do PCP exercem as suas funções em regime de dedicação exclusiva;

- o Grupo Parlamentar do PCP não só não se envolve em espalhamentos desprestigiados para as instituições como desenvolve uma vasta e intensa actividade e intervenção centrada sobre os reais problemas do povo e do país como se atesta pelo facto de ter sido na penúltima sessão legislativa o partido que apresentou maior número de iniciativas legislativas (83, para 82 do PS, 49 do PSD, e 13 do CDS) e, na última sessão, ter ficado em segundo lugar (com 78, para 81 do PS, 25 do PSD e 9 do CDS).

A Comissão Política do PCP sublinha que a melhor contribuição que as personalidades e cidadãos que justamente se indignam com situações chocantes relativas ao estatuto de uma «classe política» (à qual os comunistas decididamente não pertencem nem querem pertencer) estaria em passarem das generalizações infundadas para o corajoso reconhecimento das diferenças realmente existentes na atitude das diversas forças políticas.



Jerónimo de Sousa divulgou anteontem as conclusões da Comissão Política, reunida na passada segunda-feira

va vinculado e a não aumentar os subsídios sociais designadamente o abono de família.

Numa grande afirmação de unidade e combatividade, os trabalhadores de diversas empresas e sectores, designadamente da Telecom, Hidrosorefame, dos transportes, têm desenvolvido a luta pelos seus direitos e pelos seus salários, em defesa da contratação colectiva e da livre negociação, assumindo essa luta um momento de grande significado no dia 26 de Janeiro que contou com a elevada participação de diversos sectores da indústria dos transportes e da Administração Pública nas principais cidades do país.

A Comissão Política do PCP considera que na actual fase da vida política e social o desenvolvimento da luta dos trabalhadores é um factor indispensável e insubstituível para travar e derrotar a política do Governo do PSD. Nesse sentido, apela a todos os militantes comunistas e aos trabalhadores portugueses para participarem activamente na jornada de luta do dia 16 de Fevereiro decidida pela CGTP-Intersindical Nacional.

3. Os malefícios decorrentes do prolongamento da vida do actual Governo estão bem patentes nas suas mais recentes decisões no âmbito do processo de privatizações.

Sentindo que as eleições antecipadas se apresentam cada vez mais próximas e que delas resultará o afastamen-

Campanha Nacional de Fundos

Objectivos políticos do PCP estão na base de um esforço que envolve toda a organização

A Campanha Nacional de Fundos do PCP já começou em todo o país, sob o lema «Apoiar o PCP, reforçar a CDU nas eleições, uma alternativa com os trabalhadores». 150 mil contos são o objectivo a alcançar, num esforço que visa o cumprimento dos objectivos políticos do Partido, já que se agudiza a batalha política e avizinha-se um período eleitoral.

Um bom exemplo dos bons resultados que o esforço das estruturas partidárias podem obter foi dado na recente Assembleia da Organização Regional de Braga: no decorrer dos trabalhos foi feita uma recolha de fundos que no final obteve um valor na ordem da centena e meia de contos.

Elemento fundamental para a dinamização de iniciativas é o cartaz sobre a Campanha

Nacional de Fundos, que pode ser usado em bancas, decoração de sedes e reuniões, colagens públicas em locais escolhidos e o mais que a imaginação dos camaradas envolvidos nesta iniciativa permitir organizar.

Será pois fundamental que todos - os que promovem e os que são abordados por esta Campanha - entendam a componente política que esta

envolve, tal como foi realçado no documento saído da reunião do Comité Central do Partido que, nos passados dias 12 e 13 de Dezembro, aprovou a realização desta Campanha Nacional de Fundos, destinada «a apoiar uma forte e mobilizadora campanha eleitoral do PCP e da CDU, e contribuir para o reforço orgânico do PCP pela definição e concretização de

APOIAR O PCP
reforçar a CDU nas Eleições
uma alternativa com os trabalhadores

150
mil contos para o Partido

PCP

CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS

metas de crescimento quanto às quotizações dos militantes».

Nessa reunião, sublinhou-se também que esta Campanha é importante para expres-

sar o suporte popular do Partido, em contraste e «tendo em conta a desproporção de recursos nas disputas eleitorais que tem sido criada pelos maciços financiamentos do grande capital aos outros principais partidos».

como participar

USAR A IMAGINAÇÃO

Os materiais centrais que fazem o suporte desta Campanha Nacional de Fundos incluem cupões que representam contribuições de 500, mil, cinco mil, dez mil escudos e 50 contos e listas para recolha de fundos.

Mas caberá à capacidade de iniciativa de cada uma das estruturas do Partido encontrar outras soluções para cumprir os objectivos desta campanha: realização de jantares e convívios para angariação de fundos; exposição-venda de obras de arte; sorteios; contactos porta-a-porta; esquemas de cartão-compromisso ou utilização dos materiais centrais para esse fim; apelos dirigidos; etc.

qual foram convidados camaradas e amigos do partido para se juntarem «à conversa e ao petisco» como se lê no folheto que fez a convocatória. Pois quando se falou da Campanha Nacional de Fundos, seria um amigo do Partido que tomaria a iniciativa de avançar com cinco contos. As contribuições multiplicaram-se e, no final, a contabilidade registou 23 mil e 400 escudos.

Vamos actualizar as nossas quotas

Para além da vertente contributiva pontual, esta campanha tem igualmente outro plano de actuação: a actualização e aumento das quotizações dos militantes do Partido.

As quotas são pois uma área da Campanha que deve ser encarada de modo combinado, do ponto de vista financeiro e organizativo, por parte das estruturas partidárias que devem definir objectivos quanto à elevação do volume de quotizações a recolher este ano, quanto ao número de militantes a pagar quota e quanto à elevação da quota média recolhida.

Há que examinar medidas concretas para a realização desta componente da Campanha Nacional de Fundos e para a avaliação do seu andamento (trimestral quanto às quotizações e mensal quanto às contribuições).

DEPOSITAR NO BANCO

CGD 0680/002022431

Foi aberta uma conta bancária onde também podem ser depositadas as contribuições para a Campanha Nacional de Fundos do PCP. Trata-se de uma medida que permite oferecer um novo meio a todos os que queiram participar nesta Campanha, complementando os outros atrás referidos.

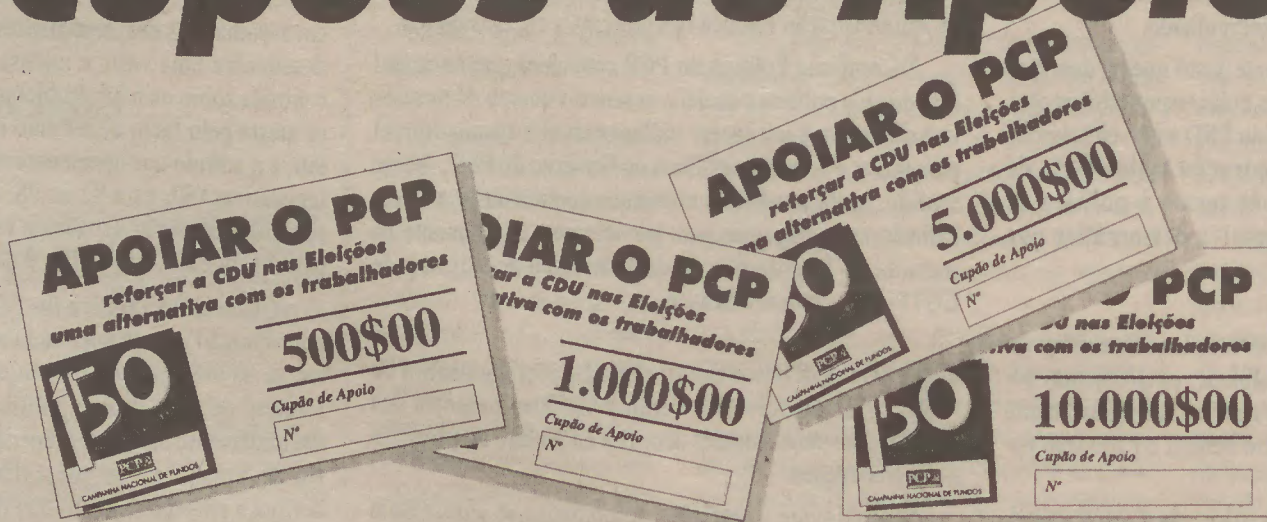
Os depósitos destinados a esta conta deverão ser feitos na Caixa Geral de Depósitos, dirigidos à Agência do Rego (Lisboa) com o número 0680/002022431. Refira-se que as contribuições que

entrem nesta conta serão imputadas às Organizações Regionais da área de origem do depósito, pelo que não se verificará qualquer prejuízo para a contabilização dos níveis de concretização de objectivos dessas regiões.

Uma carta da Portela

Por vezes, este tipo de iniciativas provoca situações surpreendentes, em resultado de generosos gestos de solidariedade que não podem deixar de ser registados. Foi o caso ocorrido com uma carta dirigida por um camarada da Portela de Sacavém ao Comité Central do Partido. Reformado, com 81 anos e já com pouca disponibilidade física para se deslocar a uma das iniciativas onde pudesse oferecer a sua contribuição, decidiu este camarada enviar um cheque com o valor de um mês da sua aposentação. Foram cerca de 120 mil escudos: «é pouco, mas faço-o com alegria», diz na missiva o nosso camarada que acrescenta: «remetam-me, por favor, os respectivos cupões, para eu guardar como recordação». E em fabuloso *post scriptum* acrescenta: «vai junto o selo para o envelope com os cupões!»

Cupões de Apoio



Na tasca do irmão do João

Aqui fica um pequeno exemplo, protagonizado pela célula comunista no BESCL: aí organizou-se um convívio na Tasca do Irmão do João para o

Comunistas de Setúbal preparam assembleia

Adaptar a organização às novas realidades

A 4ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal irá decorrer no próximo dia 18 de Fevereiro, no cinema S. João, em Palmela, sob o lema «O PCP com os trabalhadores e a população por um distrito melhor», que também intitula o anteprojecto de resolução política já em debate nas organizações do distrito. Conceição Morais, membro do CC, e José Caetano, suplente do CC, ambos da DORS, falaram ao «Avante!» sobre os objectivos desta grande realização que reunirá mais de 700 delegados.

Nos últimos quatro anos, desde a assembleia anterior de organização, o distrito de Setúbal sofreu profundas alterações de carácter económico, social, cultural e político. Como referiu José Caetano, «importa analisar profundamente a realidade em que actuamos e, consequentemente, reajustar a organização do Partido e procurar orientações para que a nossa intervenção na vida do distrito seja adequada às necessidades dos trabalhadores. Estes, juntamente com a eleição da nova direcção regional, são os grandes objectivos da 4ª assembleia».

Sobre a nova direcção, cuja proposta está a ser preparada, Conceição Morais salienta: «deve ser um organismo representativo que traduza a implementação e a influência do Partido nos vários níveis da sociedade do distrito, mantendo no entanto na sua composição uma maioria operária».

Fracasso da OID

A evolução social e económica nos últimos quatro anos foi marcada pela Operação Integrada para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (OID), um programa de emergência que segundo a análise dos comunistas não obteve os resultados pretendidos. «No seu início, em 1988», recorda José Caetano, «o número de desempregados rondava os 40 mil e hoje já ultrapassa os 50 mil, apesar de se terem investido perto de 800 milhões de contos».

Por um lado, muitas empresas que foram subsidiadas através da OID encerraram, por outro, não se verificou a prometida diversificação do aparelho produtivo. «Destruíram-se pólos importantes da economia nacional como o sector siderúrgico, a indústria naval e a química pesada e investiu-se fundamentalmente no sector automóvel que atravessa uma crise mundial. As consequências graves desta política são hoje visíveis na situação da Renault Portuguesa, empresa que foi construída com fundos do Estado, e que tudo indica possa vir a encerrar em breve e lançar no desemprego várias centenas de trabalhadores».

Também o projecto Ford-VW está rodeado de incertezas e para já o número de postos de trabalho previsto está longe de ser atingido: «a Auto-Europa comprometeu-se a criar 12.500 empregos, 5 mil directos e 7.500 indirectos, e por isso beneficiou de tão avultados subsídios do Governo. Contudo, neste momento, apenas existem cerca de 2 mil postos de trabalho directos e os indirectos estão aquém dos 3 mil».

O abandono da agricultura, na sequência da destruição da reforma agrária, que teve grande desenvolvimento nos concelhos do sul do distrito, e o abatimento da frota de pesca completam o quadro de crise da região, cuja taxa de desemprego é já de 15 por cento, mais do dobro da média nacional.



Conceição Morais e José Caetano falaram ao «Avante!» sobre os objectivos da 4ª Assembleia da ORS

Reforçar o Partido

A principal prioridade desta assembleia, como sublinha José Caetano, aponta para a «disponibilização de meios e quadros de forma a revitalizar as células de empresa existentes e criar novas células em unidades onde o Partido não tem organização».

Conceição Morais acrescenta que «outra grande preocupação é manter a ligação e contactar um grande número de militantes que foram saindo das empresas e que perderam a sua organização. Estamos ainda a discutir este problema mas pensamos é no plano das organizações por local de residência que deveremos tentar recuperar a ligação com estes camaradas. É

a este nível que temos de trabalhar para a criação de organismos que permitam seu o enquadramento».

O futuro da organização do Partido em Setúbal tem sido debatido nas dezenas de assembleias plenárias já realizadas, onde, para além da análise do ante-projecto, muitas questões da actualidade política têm sido levantadas. A propósito da

forma como está a decorrer esta fase preparatória, Conceição Morais refere que «há um grande interesse dos militantes, uma boa participação, e temos ideia de que o Partido está em crescendo. A assembleia irá ser certamente um ponto alto que marcará o arranque da actividade para as próximas batalhas, nomeadamente as próximas eleições, uma das grandes prioridades do trabalho».

Para além das batalhas eleitorais, outras orientações para a actividade nos próximos anos vão ser apresentadas à assembleia, apontando designadamente para o reforço da intervenção do Partido no seio dos trabalhadores; o rejuvenescimento através do recrutamento de jovens militantes; o aumento da influência do PCP na região, onde é já hoje o principal partido, estando à frente de 12 das 13 câmaras; e a dinamização da participação das populações na resolução directa dos seus problemas, através das suas estruturas como associações, colectividades, comissões de moradores e outras.

Cidade de Lisboa tem novo organismo de Direcção

Reunida no passado dia 28 de Janeiro, a Assembleia de Organização da Cidade de Lisboa do PCP elegeu o seu novo organismo de Direcção que conta agora com 72 membros, denotando na sua composição uma forte presença de operários, empregados, quadros e intelectuais pequenos e médios comerciantes e estudantes. Este organismo, cuja média de idades ronda os 43 anos, conta com a participação de 20 mulheres, bem como de numerosos dirigentes e delegados sindicais, autarcas, membros de associações e colectividades.

A 2ª Assembleia aprovou ainda uma importante resolução política que dedica um capítulo ao «Futuro de Lisboa», onde se defende um projecto de cidade «que conserve a sua população, que potencie o rejuvenescimento, melhore a sua qualidade de vida», apontando para o desenvolvimento económico equilibrado, «fora de uma lógica predominantemente imobiliária», o progresso social, a qualidade do ambiente, os valores patrimoniais, a defesa do aparelho produtivo e o bem-estar dos cidadãos, «onde não haja lugar à exclusão social, à

xenofobia e ao racismo e se promova o encontro de culturas e a amizade com todos os povos».

O documento analisa profundamente os vários aspectos ligados ao desenvolvimento de Lisboa e realça a importância do Plano Director Municipal e do Programa da Coligação «Por Lisboa», cuja concretização é porém condicionada «pela prática de direita do Governo do PSD».

A resolução política define mais adiante as orientações da «Luta e Acção do Partido em defesa dos trabalhadores e das populações» e faz um balanço positivo da reestruturação orgânica encetada em Março de 1990 e aprovada na anterior assembleia de organização.

A assembleia dá ainda particular realce às próximas batalhas eleitorais, que «constituem a tarefa fundamental do Partido no ano de 1995», e traça um conjunto de linhas de intervenção a desenvolver pelos militantes e organizações do Partido.

Concelhia de Sesimbra comenta atitude de vereadores do PS

Reagindo às declarações do vereador socialista Joel Hasse Ferreira, onde tenta justificar as razões que o levaram a ele e ao vereador Manuel José Pereira a entregar os pelouros ao presidente da Câmara de Sesimbra, a concelhia do PCP divulgou um comunicado em que considera a atitude daqueles eleitos como uma «retaliação contra o presidente».

Os comunistas explicam que o presidente da CM de Sesimbra

retirou o pelouro da Lagoa de Albufeira ao vereador socialista António Marques, «na sequência deste ter tido atitudes de clara confrontação ética com o presidente e ter usado o cargo de dirigente político e vereador em inequívoca promiscuidade».

Para além desta razão, a concelhia acrescenta que os eleitos do PS pretenderam «a criação artificial de factos políticos nas vésperas da discussão em sessão de câmara e aprovação do plano

de actividade e orçamento e do plano director municipal que se encontram, atrasados por exclusiva responsabilidade do PS».

Por fim, o PCP conclui que é «uma clara falta à verdade e uma postura demagógica a reivindicação de equilíbrio de poderes entre o PSD e a CDU, quando foi o PS, em conluio com o PSD, que marginalizou a CDU de todos os órgãos autárquicos incluindo naqueles onde a CDU foi a força política mais votada».

Restrições mantêm-se nos passes dos reformados

O anúncio feito por Cavaco Silva em plena época natalícia, e amplamente divulgado pela Comunicação Social, que dava por findas as restrições aos passes sociais da 3ª idade, não passou de uma «medida enganadora e demagógica», denuncia em comunicado o executivo da DORL do PCP.

Na verdade, mantêm-se as limitações nos passes L1, L12 e L123 - 3ª idade, e apenas o passe L-3ª idade, que serve apenas o interior da cidade de Lisboa, foi abrangido.

A DORL recorda que o fim das restrições à utilização dos transportes públicos por parte dos reformados e pensionistas é uma velha reivindicação dos idosos que se vêem impossibilitados de se

deslocar em visita a familiares ou a uma consulta médica.

Os comunistas de Lisboa reafirmam a sua posição a que o Grupo Parlamentar deu expressão ao apresentar em 17 de Janeiro de 1992 um projecto de lei garantindo aos idosos o acesso aos transportes públicos.

A proposta de diploma apontava para uma redução de 50 por cento nos preços dos bilhetes, títulos ou passes utilizados para as pessoas com mais de 60 anos, na situação de reformados ou pensionistas, e isentava-os de qualquer restrição de horário, dias da semana ou área geográfica. Este projecto recebeu os votos contrários do PSD e do CDS e a abstenção do PS.



UGT ACEITA 50 HORAS SEMANAIS

No sector de águas, refrigerantes e sumos os sindicatos afectos à UGT preparam-se para aceitar que, durante 4 meses por ano, o horário de trabalho possa chegar às 50 horas semanais. Este máximo - que é de 49 horas semanais para os trabalhadores administrativos e não deve ultrapassar, na média dos 4 meses, 48 horas - não exclui a possibilidade de recurso a trabalho extra para além das 50 horas. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Bebidas e a FSIABT/CGTP-IN têm-se oposto, desde há 3 anos, à introdução de horários deste tipo na contratação do sector e continuam a recusar tal perspectiva. Em comunicado aos trabalhadores, alertam para os perigos do pré-acordo firmado entre as estruturas da UGT e as associações patronais, chamando a atenção para os prejuízos que traria a aplicação de tais horários. Além do mais, acrescentam, nem é exigido o acordo exposto do trabalhador, nem é garantido que as compensações horárias tenham lugar de acordo com os seus interesses. (Sobre a exigência da semana de 40 horas como máximo legal, ver entrevista com José Ernesto Cartaxo, na pág. 19 deste número.)

MARINHA

O Sindicato dos Profissionais de Máquinas da Marinha de Portugal vai integrar o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pescas, segundo decisão tomada dia 3, por unanimidade, em Assembleia-Geral. João Ribeiros, da direcção do SPMMP, disse à agência Lusa que a integração do sindicato se deve a uma necessidade de reestruturação sindical e que pode ser vantajosa para os trabalhadores, pelo reforço da sua unidade. O SPMMP tem cerca de 600 sócios e o sindicato que vai integrar cerca de 6 mil. Ambos os sindicatos são filiados na CGTP.

SEGUROS

Tem lugar hoje mais uma reunião de negociações entre sindicatos e associações patronais para rever a tabela salarial e o clausulado do contrato colectivo de trabalho do sector de seguros. A Associação Portuguesa de Seguradores, que a princípio tentou que a actualização salarial só fosse discutida depois dos sindicatos aceitarem a alteração do regime de pensões complementares de reforma, viu a sua posição rebatida pelo Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte. Este, como refere em comunicado à classe, bateu-se por que a revisão das cláusulas do CCT seguissem os trâmites normais em ano de revisão (denúncia fundamentada, eventuais contrapropostas também com fundamentação, e processo negocial). Ressalvando que não abdica de um acordo sobre as pensões complementares de reforma, a APS aceitou contudo passar à discussão da tabela... Só que propôs aumentos de 3 por cento com base na tabela de 1993 (em 1994 não chegou a haver revisão).

Na discussão de 25 de Janeiro, a APS alterou a sua proposta para 6 por cento, ao que o STSN respondeu exigindo que se situe entre 11 e 12 por cento a soma das actualizações (das tabelas de 1994 e 1995). O sindicato reafirma como «inquestionável» o direito à actualização salarial e previne: «O que vier a ser acordado em matéria de revisão salarial não pode deixar de ser visto segundo o conteúdo, o alcance e as consequências» do acordo global pretendido pelo patronato.

IMPrensa NACIONAL

Valores totalmente inaceitáveis para os aumentos salariais em 1995 e falta de resposta a uma só das reivindicações apresentadas pelos trabalhadores (nomeadamente quanto a enquadramentos profissionais e regulamento de trabalho por turnos) foram as posições da administração que levaram o pessoal da Imprensa Nacional-Casa da Moeda a decidir, em plenário realizado no início da semana passada, a recusar expressamente tais propostas e mandar os representantes sindicais para promoverem novas acções, caso a situação não se altere nas próximas reuniões de negociação.

ÊXITO NA EFACEC

Com a produção completamente parada e uma adesão superior a 95 por cento, a greve de 1 de Fevereiro, na Efacec Elevadores, foi «um êxito total», afirma o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte. O STIEN adianta que na origem da luta está a exigência de compensação pelos prejuízos que trouxe aos trabalhadores a transferência da fábrica, da Arroiteira para a Maia. Esta reclamação foi apresentada formalmente à administração na sequência de um plenário que teve lugar a 18 de Janeiro, mas não teve, desde então, qualquer resposta.

Afinal, o que quer o Governo? Situação insustentável na Torralta

A federação (Feshot) e sindicatos da Hotelaria e a comissão de trabalhadores da Torralta marcaram para ontem uma conferência de imprensa junto ao Governo Civil de Setúbal, simultaneamente com uma concentração do pessoal daquela unidade hoteleira. A decisão foi tomada no final de Janeiro, numa reunião no Alvor (Portimão), onde foram analisadas questões como a continuação de salários em atraso e as perspectivas que rodeiam a assembleia de credores, marcada para a próxima segunda-feira, dia 13.

Uma notícia saída no «Público» de dia 2 levou a Feshot a manifestar «a maior apreensão, estupefacção e receio» num pedido de audiência enviado a várias entidades envolvidas no processo de viabilização da Torralta (em que, recordamos, o Estado é o maior credor).

Diz a federação da Hotelaria que «a invocação da admissibilidade, de novo, da figura da eventual falência da empresa, aliada ao absoluto alheamento a que o Governo a tem votado, em termos funcionais, atormentam de novo os nossos espíritos». E pormenoriza: «A contínua indefinição governamental impede a feitura de contactos com os agentes turísticos; a tesouraria está a zero; os fornecedores recusam entregar os géneros; o gás e a energia eléctrica correm o risco de corte por falta de pagamento; e, cúmulo dos cúmulos, o administrador judicial propôs-se canalizar para a tesoura-



A assembleia de credores de terça-feira é considerada decisiva para o futuro da Torralta (foto de arquivo)

ria nove mil contos do fundo existente para proceder aos estudos de viabilização da empresa, no passado dia 18 de Janeiro, sem que o Governo até ao momento emitisse o competente acto de concordância!»

Perante isto, a Feshot questiona: «Afinal, o que pretende o Governo? Como é possível acreditar nos membros do Governo, ao afirmarem sistematicamente a aposta na viabilização e ao negarem quotidianamente tal perspectiva?»

Grão-Pará

«Pura hipocrisia e cinismo, visando unicamente sensibili-

zar os poderes públicos para mais uma choruda negociata à custa da exploração desenfreada dos trabalhadores» é como a direcção nacional da Feshot classifica o facto de a administração da Grão-Pará, proprietária da rede de hotéis Atlantis, a propósito do eventual encerramento da unidade da Madeira, afirmar que «acima de tudo, pretende salvaguardar os direitos dos trabalhadores».

A esta afirmação, a federação da Hotelaria contrapõe «o sistemático desrespeito e desprezo pelos direitos dos trabalhadores» na generalidade dos hotéis do grupo. E aponta alguns factos:

- há dois anos que não são actualizados os salários nas unidades hoteleiras do Algarve e do Estoril;

- a administração furta-se sempre ao pagamento de retroactivos no Algarve, ao contrário do que sucede com a generalidade das empresas da região (e o argumento da baixa ocupação, aqui utilizado, contradiz afirmações recentes a propósito do Atlantis/Madeira);

- habitualmente, impede o exercício da actividade sindical nas empresas;

- discrimina os trabalhadores em função da sua filiação sindical.

Contra a instabilidade no grupo Ferreirinha

Trabalhadores da Feruni, EFI e FM, empresas metalúrgicas do grupo Ferreirinha, cortaram segunda-feira o trânsito na linha férrea Porto-Guimarães e na Estrada Nacional Porto-Trofa, em S. Martinho de Bougado. Para ontem, foi marcado um novo plenário, onde iriam ser decididas novas formas de luta caso não se vislumbassem medidas para clarificar a instabilidade que tem marcado a vida daquelas empresas nos últimos 7 anos.

A EFI e a Feruni empregavam, em 1981, cerca de 1400 pessoas. Receberam cerca de 150 mil contos da Secretaria de Estado do Emprego, para a manutenção dos postos de trabalho. Em 1987, tinha uma boa carteira de encomendas, mas também elevadas dívidas, pagando mais de juros do que de salários. Os trabalhadores recorreram à lei dos salários em atraso; a empresa solicitou a recuperação, conseguindo o perdão de 75 por cento da dívida a todos os credores; mas a administração «mostrou-se incapaz de solucionar os problemas existentes, continuando uma má gestão dos recursos disponíveis» - relatam as organizações representativas dos trabalhadores, numa carta enviada ao primeiro-ministro e ao ministro da Indústria.

A FM (Ferreirinha Máquinas) foi criada depois da venda de terrenos da EFI e «especialmente para comprar as máquinas» desta em leilão.

«Desde 1989, a administração tem recorrido às mais variadas formas para promover a instabilidade: manda trabalhadores para o lay-off, recorre a um processo de reestruturação, continua a pagar os salários em várias prestações» - protestam as ORTs, segundo as quais cada um dos 350 trabalhadores tem hoje a receber mais de 200 contos de remunerações.

A situação dos trabalhadores do grupo Ferreirinha é agravada pelas dificuldades sentidas noutras empresas da região. Ainda na

semana passada foram à falência a J. Lacerda (Porto), a Longra (Felgueiras) e a Triaço (Maia), colocando no desemprego mais 250 pessoas - refere um comunicado de imprensa do sindicato dos Metalúrgicos do Distrito do Porto.

Chantagem na Auto Dinis

A administração da Auto Dinis (concessionária das marcas Fiat e Lancia para o distrito de Lisboa), num inquérito lançado no final de Janeiro, pede aos seus trabalhadores «que se expressem imediatamente, utilizando este mesmo impresso, sobre se pretendem ou não continuar na empresa e, em caso afirmativo, se dispensam ou não de fazer quaisquer exigências de âmbito salarial no decorrer do ano de 1995». Antes de responder «de cruz» se quer continuar na empresa e se prescinde da exigência de aumento salarial neste ano, o trabalhador ficava ainda a saber que «da vossa resposta individual depende a continuação da empresa, bem como a liquidação dos salários deste mês».

Em comunicado aos trabalhadores da Auto Dinis, o sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa manifesta «total repúdio por esta acção intimidatória, que mais não visa do que pressionar os trabalhadores a prescindirem dos seus direitos, tentando responsabilizá-los pelo futuro da empresa, quando na verdade essa responsabilidade cabe por inteiro à administração». Ao mesmo tempo, esta atitude é «uma inaceitável chantagem psicológica sobre os trabalhadores, quanto à manutenção dos seus postos de trabalho e ao pagamento de salários.»

De novo violado acordo da Lisnave e Setenave Mellos recusam aumentos e atacam a contratação

Um plenário de representantes dos trabalhadores da Lisnave e da Setenave/Solissor deslocou-se anteontem ao Governo Civil de Setúbal, para repudiar mais uma violação do acordo que, no Verão passado, evitou a concretização do despedimento colectivo pretendido pelas administrações dos estaleiros.

Depois de terem voltado à carga com novas tentativas de despedimento, os homens dos Mellos na indústria naval voltaram agora a desrespeitar o acordo, que previa aumentos salariais a partir de Janeiro. As estruturas representativas dos trabalhadores, dando cumprimento ao acordo, apresentaram à administração (as duas administrações, formalmente distintas, têm composição praticamente idêntica) em Dezembro uma proposta de actualização salarial, abrindo assim um processo que, normalmente, seria seguido de con-

traproposta, negociações e aumentos salariais.

Só que as administrações não responderam à proposta salarial e, para cúmulo, entregaram aos representantes dos trabalhadores um verdadeiro *pacotão* de medidas que, como denuncia o sindicato dos Metalúrgicos do Sul, visa retirar direitos e regalias e adulterar a contratação aplicável no sector.

«Para debaixo do comboio»

Também para anteontem e junto do Governo Civil de Setúbal, a partir das 19.30, foi marcada uma concentração/vigília das *conserveiras da Viegas e Lopes*. As trabalhadoras decidiram protestar desta forma contra o comportamento do administrador de falência, que persiste em não cumprir o que foi decidido

em tribunal: nem faz o inventário, nem entrega as chaves da empresa à administração nomeada em assembleia de credores. Assim, impede o reinício da produção e a retoma dos postos de trabalho - acusa a União dos Sindicatos de Setúbal.

Esta estrutura distrital da CGTP, numa nota subscrita pela sua comissão executiva, repudia a «inqualificável atitude do administrador de falência que, contactado pelas trabalhadoras, expando-lhe a situação de desemprego e miséria em que se encontram, responde que "se estão desesperadas, atirem-se para debaixo do comboio"».

Recordando que, em 1992, «por um estranho e rápido processo de falência», as trabalhadoras foram postas fora da fábrica pela polícia «de uma hora para a outra», a USS afirma que as conserveiras «exigem, no mínimo, que agora se verifique a mesma rapidez».

Salário mínimo no Estado Rectificação ilegal, injusta e caricata

«Tornar menos ilegal o que continua a ser injusto» é, para a comissão negociadora sindical da Plataforma Reivindicativa para a Administração Pública, a intenção evidente do Governo, ao decretar (através da Portaria 87/95, de 31 de Janeiro) que os trabalhadores do Estado abrangidos pelo índice 100 recebam, este ano, pelo índice 106, e não pelo 105, como em 1994.

O índice 100 (salário mínimo na Administração Pública), como tem sido denunciado pelos sindicatos, mantém-se abaixo do valor do salário mínimo nacional, situação que o Governo tenta rodear desta forma. Para a CNS, «a rectificação continua a ser ilegal, injusta e torna-se mesmo caricata».

A nota de imprensa distribuída pela CNS dia 2 refere que esta Portaria foi publicada sem que os sindicatos tivessem sido ouvidos. Além da falta de negociação, a ilegalidade traduz-se ainda na desarticulação e descaracterização do novo sistema retributivo, já que é criado um novo índice que ilude o valor real do salário mínimo na Função Pública.

A injustiça desta medida, afirma a CNS, tem a ver com o facto de o valor do índice 100 não afectar só os trabalhadores por ele abrangidos directa-

mente, mas sim todos os trabalhadores das carreiras do regime geral, uma vez que é a partir do índice 100 que é determinada toda a estrutura indicária.

É caricata uma rectificação que significa um aumento de 500 escudos por mês.

E tudo isto porque, com a fixação do salário mínimo nacional em 52 mil escudos, já não é apenas o índice 100 que

fica num valor inferior: o índice 105 representa um salário de 51800 escudos.

Quanto ao 106, fica-se por 52300.

Os sindicatos vão continuar a bater-se para que ao salário mínimo no Estado seja efectivamente atribuído um valor não inferior ao mínimo nacional, actualizando em percentagem correspondente todas as tabelas.

Privatização da Portucel

A decisão de privatizar 40 por cento da Portucel Industrial, tomada no Conselho de Ministros dia 2, «confirma que este Governo está no poder para servir os interesses da sua clientela, independentemente dos prejuízos que causa à economia nacional» - afirma a federação dos sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa.

Um comentário da federação, subscrito pela sua direcção nacional, recorda que o anúncio desta privatização «segue-se a um período em que a actual administração preparou o ambiente»: o processo que levou ao aparecimento das empresas do Grupo Portucel, o prosseguimento da ofensiva para as rescisões de centenas de contratos de trabalho e as alterações à contratação colectiva consentidas pelas organizações da UGT visavam este objectivo.

A Portucel Industrial tem um património avaliado entre 100 e 120 milhões de contos e é uma empresa altamente rentável, com bons resultados mesmo no período de recessão que o sector atravessou. «É este património e são os lucros de milhões de contos que o Governo pretende entregar ao sector privado, em vez de poderem ser aplicados no desenvolvimento da economia nacional» - diz a federação.



Lutas em crescendo até 16 de Fevereiro

Para a próxima quinta-feira, o movimento sindical unitário está a preparar uma jornada de luta com expressão nacional, que passará pela realização de greves, plenários e acções de rua por todo o País, sobressaindo das reivindicações a exigência de uma nova política e um novo Governo. Para Lisboa está convocada uma concentração, às 16 horas, na Praça da Figueira.

Reagindo à proposta de aumentos salariais de 3,5 por cento apresentada pelo conselho de gerência da CP no dia 3, foram convocadas uma série de greves dos ferroviários, que se iniciam já na terça-feira e terão o seu ponto alto no dia 16, com a paralisação de todos os trabalhadores não afectados ao movimento - como refere uma nota da federação do sector (FSTFP/CGTP-IN). Além de aumentos salariais justos, os ferroviários exigem o horário máximo de 40 horas semanais (as guardas de passagem de nível ainda trabalham 60 horas por semana) e a negociação de um novo regulamento de carreiras.

O plenário nacional de sindicatos da FESE-TE (federação sindical dos Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles) manifestou segunda-feira o seu apoio à jornada da CGTP e, para possibilitar a participação dos trabalhadores nas iniciativas que vão ter lugar nos vários distritos, decidiu apresentar pré-avisos de greve para os sectores do calçado (das 12 às 22 horas) e vestuário, têxteis, lanifícios, malhas, têxteis-lar, cordoaria e redes (durante todo o dia 16). O plenário denunciou o bloqueamento da negociação colectiva no vestuário, têxteis, lanifícios, malhas e têxteis-

lar, e considerou «um insulto e uma provocação aos trabalhadores» um comunicado da associação patronal do calçado, publicado dia 31 no JN e afixado em algumas empresas.

A participação nas concentrações de dia 16, nomeadamente em Lisboa, no Porto e em Braga, foi decidida na semana passada pelo conselho nacional da federação da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção, que decidiu «denunciar o papel dos sindicatos da UGT no processo negocial da Construção Civil e Obras Públicas». Em conferência de imprensa convocada para esta tarde, a federação vai apresentar «provas de negligência ou conluio com o patronato». Neste sector a participação na jornada da CGTP visa continuar a lutar «por melhores salários, pela semana de trabalho de 40 horas, contra a flexibilização, contra os salários em atraso, por um novo Governo, por uma nova política».

Ontem voltaram à rua os trabalhadores da Sorefame e da Hidro-Sorefame, que se opõem à tentativa de despedimento colectivo de 154 pessoas actualmente ao serviço desta última e que, a confirmar-se a situação de excedentários, deveriam ser integrados nos quadros da Sorefame (como ficou determinado na altura do desmembramento da empresa).

Trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social voltaram anteontem a concentrar-se em Lisboa, frente ao Ministério do Emprego, em vigília para reclamar a rápida revisão da regulamentação de trabalho aplicável ao sector e que há dez anos se mantém inalterada.

Acrescidas razões para a greve dos professores

«A greve de 16 de Fevereiro ganha acrescidas razões, após este completo vazio negocial que caracteriza o Ministério da Educação de Manuela Ferreira Leite» - afirma o secretariado nacional da Federação Nacional dos Professores, numa nota distribuída após a reunião que a Fenprof teve segunda-feira com a ministra.

Assinalando que foi recebida «na sequência da sua exigência de diálogo e negociação», a federação retira da reunião de dia 6 «a convicção de que o ME continua a confundir reunir com negociar, pelo que as iniciativas previstas no plano de acção e luta da Fenprof ganham mais

acuidade, no sentido de exigir do ME respostas concretas a uma situação que se mantém há longo tempo bloqueada».

O plano de acção e luta inclui a entrega no Ministério de abaixo-assinados, hoje (sobre avaliação do desempenho dos membros dos órgãos de gestão) e terça-feira (exigindo estabilidade de emprego para os docentes).

Amanhã, o secretariado nacional da Fenprof permanecerá junto do ME «aguardando algumas das respostas que a ministra adiou nesta reunião» e que têm a ver com questões como a estabilidade de emprego, a prova de candidatura, a

contagem do tempo de serviço, a revisão dos índices salariais, o desenvolvimento da rede pública de educação pré-escolar, a regulamentação do Estatuto da Carreira Docente.

Na passada sexta-feira, professores e educadores do primeiro ciclo contratados, vindos de vários distritos, concentraram-se junto ao ME para exigir a vinculação de todos os docentes que têm mais de dois anos de serviço. A integração na carreira de todos os docentes profissionalizados, o fim dos contratos a prazo e o direito ao subsídio de desemprego foram outras reivindicações que motivaram o protesto.

Caso Totta

O inquérito parlamentar ao processo de privatização do Banco Totta e Açores foi debatido faz hoje oito dias no plenário do Parlamento, com o PSD mais uma vez a defender o relatório final, sob o fogo das críticas dos partidos da oposição. A aprovação do texto final dos trabalhos da Comissão foi feita ainda em Dezembro, com todos os deputados do PSD presentes na comissão a votar a favor, enquanto Silva Pinto (PS) e Nogueira de Brito (CDS) votaram contra. Os restantes deputados do PS e do PCP abandonaram em Setembro os trabalhos da Comissão, acusando a maioria, nomeadamente, de "desrespeitar a dignidade" do inquérito, de "obstaculizar" e de "fabricar as conclusões" finais.

Uma das críticas essenciais da oposição foi a de não se ter ouvido o ex-ministro Miguel Cadilhe e não se ter procedido a uma segunda audição de Miguel Beleza e Braga de Macedo, os quais terão "proferido declarações não convergentes sobre matéria de facto".

Financiamento dos partidos

Todos os quadrantes parlamentares reagiram positivamente à provável abertura de um inquérito pela Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre denúncias de corrupção da Administração Pública e no financiamento dos partidos por empresas. Foi na passada semana, na sequência de declarações feitas pelo presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Ferraz da Costa, de que as empresas estão a ser "colocadas perante o dilema de pagar ou de não poderem concorrer à adjudicação de obras públicas".

O PSD, através de Carlos Pinto, vice-presidente da bancada, considerou positiva a iniciativa da PGR, mas advertiu que Ferraz da Costa deve, agora, "concretizar" aquilo que afirmou.

O PS, pela voz do deputado Alberto Martins, afirmou ser "normal a investigação da PGR, a partir do momento em que o presidente da CIP disse o que disse" sobre a adjudicação das Obras Públicas.

Para o líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, as declarações de Ferraz da Costa "não podem cair em saco roto", considerando fundamental, por outro lado, que deve criar-se um consenso no sentido de proibir e penalizar fortemente o financiamento dos partidos pelas empresas, uma opção já anteriormente manifestada pelos deputados comunistas aquando do debate da lei do financiamento dos partidos.

Recursos hídricos

Falta uma política de gestão e planeamento

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de não ter uma correcta política de gestão e planeamento dos recursos hídricos e de, nessa medida, ser o responsável pelas situações de grave carência de água, como a que actualmente se verifica no Alentejo. A questão foi suscitada numa das sessões plenárias da semana transacta, em intervenção proferida no período antes da ordem do dia pelo deputado António Murteira, que, na oportunidade, criticou ainda o Executivo pelo atraso na construção de infra-estruturas hidráulicas e pela inexistência de um Plano Hidrológico Nacional.

Equacionando o problema naquilo que do seu ponto de vista é essencial, para o deputado do PCP, a questão reside, por conseguinte, não na falta de recursos hídricos ou numa qualquer fatalidade, mas sim, diversamente, num problema político que tem as suas raízes na incúria e na incapacidade governamental para enfrentar esta problemática.

É que, lembrou António Murteira, citando o relatório do Ambiente de 1992, estimam-se em «16 mil milhões de metros cúbicos as disponibilidades potenciais garantidas de água (superficiais e subterrâneas), o que, comparado com os cerca de sete mil milhões de m³ de água consumidos anualmente, permite constatar um saldo bastante confortável em termos globais».

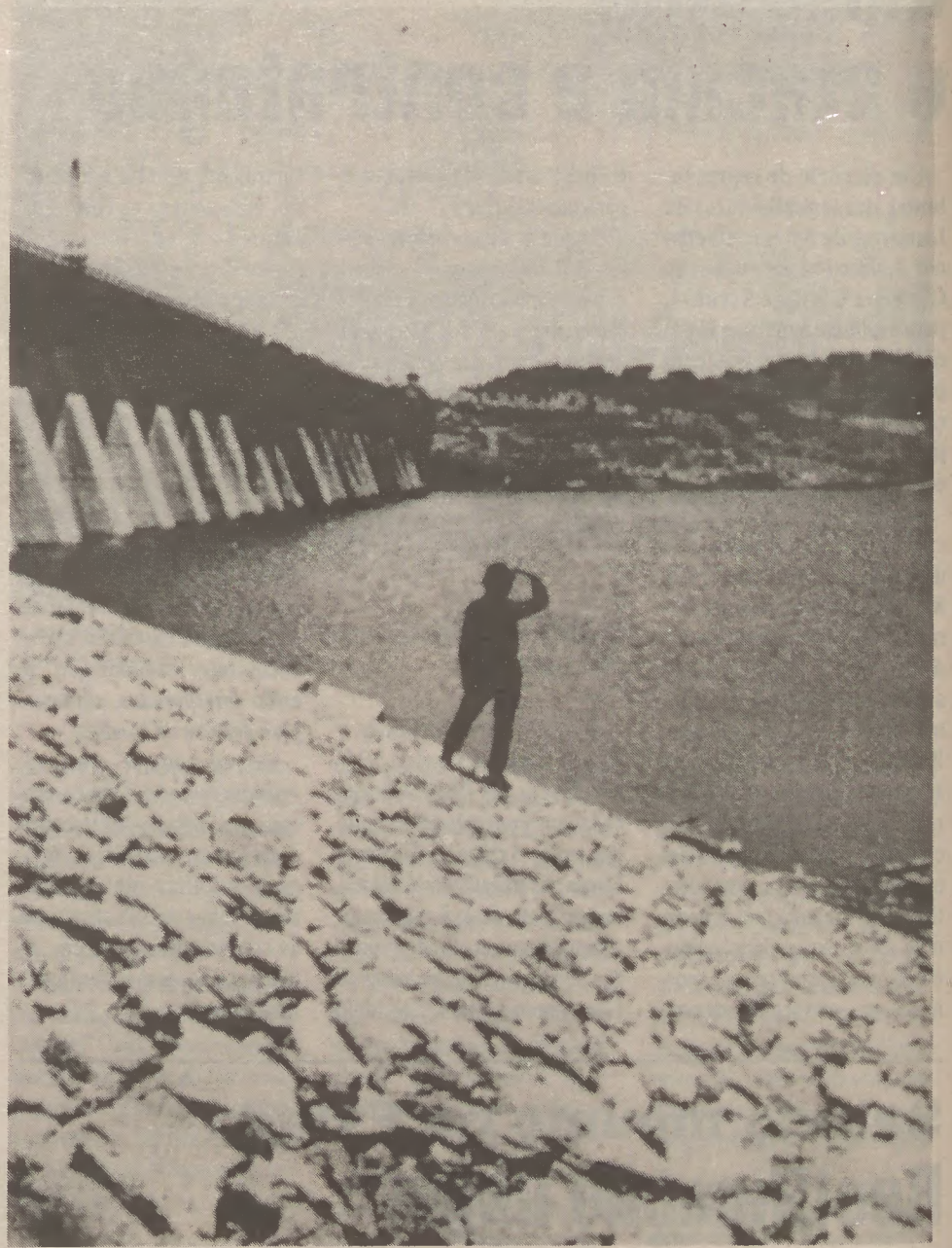
Do que se trata, pois, não é de falta de recursos, mas sim da ausência de uma adequada política de água capaz de aproveitar racionalmente os recursos existentes, do mesmo modo que não têm sido assegurados e acautelados os interesses nacionais em termos de um convénio com a Espanha, tanto mais importante quanto é sabido que 40 por cento dos nossos recursos hídricos provêm do país vizinho.

"Como explicar que os governos portugueses não se tenham apercebido da enorme perda de caudais sofrida pelos principais rios internacionais, nos últimos 20 anos? Como explicar que os governos portugueses não se tenham apercebido que só o Guadiana perdeu metade (50 por cento) do caudal de água que chagava de Espanha?", inquiriu a propósito o deputado do PCP, antes de deixar o alerta para o previsível agravamento da situação se se mantiver, nos termos propostos, o Plano Hidrológico Nacional de Espanha.

Ora tem sido esta incoerente política de recursos hídricos - no caso das infra-estruturas é elucidativo o que se passa com o Alqueva ou com as barragens do Enxóe e Minutos, estas últimas já orçamentadas mas ainda não concretizadas - que no entender do Grupo

comunista tem contribuído para agravar a crise económica e social no Alentejo, região onde a taxa de desemprego se aproxima dos 20 por cento, onde alastram as manchas de pobreza e onde se voltam a registar fortes fluxos migratórios.

Daí a reclamação, de novo reiterada por António Murteira, de que o projecto do Alqueva vá por diante, uma vez que só esta barragem permitirá armazenar os 4.000 milhões de metros cúbicos de água do Guadiana que actualmente se perdem no oceano, água esta que em anos de seca garantirá o abastecimento do sistema de pequenas e médias barragens, indispensáveis para a agricultura e para o abastecimento das aldeias, vilas e cidades.



Combate aos efeitos da seca

A adopção de apoios imediatos aos esforços das autarquias e das organizações de agricultores com vista a um levantamento das carências existentes e previsíveis nas áreas atingidas pela seca, bem como a mobilização e disponibilização de meios para enfrentar a situação, constituem duas das medidas de combate aos efeitos da seca defendidas pelo Grupo Parlamentar do PCP, que reclama, simultaneamente, com carácter excepcional, apoios financeiros às autarquias atingidas.

Anunciadas por António Murteira, as medidas de curto e médio prazo preconizadas pelo PCP passam, por outro lado, pelo acelerar dos prazos de construção do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, pelo início da construção das barragens do Enxóe

(Margem Esquerda do Guadiana), Gema e Agua Branca (Odivelas), Minutos (Montemor-o-Novo), e pela ligação das albufeiras do Alvito, Odemira e Roxo.

Da maior importância, na perspectiva do Grupo comunista, é também a assinatura entre Portugal e Espanha de um Convénio que garanta uma partilha equilibrada das águas dos rios internacionais, bem como o levantamento das fontes de poluição com vista à sua erradicação.

Reivindicado pelos parlamentares do PCP é igualmente a adopção de métodos de gestão e planeamento por bacia ou por grupos de bacias hidrográficas e, noutro plano, a adopção de espécies e técnicas na agricultura que permitam a poupança da água.

Tráfico de influências e corrupção PCP exige investigação e medidas

O deputado comunista António Murteira classificou de "bom serviço na luta contra as irregularidades, as ilegalidades e a corrupção" o trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso da morgue do Hospital de Beja e apelou às entidades competentes para que aprofundem as matérias relacionadas com este processo e outros com ele correlativos.

Apesar de não dispor de meios suficientes para aprofundar todo o processo, recorde-se, a Comissão reconheceu a existência de "irregularidades formais no processo de adjudicação da morgue do HDB", tendo considerado que muito embora tenham sido "demonstradas as irregularidades e indícios de ilegalidade", não se encontra, todavia, "em condições de produzir conclusões sobre a existência ou não de corrupção nem sobre os seus eventuais autores", facto que a levou a

remeter o envio das conclusões para a Procuradoria Geral da República.

Apoiando inteiramente esta decisão, António Murteira considera, por outro lado, que existem outras situações indiciadoras de tráfico de influências e irregularidades que devem também ser investigadas, dando mesmo como exemplos os casos de negócios com as empresas "Zélia, Saneamento e Limpeza", "Machado e Saleiro", "José Pinto Cacião" e "Electrolima", o caso da nomeação de um vice-presidente da distrital do PSD como assessor da administração do HDB, e a transformação da colónia de férias para idosos em Vila Nova de Mil Fontes em «Hotel Social».

"É preciso agir para criar comportamentos e mentalidades saudáveis que ponham fim às irregularidades, ilegalidades e corrupção", sublinhou António Murteira.

Tratamento e reinserção de toxicodependentes

PSD chumba iniciativas do PCP

O PSD inviabilizou o projecto de lei do PCP que preconiza a criação de uma rede de serviços públicos para o tratamento e reinserção social de toxicodependentes. Chumbado foi também outro diploma, igualmente subscrito pelos parlamentares comunistas, que previa a elaboração de um Relatório anual sobre a situação do País em matéria de toxicodependência. Ao assumir esta posição, a bancada da maioria voltou a evidenciar, faz hoje oito dias, o seu desinteresse pela adopção de medidas concretas susceptíveis de contribuir mais eficazmente para o combate à droga.

No caso vertente, tratava-se de confrontar o Governo com as suas próprias responsabilidades, impu-tando-lhe, designadamente, no caso do primeiro projecto de lei, obrigações no capítulo da criação de condições de tratamento acessí-

Como trataram de demonstrar os deputados comunistas António Filipe e Luís Peixoto ao recordarem que, ao contrário do que afirma o Governo, a evolução dos flagelos da toxicodependência e narcotráfico "continua a registar cres-

cente a droga; nos últimos dez anos, os processos e arguidos por tráfico de droga subiram mais de 600 por cento, enquanto as apreensões de heroína multiplicaram por 90 e as de cocaína por 250; em 1993, o número de overdoses referenciadas nos Institutos de Medicina Legal atingiu os 340 casos.

Ora foi justamente para esta realidade que os deputados comunistas chamaram a atenção, pondo em relevo, sobretudo, a distância que vai entre os discursos oficiais e o anúncio de programas e de boas intenções, por um lado, e, por outro, a implementação de medidas concretas e eficazes de combate à droga.

A testemunhá-lo está o facto - considerado por António Filipe

Daí que não tenham qualquer sustentação os argumentos aduzidos pelo PSD, em resposta ao PCP, quanto a uma alegada "perspectiva de estatização do combate à droga" nas suas propostas e quanto à "sua falta de confiança no sociedade civil". Se tal carece de demonstração, o mesmo não se poderá dizer da realidade que decorre de uma política que, como foi sublinhado pela bancada comunista, "não só não está à altura da dimensão e gravidade do flagelo da toxicodependência, como contribui para o seu agravamento".

É que - lembraram-no os deputados comunistas - se o combate eficaz à toxicodependência passa por um vontade política que se traduza numa efectiva mobilização de meios para a prevenção primária e por condições de tratamento acessíveis e de reinserção social, esse combate passa também pela adopção de políticas que eliminem as causas mais profundas, isto é, por condições dignas de educação e ensino, por perspectivas de emprego e pela "humanização das condições de vida e sociabilidade nos grandes centros urbanos".

Fiscalização das "Secretas"

PSD falha eleição

Os três membros da lista do PSD ao Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações (CFSI) não conseguiram ser eleitos na Assembleia da República, na semana transacta, estando prevista a repetição do acto eleitoral para de hoje a oito dias.

Na eleição, por voto secreto, votaram 197 deputados, tendo o ex-presidente do Conselho, Montalvão Machado, obtido 113 votos a favor e 84 contra, enquanto Fernando Amaral recebeu 115 a favor e 82 contra, e Vítor Crespo 113 a favor, 83 contra e uma abstenção.

Na eleição para o CFSI, recorde-se, é requerida maioria de dois terços, pelo que, com o número de deputados votantes, teriam sido necessários 132 votos favoráveis para cada um dos membros da lista.

Posteriormente, o líder da bancada da maioria revelou que esta iria apresentar uma nova lista para o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações que poderá incluir um nome indicado pelo CDS/PP que assim substituirá o último nome da lista.

Explicando a posição da sua bancada, o deputado comunista João Amaral considerou essencial dotar o Conselho de meios eficazes de fiscalização e recordou que, na lei actual, "o Conselho continua a só poder saber aquilo que o ministro e os seus serviços lhe querem dar a conhecer".

Entendendo que "há uma situação de anormalidade no regular funcionamento das instituições", e que no diploma actual, aprovado apenas pelo PSD e CDS, a fiscalização "é uma ficção", João Amaral defendeu uma alteração da lei, de forma a dotar o Conselho de Fiscalização de efectivos poderes, nomeadamente de realizar inspecções directas sem pré-aviso.

«Tratar um toxicodependente é um problema complexo. É necessário ter em conta a substância utilizada, o indivíduo que a utiliza, as suas raízes culturais e sociais e o contexto social e cultural favorável ou desfavorável em que se situa o uso da droga.»

(...)

«Tentar tratar um toxicodependente exige um esforço multidisciplinar, é necessário apoio permanente disponível, altamente especializado, quer na fase inicial de tratamento físico, quer fundamentalmente na fase principal do tratamento, a desabituação psíquica que não é independente dos factores que conduziram ao início do processo.»

Luís Peixoto

«Na última década, inúmeros programas e estruturas foram criados, reformulados, reestruturados, sempre que se tornou indistigável o fracasso de fórmulas anteriores. O que é hoje evidente é que, tal como em outros sectores da vida nacional, o esforço propagandístico do Governo em matéria de combate à toxicodependência andou sempre muito à frente do esforço real.»

(...)

«Tem pouca autoridade, para apelar às responsabilidades alheias no combate à droga, um Governo que no plano económico e social conduz uma política de agravamento das vulnerabilidades e das situações de risco que conduzem à toxicodependência.»

António Filipe

veis e na existência de perspectivas reais de reinserção social.

Assim o não entendeu a maioria parlamentar que suporta o Executivo, com isso revelando que, afinal - dando razão à observação feita no debate pelo deputado comunista António Filipe -, "o esforço propagandístico do Governo em matéria de combate à toxicodependência andou sempre muito à frente do esforço real".

cimentos muito preocupantes, com consequências sociais e humanas que as estatísticas são incapazes de traduzir".

O números, a este respeito, são por de mais esclarecedores: crescimento de sete por cento de criminalidade associada à droga no último ano, nos estabelecimentos prisionais mais de 7.000 reclusos (dois terços da população prisional) têm como causa directa pela

como inadmissível - de o Estado não dispor em todo o País de mais de 50 camas para internamento de toxicodependentes, havendo pelo menos cinco distritos que não possuem qualquer centro de atendimento, como inadmissível é que num quadro de carências, como o presente seja anunciado o propósito de desarticulação do Centro de Apoio a Toxicodependentes do Restelo.

Reestruturação da indústria naval

Inércia do Governo lesa o País

A notícia da previsível construção de um estaleiro naval em Wismar, Alemanha, envolvendo financiamentos superiores a 300 milhões de ECU, continua a suscitar não apenas alguma perplexidade como também reacções de inquietação pelo posicionamento do Governo português em relação a esta matéria.

A questão central prende-se sobretudo com o facto de tais auxílios comunitários à reestruturação da indústria naval em território da ex-RDA decorrerem num momento em que, simultaneamente, se adensam os sinais de degradação da nossa indústria de construção e reparação naval.

Por outras palavras - e esta foi a questão nodal colocada pelo deputado José Manuel Maia em requerimento sobre o assunto dirigido ao Governo -, quando se exigia do Executivo PSD a adopção de medidas capa-

zes de viabilizar os estaleiros nacionais e assegurar o emprego, assim invertendo a tendência para a redução sucessiva da capacidade instalada e dos postos de trabalho verificada por exemplo nos estaleiros da Lisnave e Setenave, a verdade é que não se conhece da parte do Governo nenhuma diligência ou esforço junto das instituições comunitárias no sentido de obter apoios que garantam a sobrevivência desta actividade industrial da maior importância económica e social para o País.

Isso mesmo foi confirmado, como chama a atenção José Manuel Maia no texto do requerimento, pela própria Comissão Europeia que, em resposta a uma questão colocada pelo deputado comunista Sérgio Ribeiro, afirma não ter recebido "qualquer notificação relativa à reestruturação prevista da indústria portuguesa da construção naval".



Recenseamento eleitoral

PCP quer mais jovens a votar

O PCP entregou na Assembleia da República um projecto de lei que "abre um período extraordinário de recenseamento eleitoral", visando possibilitar a votação dos jovens que, apesar de terem 18 anos, não podem votar nas legislativas.

Ao prever este período extraordinário de recenseamento entre 20 e 23 de Fevereiro, no pressuposto de que "é desejável que o universo de eleitores recenseados abranja o maior número possível de jovens que tenham cumprido 18 anos de idade", o diploma subscrito pelos parlamentares do PCP procura assim prevenir a possibilidade de realização de eleições antecipadas para a Assembleia da República.

Ao mesmo tempo, como salienta a nota preambular do diploma, a solução proposta

pelo PCP evita críticas que foram feitas a outras soluções, uma vez que, no calendário previsível de eleições antecipadas, todos os novos eleitores disporão simultaneamente de capacidade eleitoral activa e passiva.

Com a solução preconizada pela formação comunista, dezenas de milhares de jovens que cumpriram 18 anos ao longo de perto de nove meses (entre 31 de Maio e 23 de Fevereiro) terão deste modo oportunidade de cumprir o direito cívico de votar nas legislativas em eleições antecipadas.

De acordo com a lei actual, só os jovens maiores de 18 anos recenseados até ao final do mês de Maio - data-limite para o recenseamento eleitoral - podem exercer o direito de voto em eleições posteriores.

XIV Assembleia da FMJD

Organizações juvenis e progressistas de todo o mundo juntam-se no Seixal

Mais de 90 organizações de 62 países confirmaram até à hora de fecho desta edição do «Avante!» a participação na XIV Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), desta vez organizada pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP) e que decorre no Fórum da Câmara Municipal do Seixal desde hoje até quarta-feira da próxima semana.

A JCP assinala que esta é a mais importante iniciativa internacional de organizações progressistas e revolucionárias realizada após 1990, uma vez que estas assembleias realizam-se de quatro em quatro anos e esta é a primeira que decorre desde que ocorreram as profundas modificações políticas nos países do Leste europeu.

Criada em 1945, imediatamente após o fim da II Guerra Mundial, na Conferência Mundial da Juventude que se realizou em Londres, a FMJD comemora este ano o seu 50º aniversário, sendo o lema da XIV Assembleia o seguinte: «Acção e Participação Juvenil

para a Paz, a Democracia e o Desenvolvimento Sustentado».

Além da determinação das grandes linhas orientadoras da federação, a assembleia vai eleger no Seixal os órgãos da direcção e executivos da FMJD.

Campanha por Timor

Paralelamente à realização da assembleia, a JCP vai lançar a partir de amanhã uma Campanha Mundial de Solidariedade com o povo de Timor-Leste, que será dinamizada pela FMJD.

Outra iniciativa paralela é uma Conferência Internacional

subordinada ao tema «A Participação Juvenil para a Paz e o Desenvolvimento», inserida no 10º aniversário do Ano Internacional da Juventude (ver notícia nesta página).

De 16 a 21 de Fevereiro decorrerá um Encontro entre as Organizações Juvenis dos vários Países de Língua Oficial Portuguesa, aproveitando a presença de muitas dessas organizações para os trabalhos da assembleia da FMJD.

Além da aproximação e colaboração entre as várias organizações, o encontro incluirá contactos diversos com o movimento juvenil, a comunidade imigrante e o poder local e reuniões com o movimento anti-racista.

Resistência juvenil

A FMJD conta com organizações-membros em cerca de 100 países e a JCP integra presentemente o seu Conselho Geral, estando a presidência atribuída à Liga Juvenil do Congresso Nacional Africano.

Em nota distribuída à imprensa a JCP afirma que a Assembleia se reveste de particular importância pois a sua realização ocorre «num momento em que, ao contrário do que nos têm tentado fazer, as importantes e inegáveis vitórias do imperialismo nos últimos anos e a sua força presente não puseram fim à história. Por todo o mundo a resistência juvenil é uma realidade, bem como é uma realidade o crescimento, reorganização e reforço das organizações juvenis progressistas e revolucionárias, jovens que se organizam rumo ao futuro, rumo à libertação da humanidade».

Entre os países representados, encontram-se a África do Sul, Alemanha, Angola, Antilhas Holandesas, Argélia, Azerbeijão, Bangladesh, Barbados, Bélgica, Benin, Bolívia, Brasil, China, Chipre, Colômbia,

Cuba, Egipto, El Salvador, Eritreia, Espanha, EUA, Etiópia, França, Gana, Grécia, Ilhas Comores, Ilhas Maurícias, Índia, Inglaterra, Iraque, Israel, Jamaica, Jordânia, Laos, Líbano, Líbia, Malásia, Marrocos,

México, Namíbia, Nepal, Palestina, República Dominicana, Roménia, RPD Coreia, Rússia, Sahara Ocidental, Senegal, Serra Leoa, Síria, Sri Lanka, Sudão, Venezuela, Vietname e Zâmbia.

Participação juvenil para a Paz e Desenvolvimento

Uma das iniciativas paralelas à XIV Assembleia da FMJD será uma conferência internacional subordinada ao tema «A Participação Juvenil para a Paz e o Desenvolvimento» e que ocorre numa altura em que se assinala o 10º aniversário do Ano Internacional da Juventude. Esta conferência decorrerá no sábado e sobre ela os organizadores enviaram ao «Avante!» uma nota onde se destacam as dificuldades, aos mais variados níveis, colocadas à plena concretização da participação cultural e social da juventude. É esse texto que aqui damos conta.

Foi em 1985 o Ano Internacional da Juventude. Dos seus objectivos, hoje, não se torna difícil afirmar que não foram

concretizados. Dez anos depois, os direitos juvenis, ao contrário de progredirem no sentido do seu aprofundamento e generalização, registam retrocessos graves na maioria dos países. A Paz está longe de ser uma realidade. O Desenvolvimento, global, de cada país, harmoniosamente dentro de cada sociedade, está ainda mais longe de ser uma realidade. A participação juvenil no processo económico, cultural, social e político não passa do plano das boas intenções.

Conscientes desta realidade, a Federação Mundial da Juventude Democrática e a Juventude Comunista Portuguesa promovem conjuntamente uma Conferência Internacional, no Seixal, dia 11 de Fevereiro, subordinada ao tema «Participação juvenil para a Paz e o Desenvolvimento», que contará com a presença das organizações que participam na XIV Assembleia e de

diversas organizações juvenis portuguesas para o efeito convidadas.

Nesta Conferência, além de um balanço o mais preciso possível sobre a situação juvenil hoje, procurar-se-á encontrar as grandes causas e as reivindicações concretas que em 1995 sejam catalisadores da luta e acção juvenis, dentro do espírito que esta forma de participação, a participação activa na luta, é hoje decisiva para o efectivo alcançar da Paz e para o desenvolvimento dos povos e países deste planeta.

Mas a diferentes níveis, a participação juvenil torna-se hoje uma questão decisiva. O afastamento actual de largos sectores juvenis da participação no processo produtivo,

pelos políticos que fazem do desemprego pilar da sua estrutura e pelas políticas que não apostam na educação e na valorização dos recursos humanos, é em muitos países um forte óbice ao desenvolvimento. As dificuldades reais ao exercício da participação política da juventude, colocados pelas diferentes ditaduras ou pelas democracias em que participar é, quase só, votar, bem como as dificuldades, aos mais variados níveis, colocadas à plena concretização da participação cultural e social da juventude, traduzem-se por um mundo onde a juventude não encontra os espaços para ser feliz, um mundo que rejeita a sua efectiva contribuição, um mundo que tem que ser transformado.

Destas e outras pistas se fará o debate dia 11 de Fevereiro que esperamos amplamente participado.

O afastamento actual de largos sectores juvenis da participação no processo produtivo, pelas políticas que fazem do desemprego pilar da sua estrutura e pelas políticas que não apostam na educação e na valorização dos recursos humanos, é em muitos países um forte óbice ao desenvolvimento.

JCP acusa: Aparato político faz esquecer educação

A Coordenadora Nacional do Ensino Secundário (CNES) da JCP, sábado e domingo passados no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, verificou mais uma vez que a meio do ano lectivo os graves problemas com os quais os estudantes se debatem estão a ser esquecidos e absorvidos «pelo aparato político, recentemente anunciado na Comunicação Social, sobre quem sucederá ao malogrado Aníbal Cavaco Silva», lê-se num comunicado distribuído após essa reunião.

«Independentemente se será Nogueira, Barroso, ou Guterres os próximos homens que raramente se enganam ou têm dúvidas, os estudantes continuam a sofrer na pele todos os problemas originados pela actual reforma do Sistema Educativo, assim como as actuais condições de ensino que há anos perpetuam, e contra as quais nenhum dos referidos senhores apresenta propostas de resoluções», lê-se nessa nota.

Essas são razões para a JCP reivindicar a urgente «reforma da Reforma» do Sistema Educativo, tendo como linha de orientação a mudança do regime de gestão escolar que está a ser imposto com um aprofundamento democrático que leve em conta a participação dos estudantes, «a valorização de uma avaliação contínua e não contingente abolindo as Provas Globais» e a criação efectiva de condições materiais e humanas para uma implementação real dos novos programas curriculares, assim como o melhoramento das condições para a prática desportiva, «tendo em conta a promessa eleitoralista de 100 novos pavilhões gimnodesportivos e ainda a alteração do actual regime de acesso ao Ensino Superior, com a abolição dos Numerus Clausus nos próximos três anos».

A educação não aguenta o Ministério

Neste comunicado, diz-se ainda que «após um breve levantamento dos actuais problemas que todos parecem esquecer, a CNES dá o seu voto de confiança junto dos estudantes e das suas associações para uma urgente dignificação dos alunos do ensino secundário».

Por fim, a JCP, tendo em conta a recente decisão do professor Cavaco Silva, «convida Ferreira Leite e o seu contingente a seguirem o mesmo caminho, pois embora o Ministério queira esta educação, uma verdadeira educação não aguenta este Ministério».

Matadouro de Penafiel

Gastaram milhão e meio e não o põem a funcionar

A Associação dos Agricultores Portugueses do Porto (APA), em reunião de Direcção, realizada no sábado, decidiu recorrer à Procuradoria Geral da República solicitando um Inquérito ao caso do Matadouro de Penafiel, no sentido de apurar todas as responsabilidades, quer em relação ao próprio projecto, quer em relação aos destinos dos milhares de contos entretanto gastos, «dinheiro da Comunidade, do Governo, das Autarquias e de Cooperativas Agrícolas que é, como quem diz, dinheiro de todos nós», lê-se num comunicado distribuído à Comunicação Social.

A APA considera o projecto do Matadouro de Penafiel «megalómano e completamente desadequado às realidades da região» e, depois de ter colocado na véspe-

ra desta reunião, à entrada do Matadouro, uma faixa alusiva ao problema levantado por aquela instalação, resolveu encetar novas acções de denúncia pública «para evitar que este escândalo caia no esquecimento».

«Mais uma vez, os Agricultores saem defraudados de verbas que alegadamente lhes eram destinadas sem que ninguém e em particular o Governo seja responsável do que quer que seja», lê-se na nota.

A APA conclui, dizendo que continuará «a reclamar investimentos do Governo para a modernização dos Matadouros Concelhios que ainda estão em funcionamento e que, estes sim, se adequam melhor à nossa realidade e aos interesses dos produtores de carne da região».

Promessas escondem negócio

A revolta dos agricultores da região surge pelo facto de o Matadouro de Penafiel não estar a funcionar, depois das promessas de que ele viria melhorar as condições higiénicas de abate na região, razão dada para o encerramento dos matadouros concelhios.

Faltam, aparentemente, 300 mil contos à Canagri - a empresa que ficou com o negócio. Depois de terem sido gastos um milhão e meio de contos, o empreendimento está paralisado.

Por isso, a faixa colocada pela APA diz: «Aqui jaz um milhão e quinhentos mil contos para o novo "matadouro" morto ao nascer».

Um negócio estimulado pelo Governo, criando uma situação que se repete em muitos outros pontos do país, onde matadouros concelhios são fechados sem que haja alternativas.

Canadá quer restringir pesca no Atlântico Norte

A Comissão Europeia examinará em breve um pedido da comissão responsável pela política de pescas para accionar os mecanismos legais necessários à anulação das quotas de pesca repartidas, quarta-feira da semana passada, no comité pesqueiro do Atlântico Norte.

"A comissão Ema Bonino vai propor, numa das próximas reuniões do colégio de comissários, a abertura de um procedimento de objecção de voto para neutralizar o que ficou decidido no encontro da Organização de Pescas do Atlântico Norte (NAFO), contra a vontade da União Europeia", informou um porta-voz da comissão italiana, citado pela Lusa.

Na reunião de Bruxelas, a delegação canadiana levou uma maioria de países a votar a repartição, pelas partes contratantes, de um total autorizado de capturas (TAC) de palmeta ou alabote da Gronelândia de 27 mil toneladas.

A delegação da União Europeia, liderada por Ema Bonino, não participou na votação, da qual resultou a atribuição de quotas de 16.300 toneladas ao Canadá e de 3.400 toneladas (pouco mais de 12 por cento do total) para a União Europeia sem que fossem discriminadas quantidades por Estado-membro.

"A comissão considera inaceitável que este voto quebre a tradicional regra do consenso que sempre vingou nas reuniões do comité NAFO", indicou o porta-voz comunitário, sublinhando a surpresa que suscitou em Ema Bonino a atitude do Canadá, o qual "ensombrou o clima de boa colaboração desde sempre existente no seio da NAFO".

Do lado europeu, Portugal e Espanha são os maiores interessados na pesca da palmeta, espécie agora ameaçada, motivo pelo qual a NAFO decidirá, em Setembro, acordar um primeiro TAC. A Rússia e os Estados bálticos, Noruega e Japão são outras potências pesqueiras detentoras de quotas de palmeta.

Entretanto, não será interrompida a pesca da palmeta no Atlântico Norte, garantindo a UE que respeitará o princípio de preservar esta espécie.

Acusações

O problema foi despoletado pelo Canadá, que acusa a frota comunitária ao largo da zona

NAFO, maioritariamente composta por barcos portugueses e espanhóis, de infringir os níveis de capturas de pescado permitidos no local.

A questão foi levantada a semana passada, em Bruxelas, no encontro do Comité da Organização das Pescas do Atlântico Norte (NAFO), que durante três dias reuniu na capital belga.

De acordo com fontes das negociações NAFO, citadas pela Lusa, a Comissão Europeia considera inaceitável a aparente tentativa do Canadá para ligar a questão dos desvios às regras internacionalmente estabelecidas a uma eventual redução do esforço de pesca nas águas internacionais do Atlântico Norte.

"Os canadianos parecem apostados em justificar a redução de capturas por eles tão ambicionada com o argumento de que os europeus já pescam de mais nestas águas quando desrespeitam os totais autorizados", indicou fonte das negociações do comité de pescas NAFO.

Nas negociações multilaterais, em que participam delegações de países europeus extracomunitários e de fora da Europa, é a Comissão Europeia que assume a defesa dos interesses da frota comunitária e das frotas ibéricas (que só em 1996 serão integradas na frota da UE).

O estabelecimento, pela primeira vez, de Totais Autoriza-

dos de Capturas (TAC) de alabote da Gronelândia ou palmeta dominou os trabalhos da sessão do comité NAFO. O mau estado dos "stocks" justifica, para as partes contratantes da NAFO, a limitação da actividade pesqueira. No entanto, as mesmas partes, em particular o Canadá e a União Europeia, divergiram sobre a repartição de quotas de pescas.

"A União recusou uma proposta dos canadianos em que estes reivindicavam o direito exclusivo a 50 por cento das capturas de palmeta, a que se juntaria uma percentagem de capturas suplementares resultante da repartição dos restantes 50 por cento por todas as partes", indicou fonte das negociações.

Se visse satisfeitas as suas exigências, o Canadá quase que invertiria, a seu favor, a actual repartição do esforço de pesca da palmeta, cujo saldo é favorável à União Europeia (em cerca de 75 por cento), precisou.

A mesma fonte declarou que o Canadá tem pretensões sobre uma fatia tão grande das capturas por ser um Estado costeiro da zona NAFO. No entanto, esta zona é internacional, ou seja, está além das águas territoriais canadianas.

A Directora-Geral das Pescas, Marina Ferreira, negou entretanto a existência de qualquer tipo de "pilhagem" por parte dos navios portugueses que pescam no Atlântico Norte.

No entanto, disse, as autoridades canadianas estão a realizar uma "fiscalização cerrada aos barcos portugueses, chegando a efectuar duas fiscalizações por dia a cada navio", em águas internacionais, o que é ilegal. O Canadá só tem legitimidade para fiscalizar navios nas suas águas.

O Canadá, segundo aquela responsável, "tem recorrido a tudo para expulsar os barcos europeus da NAFO, nomeadamente aprovando legislação nacional que vai contra o direito internacional", no que respeita à fiscalização de navios de qualquer proveniência, fora das suas águas.

Perguntas à Comissão

A Expo 98 e a dispensa de estudos e avaliação de impactes ambientais, o Forum dos Migrantes, e o acesso ao Regime de Auxílios a Pequenos Investimentos na Zona de Fronteira no âmbito do INTERREG II, foram temas que suscitaram interrogações ao eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro. As perguntas, que a seguir se transcrevem, foram feitas à Comissão. Aguarda-se resposta.

Expo 98

A Expo 98 é um empreendimento que, na zona oriental de Lisboa, terá um importante impacto nas mais diversas vertentes. Entre elas, e relevante, na vertente ambiental.

O respectivo Plano de Urbanização (PU) foi apreciado por uma Comissão de Acompanhamento, que integra um representante do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais (MARN). Com algum espanto e muita preocupação, sabemos que, no parecer dessa Comissão, com base no qual se aprovou o PU, se considerava justificado que a empresa Parque Expo 98, SA solicitasse dispensa do que a legislação exige no que respeita a avaliação de impacte ambiental (AIA), a partir dos necessários estudos de impacte ambiental (EIA). Para além de serem as próprias autoridades a terem tomado a iniciativa de considerar justificada a dispensa de obrigações que a legislação impõe, "sugerindo-se" que a entidade privada o solicitasse, essa "sugestão" foi feita com o peregrino argumento de que não há que fazer estudos ou avaliar impactes!

Sem prejuízo do prioritário tratamento nacional da questão e de uma interpretação coerente do princípio da subsidiariedade, mas no reconhecimento da necessidade de uma vigilância comunitária para as questões de ambiente, pergunta-se, à Comissão, se uma tal situação exige um pedido de esclarecimento e, eventualmente, uma tomada de posição.

Forum dos Migrantes

A partir da criação da cidadania europeia, os representantes dos emigrantes naturais dos Estados-membros deixaram de participar no Forum dos Migrantes.

Verifica-se, no entanto, a existência de grandes e diversos problemas (como, por exemplo o preço dos documentos de residência e as limitações à procura de emprego na Holanda, a situação dos trabalhadores em situação de subempregados, a diminuição do apoio às associações), que não foram sanados mas que, pelo contrário, se agravaram a partir da institucionalização desta nova cidadania.

Pergunta-se, assim, à Comissão que medidas tenciona tomar para criar um espaço alternativo a este Forum de modo a que, com a participação dos representantes dos cidadãos comunitários migrantes dentro do espaço comunitário, possa acompanhar mais de perto a situação e com o objectivo de mais rapidamente se resolverem e/ou evitar novos problemas.

INTERREG II

A Câmara de Despachantes Oficiais acaba de ser informada, em resposta a fax seu de há mais de dois meses, que as autoridades portuguesas, entre outras acções, "propuseram no âmbito do programa INTERREG II o prolongamento do Regime de Auxílios a Pequenos Investimentos na Zona de Fronteira cujas condições de acesso serão definidas logo que se encontre encerrado o processo em curso de negociação deste Programa com os serviços da Comissão Europeia".

Dispensando-se os comentários sobre o entendimento do conceito de participação que revelam as ditas autoridades portuguesas, pergunta-se à Comissão em que ponto se encontram as referidas negociações e qual o seu previsível calendário e resultado.

Novas quotas de pesca para o bacalhau e sardinha

A atribuição urgente de uma nova grelha para a distribuição das quotas de pesca do bacalhau e a criação de um esquema de indemnizações compensatórias para assegurar a estabilidade do mercado de sardinha, foram recentemente reclamadas pelos eurodeputados comunistas no Parlamento Europeu.

Em propostas de resolução apresentadas ao PE, os eurodeputados comunistas Joaquim Miranda e Honório Novo sublinharam os direitos históricos da frota portuguesa e a importância das capturas de sardinha e bacalhau para a sua sobrevivência, para reivindicar a alteração das regras comunitárias nesta matéria.

No primeiro caso, os eurodeputados recordaram que a pesca do cerco em Portugal, orientada quase na sua totalidade para a captura de sardinha (o recurso mais abundante ao longo da costa portuguesa), mobiliza 150 embarcações, emprega 3.000 pescadores e traduz-se num total de capturas anuais de 150.000 toneladas de sardinha.

Considerando que se trata de uma espécie sujeita a grandes variações (quer no preço quer na distribuição das capturas ao longo do ano), que constitui a principal matéria-prima da indústria portuguesa de conservas (mais de 40 por cento do total das capturas), de que dependem uma dezena de comunidades piscatórias, os eurodeputados comunistas propuseram no PE a criação de "um esquema de indemnizações compensatórias à produção". A proposta visa, à semelhança do que acontece para o atum destinado à indústria conserveira, "assegurar uma efectiva estabilidade do mercado da sardinha e também um nível minimamente satisfatório dos rendimentos dos produtores nacionais".

O fiel amigo

No respeitante ao bacalhau, a situação portuguesa não podia ser mais elucidativa. O mercado

nacional consome anualmente cerca de 500 milhões de Ecus de bacalhau salgado seco. Antes da adesão de Portugal à Comunidade, a frota portuguesa capturava 160.000 toneladas de pescado de alto valor comercial; hoje, a produção não ultrapassa as 65.000 toneladas. Das 60.000 toneladas de bacalhau consumidas pela indústria transformadora anualmente, apenas 7 por cento provém da captura nacional.

Enquanto isso, há países europeus (caso do Reino Unido e da Alemanha), que não utilizam a totalidade das suas quotas de pesca de bacalhau, e que não procedem à sua transferência.

Acresce que dois terços das importações de pescado são efectuados ao abrigo de regimes derogatórios, pelo que o princípio da preferência comunitárias relativamente a países terceiros não se aplica no sector das pescas, o que prejudica a produção comunitária.

Esta situação está a provocar o estrangulamento da frota do largo portuguesa, com consequências dramáticas na situação económica e social das populações que dela dependem. Razões de sobra, portanto, para os eurodeputados comunistas reclamarem a "urgente atribuição de uma nova grelha para a distribuição das quotas de pesca que tenha em conta a dimensão e os direitos históricos da frota portuguesa".

A proposta reclama ainda uma "maior firmeza na defesa dos interesses comunitários na discussão dos acordos de pesca, nomeadamente nos acordos com o Canadá e a Noruega" e defende a necessidade de acabar "com as derrogações à pauta aduaneira comum à excepção das importações de matéria-prima que visem suprir as necessidades de abastecimento da indústria transformadora europeia, particularmente no que respeita ao bacalhau congelado com destino à transformação".

A propósito das línguas

"... acrescentai, por favor, que lutei, luto e lutarei até ao derradeiro alento pela preservação dessa identidade, última razão de ser para qualquer indivíduo ou colectividade, e que repudio com todas as veras da alma a irresponsabilidade da Europa que em Maastricht, sornamente, a tenta negar, trair-se e trair-nos".

Estas palavras, lembradas recentemente no Parlamento Europeu pelo eurodeputado Sérgio Ribeiro, são de Miguel Torga, que as proferiu ao agradecer a escolha da sua pessoa para "personalidade nacional de 1991". O eurodeputado comunista trouxe-as à liça não apenas em homenagem ao seu autor, recém-desaparecido, mas para sublinhar a importância das línguas nacionais, em risco

de serem marginalizadas pela engrenagem comunitária.

No debate sobre a questão urgente da utilização das línguas nacionais, lembrou Sérgio Ribeiro que "a língua é o elemento essencial e o reflexo da identidade nacional", pelo que permitir que "por via de restrições orçamentais, por submissão a estratégias transnacionais, a pretexto de tecnologias de comunicação, se abandone ou menospreze o uso de uma língua com séculos de história, convivência, cultura próprias, de uma língua oficial para centenas de milhões de mulheres e homens na América Latina, em África, na Ásia, seria empobrecer um património universal, seria trair um legado para valorizar e transmitir".

Os comunistas portugueses não serão cúmplices dessa traição.

Bósnia

Yasushi Akashi, representante especial da ONU para a ex-Jugoslávia, pediu uma nova acção diplomática para salvar a frágil trégua na Bósnia-Herzegovina onde - disse - "as forças armadas de todos os campos estão a preparar-se para um conflito de maior envergadura". Num comunicado distribuído em Zagreb, Akashi faz notar que a aplicação do actual acordo de cessação das hostilidades "deve ser completado por novas iniciativas diplomáticas e negociações políticas". O apelo de Akashi segue-se às declarações do presidente bósnio Alija Izetbegovic que ameaçou lançar uma ofensiva simultânea em várias frentes se as Nações Unidas nada fizerem para sustar os ataques sérvios contra o enclave muçulmano de Bihaç.

Encontro

O Grupo de Contacto sobre a Bósnia reúne-se hoje, quinta-feira, em Bona, ao nível de peritos. O Grupo vai estudar quais as medidas que podem ser tomadas para continuar o processo político na Bósnia, tendo por base o plano de paz que propôs em Junho último e que as partes em conflito, à excepção dos sérvios bósnios, tinham aceite. Este será o primeiro encontro entre os cinco países membros do Grupo (Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e Rússia), desde a conclusão de um acordo entre beligerantes para pôr fim às hostilidades durante quatro meses.

Jornalistas

Pelo menos 72 jornalistas foram mortos em 1994 em zonas de conflito, informou o comité para a protecção dos jornalistas. Desses total, 19 foram mortos na Argélia, 14 em zonas onde ocorreram confrontos entre exércitos e grupos rebeldes e 13 quando realizavam investigações sobre presos políticos. "As investigações ao assassinio político são as principais causas de morte de jornalistas no mundo", disse a presidente do Comité para a Protecção dos Jornalistas (CPJ), Kati Marton. Em 1993, foram mortos pelos menos 64 jornalistas, entre os quais cinco na Bósnia, três na Somália, dois na África do Sul e um em Angola.

China

A cidade chinesa de Cantão prepara-se para receber cerca de 12 milhões de viajantes por ocasião da maior festividade anual da China, o Novo Ano Lunar, informa o diário de língua chinesa "Ta Kung Pao" de Hong Kong. O Novo Ano Lunar, também conhecido como Festival da Primavera, é a altura do ano que milhões de chineses aproveitam para viajar e visitar familiares e amigos, começando a movimentação nos 10 dias que antecedem o

Polónia

Walesa aposta na crise política

A Polónia vive uma crise política, directamente provocada pelo presidente Lech Walesa, ainda não há muito símbolo do Solidariedade, apresentado mesmo como o garante da democracia. Hoje tentando recuperar uma popularidade em queda vertiginosa, que põe em causa as suas pretensões a uma reeleição nas presidenciais do Outono deste ano.

Numa nova jogada, de quem nelas se tem especializado, sempre na perspectiva de garante ou reforço do poder, Walesa fez um ultimato à actual coligação de centro-esquerda no poder: ou se demite o primeiro-ministro Waldemar Pawlak, ou o Parlamento será dissolvido.

Esta política de confronto não é nova. Antes se arrasta desde as eleições legislativas de Setembro de 1993, ganhas pela Aliança de Esquerda Democrática (SLD), proveniente do POUP, Partido operário polaco, comunista.

Constituído um governo de coligação, entre a Esquerda Democrática de Aleksander

Kwasniewski e o Partido camponês, Walesa apostou desde o início no confronto. Ameaças dirigidas ao Parlamento, decisões claramente antidemocráticas em relação ao Conselho nacional da rádio e televisão, recusa em participar nos trabalhos da Comissão constitucional da Assembleia Nacional, veto da lei sobre controlo dos salários, recusa em assinar a lei eleitoral para as eleições locais. Os incidentes têm vindo a suceder-se, mantendo o país em permanente estado de crise latente.

No início de Janeiro, e a pretexto de que a política do executivo estaria a atrasar o programa de reformas económicas em pontos fundamentais, Wale-



Walesa, cada vez mais isolado

sa exigiu a demissão do primeiro-ministro.

Um pretexto pouco convincente, pois apesar de se manterem os graves problemas de fundo no plano socioeconómico que afectam a generalidade da Europa de leste, registaram-se algumas melhorias. No fim do primeiro trimestre de 1994, a inflação registava os índices mais baixos dos últimos sete

anos - 4,5% -, e o crescimento económico, de 10%, era o mais elevado dos últimos quinze anos, enquanto o número de desempregados baixava em cerca de 20 mil.

A "gota de água" que terá levado o actual presidente polaco a uma posição de força de resultados bem incertos (as sondagens indicam que a maioria dos polacos considera o pre-

sidente responsável pela instabilidade política do país) parece ter sido a perda da última posição que detinha no seio do governo.

Não por acaso a posição agora assumida por Walesa coincidiu com o pedido de demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros, Andrzej Olechowski, homem próximo do presidente, na sequência de críticas públicas por acumulação de salários.

Simultaneamente às exigências de profunda remodelação do governo polaco, Walesa vetou a lei do Orçamento para 1995 e remeteu o documento ao Tribunal Constitucional, medida que visaria impedir a sua aprovação no prazo exigido pela Constituição. E que levou o Parlamento, numa posição defendida por todos os partidos representados, a ameaçar constituir um Tribunal de Estado para julgar o presidente por abuso de poderes e violação da Constituição.

Nações Unidas

Relatório denuncia violência contra as mulheres

A violência contra as mulheres, na maior parte dos casos de ordem sexual, é favorecida pela indiferença e falta de iniciativa dos governos, indica um relatório das Nações Unidas divulgado em Genebra.

O relatório, intitulado "Violências contra as mulheres", da responsabilidade da jurista do Sri Lanka, Radhika Coomaraswamy, realizado a pedido da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, vai ser analisado na próxima sessão deste organismo em Fevereiro-Março em Genebra.

"A principal causa da violência contra as mulheres é sem dúvida resultado da ausência de acções por parte dos governos contra os crimes cometidos", sublinha o relatório denunciando "a tolerância dos governos para com os autores dos maus tratos principalmente quando se verificam dentro de casa".

O relatório de 92 páginas faz uma relação exaustiva das diferentes formas de violência cometidas pelos homens - violações, prostituição, mutilações sexuais, assédio, espancamentos e ilegalidades várias.

"A gravidade destes crimes raramente é reconhecida" pelas autoridades. Memo quando as leis existem para os reprimir,

os abusos, em particular a violência doméstica encoberta, raramente são perseguidos. A polícia tende a travar os processos, acusa Coomaraswamy.

Recomendando a realização de outros relatórios, nomeadamente sobre a violência na família, a jurista apela às autoridades dos diferentes países

para reprimirem, adoptarem ou seguirem os documentos da ONU sobre a matéria em vez de "invocarem os costumes, a tradição ou a religião para fugirem às suas obrigações de eliminar tais violências".

O caso das mutilações sexuais, que só em África e no Médio Oriente atingem mais

de 100 milhões de jovens, e as violações, utilizadas em conflitos mundiais como arma de terror ou "punição", merecem destaque no relatório.

Também a prostituição e venda de mulheres são realçadas no relatório que refere o exemplo da Tailândia, onde existem entre 70.000 e dois

milhões de prostitutas, para denunciar que milhares de crianças são obrigadas a "trabalhar" até 14 horas por dia em bordéis.

Segundo Radhika Coomaraswamy, o medo da violação e outras formas de abuso impedem as mulheres de viverem de forma independente.



Argélia. Um episódio mais na escalada de violência e de terrorismo que tem vindo a devastar o país. Correspondendo ao apelo da Associação argelina das mulheres democratas, um milhão de pessoas concentrou-se no local em que 42 pessoas morreram e 268 ficaram feridas, vítimas de um atentado suicida de grupos terroristas argelinos, em 30 de Janeiro. Na concentração, foi lançado um apelo à mobilização contra "a ameaça fascista"

Cordilheira do Condor

Novo surto de uma guerra de fronteiras

Prosegue a guerra entre o Equador e o Peru, na fronteira que atravessa a cordilheira do Condor, cujo traçado o Equador de há muito contesta. No Rio de Janeiro, as negociações entre os dois países em conflito, iniciadas ao nível de vice-ministros dos Negócios Estrangeiros, continuam agora entre embaixadores. O acordo para o fim das hostilidades não está a ser respeitado.

O acordo para o fim das hostilidades, que começaram em 26 de Janeiro, foi alcançado graças aos quatro países - Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos - que vigiarão o cumprimento do cessar-fogo e que são garantes do acordo de 1942.

O Equador e o Peru decidiram, no passado dia 31, aplicar um cessar-fogo e suspender qualquer actividade militar ou outra que possa ser interpretada como provocatória.

Entretanto, tropas peruanas continuavam a chegar à fronteira norte, estabelecendo-se novas bases ao longo dos 78 quilómetros em litígio, situados numa zona de selva montanhosa rica em ouro e urânio. Fontes não oficiais calculam que se encontram mais de 25 mil soldados na zona, apoiados por aviões, helicópteros, tanques e

artilharia. E os confrontos continuam.

O protocolo do Rio, de 1942, delimitou a fronteira contestada entre o Peru e o Equador, um território com cerca de 380 quilómetros quadrados, localizado em plena floresta amazónica e baptizado com o nome de "Cordilheira do Condor". Um protocolo que viria a ser denunciado pelo Peru 18 anos mais tarde.

Desde então, os incidentes têm-se multiplicado, tendo ocorrido os mais graves - antes dos actuais - em 1981, com confrontos militares que se prolongaram ao longo de quatro dias.

O periódico reacender da tensão na zona não será alheio às riquezas que este pedaço de selva amazónica parece encerrar. Segundo pesquisas levadas a cabo pela Comissão equatoriana da energia atómica, haveria materiais



Soldados peruanos na cidade fronteiriça de Tumbes

radioactivos na zona, nomeadamente urânio. Para além do petróleo e de diversas minas de ouro, cuja descoberta trouxe para a cordilheira do Condor algumas dezenas de milhar de pessoas que se dedicam à extracção de ouro, de forma artesanal.

Haverá entretanto outras e diversas razões, muito actuais, para o reacender do velho conflito. Razões que têm a ver com a clássica aposta na exaltação dos nacionalismos, quando importa desviar atenções de graves problemas internos.

Os dois países, produtores de petróleo e de minérios, ambos

sob tutela do FMI, debatem-se actualmente com graves problemas económicos.

Em Quito, o chefe de Estado, Sexto Duran Ballen, defronta-se com uma viva contestação social, em parte gerada pelas consequências, para as populações equatorianas, da quebra nos preços do petróleo e nas exportações dos produtos petrolíferos. Simultaneamente, a confederação nacional dos indígenas do Equador tem vindo a lutar pelos projectos petrolíferos na Amazônia.

Uma saída do conflito, de alguma forma favorável ao

Equador, permitiria ao seu governo angariar e alargar apoios à sua política e de alguma forma neutralizar os protestos populares.

No Peru, está-se em véspera das eleições presidenciais. E para o actual presidente Alberto Fujimori, que aposta num segundo mandato em 9 de Abril, uma solução favorável do conflito fronteiriço seria muito oportuna. Tanto mais que o Peru vive uma situação de recessão, detém um elevado índice de desemprego e dois terços dos peruanos vivem abaixo do limiar da pobreza.

período festivo. Em Dezembro, o Ministério das Comunicações chinês calculou em 900 milhões de pessoas o número de viajantes durante o período do Novo Ano Lunar.

Tchernobyl

O terceiro reactor da central nuclear de Tchernobyl foi temporariamente parado na sequência de um "erro humano".

Em Dezembro passado, duas das turbinas do terceiro reactor tinham sido paradas devido a uma fuga de hidrogénio no sistema de arrefecimento. Depois deste incidente, a central tem vindo a funcionar a metade das suas capacidades. Só estão ainda em actividade o primeiro e o terceiro dos quatro reactores. Como é conhecido, o quarto explodiu em 1986.

EUA

Seis milhões de crianças norte-americanas de menos de seis anos vivem abaixo do limiar da pobreza, o que corresponde a 26% das crianças desta idade nos EUA.

Segundo um inquérito publicado pelo Centro Nacional das Crianças na Miséria, este número aumentou de um milhão entre 1987 e 1992. O agravamento registado ao longo dos últimos 20 anos não deixará de ter "consequências dramáticas" sobre a juventude e a sociedade americana.

Alemanha

Milhares de trabalhadores metalúrgicos da Baixa-Saxónia iniciaram greves de aviso em apoio das suas reivindicações salariais.

O sindicato IG Metall, o mais importante sindicato sectorial na Alemanha, pede aumentos de 6% dos salários e uma política favorável à criação de postos de trabalho, que nomeadamente passe pela supressão das horas extraordinárias.

Entretanto, a proposta do patronato não ultrapassa os 2%. As negociações em curso são uma referência para o conjunto dos 3,5 milhões de metalúrgicos da indústria electrotécnica oeste-alemã.

OMS

Face ao aumento das "bolsas de pobreza", a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que iria concentrar esforços particulares na luta contra a "pobreza e a marginalização".

Japão

Uma importante editora japonesa anunciou o encerramento de uma revista mensal de grande tiragem, na sequência da publicação, no último número desta revista, de um artigo negando a existência das câmaras de gás dos nazis, o que gerou uma onda de indignação e protesto.

Tchetchénia em Notícias

OSCE defende cessar-fogo imediato

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, OSCE, aprovou um documento em que "sublinha a necessidade de um cessar-fogo imediato" na Tchetchénia.

A delegação russa deu o seu aval a este documento do Conselho permanente da OSCE que constitui um compromisso político sem carácter "jurídico".

O Conselho Permanente, composto dos embaixadores dos 53 Estados-membros, "sublinha a necessidade urgente de um cessar-fogo imediato em Grozni para impedir uma catástrofe humanitária iminente" e apela a um "rápido começo do processo político com vista a uma solução duradoura para as divergências com base nos princípios da OSCE, incluindo em particular eleições livres".

Manifestando a sua "grande preocupação pelo uso desproporcionado da força pelo exército russo", a organização apelou para que a regularização pacífica do conflito seja alcançada num quadro de respeito da integridade territorial da Federação russa e da sua constituição.

Actualmente, na Tchetchénia encontram-se já cerca de 40 mil efectivos russos, e o governo russo enviou nos últimos dias

importantes reforços militares, incluindo dezenas de blindados.

Bombardeamentos

O presidente russo, Boris Ieltsin, ordenou oficialmente o fim dos bombardeamentos aéreos sobre a capital tchetchena.

O fim dos bombardeamentos foi decidido "na sequência de relatórios apresentados por ministros, outros órgãos federais e o primeiro-ministro sobre a situação em Grozni e no conjunto do território da

república tchetchena. A administração presidencial apresentou a Boris Ieltsin mensagens de cidadãos, posições de diferentes forças políticas, grupos de deputados das duas câmaras do parlamento e dos "media" sobre o confronto armado na Tchetchénia.

Esta reunião é realizada num momento em que várias fontes falam num assalto definitivo a Grozni.

Proseguem entretanto os bombardeamentos das povoações do sul da República, na região montanhosa.

Refugiados

A violência dos combates obrigou, entretanto, 130.000 pessoas a fugirem das zonas em guerra, informou a agência Itartass, citando os serviços de imprensa dos serviços federais de migração.

Segundo aqueles serviços, os números oficiais poderão estar, no entanto, aquém da realidade, visto que muitos refugiados procuraram abrigo em casa de parentes. É o caso, dizem, de mais de 35.000 pessoas originárias de Grozni e arredores que

residem actualmente no distrito tchetcheno de Nadterechni.

Contra a guerra

Políticos, intelectuais e inclusive militares envolvidos na operação militar russa na Tchetchénia manifestam-se contra o uso da força naquele território que já causou milhares de vítimas.

Logo no início do conflito tchetcheno, foram muitos os que defenderam que a confrontação directa com a república independentista se transformaria numa guerra global com perdas incalculáveis para ambas as partes, refere o "Notícias de Moscovo".

Serguei Kovaliov, comissário do Presidente da Rússia para os direitos humanos, que se encontra voluntariamente em Grozni cercada desde o início dos bombardeamentos, tem dirigido diariamente apelos a Boris Ieltsin para que ponha fim ao derramamento de sangue.

Toda a população de Grozni foi transformada em refém devido aos bombardeamentos bárbaros, acusa Kovaliov.

Também o Conselho Provisório, principal oposição interna ao presidente separatista Dudaiev, condenou os "bombardeamentos bárbaros e sem sentido" a bairros habitados por civis.



Grozni, o palácio presidencial bombardeado. A destruição de um símbolo de poder, apresentada como decisiva para o fim de uma guerra que, entretanto, prossegue

■ Henrique Custódio

AÇORES O ARQUIPÉLAGO DE TODAS AS ILHAS



Um Partido maior para um futuro melhor

Sob a consigna «Um Partido maior para um futuro melhor», realizou-se, no passado fim-de-semana, o 5.º Congresso Regional dos Açores do PCP, que teve lugar no auditório dos CTT de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, assistiu a todos os trabalhos e proferiu a intervenção de encerramento, que apresentamos nestas páginas.

Com mais de 70 delegados vindos de todas as ilhas da Região e uma destacada cobertura jornalística feita pelos órgãos de Comunicação Social Regional, rádios e RTP-Açores, o Congresso assinalou um decidido impulso na actividade do PCP na Região Autónoma dos Açores, patente nas numerosas intervenções abordando questões fulcrais para as respectivas populações, mostrando os comunistas açorianos na primeira linha do combate à profunda crise económica e social que se sofre na Região, com expressões dramáticas nas pescas, na agro-pecuária e na agricultura, suportes de toda a economia local.

Evidenciando uma notável capacidade de organização num conhecido quadro de escassez de meios, a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP realizou este 5.º Congresso Regional com uma eficácia digna de registo. Não é fácil, nos Açores, garantir as deslocações, o alojamento e a alimentação de um conjunto de delegados vindos de nove ilhas, nesta época do ano ainda mais distantes entre si devido à dificuldade das comunicações, e, ao mesmo tempo, assegurar a logística de uma realização desta natureza.

O PCP/Açores fê-lo, sem falhas, contando com as próprias forças e numa «performance» que deixou, mais uma vez, perplexos os outros partidos com importância na Região, onde as iniciativas desconhecem a palavra «militância» e são empurradas à força do poder que se detém ou do dinheiro de que se dispõe.

Medidas concretas

Pode dizer-se que o 5.º Congresso Regional dos Açores do PCP passou a pente fino os problemas do arquipélago. Durante os dois dias do Congresso e através de quase 20 intervenções, foram expostas as duras realidades que enfrenta a economia da Região, num rosário de falências, desemprego e miséria declarada nas pescas, na agricultura e na agro-pecuária. Destacou-se, igualmente, o descalabro que reina na Saúde e no Ensino, nas autarquias e na administração pública, tal como se assinalou o descontentamento crescente das populações face à gravidade da situação socioeconómica açoriana.



O deputado do PCP na Assembleia Regional dos Açores, Paulo Valadão, fez um levantamento circunstanciado da actividade desenvolvida, demonstrando que a representação do PCP é das mais combativas, actantes e informadas do hemiciclo legislativo dos Açores, tendo uma intervenção marcante que importa reforçar

Esse levantamento teve expressão concreta na Resolução Política do Congresso, aprovada por unanimidade, onde se condensaram as principais linhas de orientação da actividade do PCP/Açores nos próximos anos.

Um objectivo central se destaca: o reforço e a expansão da influência social, política e eleitoral do PCP/Açores e da CDU, para o que este Congresso tomou já medidas concretas, nomeadamente a criação do Conselho Regional dos Açores do PCP, onde se prevê a «atribuição de funções de direcção executiva à DORAA (com um número mais reduzido de membros), dotada de um Secretariado e mantendo o cargo de Coordenador do PCP/Açores, para o qual foi re-

leito José Deq Mota, por unanimidade e sob fortes aplausos dos congressistas.

Fortes aplausos recebeu, igualmente, a delegação da CDU/Madeira presente no Congresso, integrada pelo dirigente da DORAA do PCP, Leonel Nunes, e o deputado da CDU, padre Tavares.

«É necessário e possível expandir a influência do PCP»

Num intervalo dos trabalhos, abordámos José Deq Mota, membro do Conselho Nacional do CC do PCP e Coordenador do

Carvalhas nos Açores — Há reais perspectivas de mudança

(...) O nosso Congresso realiza-se numa particular situação política em que há perspectivas reais de mudança. E a telenovela das divisões, das angústias pelas perdas dos «tachos» e da luta dos barões pelo poder no PSD, no puro estilo da política-espectáculo, pode desviar as atenções, mas não muda a realidade, não altera a degradação da situação económica e social, nem a necessidade de uma rápida clarificação institucional.

Os portugueses não se dividem em «Nogueiristas ou Barrosistas», como quer fazer crer o PSD, nem a conquista do «poleiro» é de «palpitante actualidade», como diria Almeida Garrett.

De «palpitante actualidade» é a resolução dos problemas que se vão agravando dia a dia.

É, aliás, significativo que aqueles que andavam a dizer que a política de Cavaco Silva era óptima são os mesmos que agora dizem que a candidatura de tal ou tal candidato vai ser de «descontinuidade», de transparência, de aproximação aos cidadãos, que agora é que vai ser. Agora é que se dão conta das pessoas! De súbito, acordaram para o humanismo!

Mas por mais teatro que o novo líder faça, seja ele qual for, não apagará as responsabilidades do PSD e a sua política anti-social.

A política de concentração de riqueza, e as políticas fundamentalistas de Maastricht levaram o país à recessão, à quebra do investimento, ao aumento do desemprego, ao abandono e subalternização da agricultura, ao aumento das falências e à criação de graves dificuldades financeiras para milhares de empresas. E a retoma da economia portuguesa para 1995, extremamente débil quando comparada com outros países europeus, assente na via da procura externa e na via da despesa pública, tem um ritmo tal que, em termos líquidos, o desemprego vai continuar a aumentar e a acentuar a pressão para a emigração e o nosso atraso relativo.

E uma evolução intolerável. Nós não podemos continuar com uma política assente na mão-de-obra barata e na deflação, com uma política que estimula a substituição da produção nacional pela estrangeira, que aliena o nosso património produtivo às multinacionais, que vão transformando a prazo as unidades fabris em armazéns e apoderando-se das redes comerciais e de quotas do nosso mercado.

Se continuarmos com a política de direita, a seguir uma estratégia de dependência e de economia subcontratada, em relação aos centros de decisão externos, estaremos a vulnerabilizar e a comprometer ainda mais o nosso futuro.

Portugal precisa de uma nova política que promova um desenvolvimento harmonioso e solidário, que tendo em conta o

fenómeno da internacionalização das economias, da mundialização das actividades produtivas e dos processos de integração, edifique uma base económica nacional modernizada, mais diversificada e melhor inserida nas tendências mais avançadas dos processos produtivos à escala europeia e internacional.

E precisamente porque o país precisa urgentemente de uma nova política, mais necessário se torna clarificar a situação política e institucional, demitindo-se o Governo, dando-se a palavra ao povo em eleições antecipadas, não deixando arrastar a situação de compadrio, de clientelismo e de afundamento do interesse nacional.

A política de clientelismo

O PSD e os seus principais dirigentes sempre procuraram construir uma «imagem» laboriosamente trabalhada e encenada de seriedade, de devoção ao interesse público, de serviço nacional e não partidário. Mas a verdade é que a sua política de negociocismo e de poder absoluto, assente na maioria absoluta, fugindo ao controlo e à fiscalização institucional, criou o caldo de cultura da corrupção. A governação do PSD está marcada por numerosos escândalos envolvendo destacadas figuras do Governo, pela liquidação da isenção e da ética política no exercício das funções públicas, pela assimilação do partido do governo ao Estado e pelo patrocínio do negociocismo e da especulação financeira.

Esta política de clientelismo serviu-lhe para tentar criar - como é visível nas regiões autónomas - a edificação de um sistema de poder protegido e eternizado por uma rede de dependências e de favores, através dos dinheiros públicos, dos cargos e empregos públicos. O PSD julgou-se assim impune na sua arrogância e insensibilidade ao descontentamento e às mais gritantes injustiças sociais.

As pressões e formas de pressão e coacção económica e social sobre os cidadãos, numa economia isolada e extremamente dependente dos dinheiros e empregos públicos, tem permitido a consolidação de factores estruturantes de um poder que tem assentado no clientelismo e numa sociedade de injustiças, de desigualdades, numa sociedade que o PSD gostaria que estivesse bloqueada à mudança, à evolução e à alternativa política.

A luta contra esta situação é o caminho e um novo governo com uma nova política criará melhores condições também para o afastamento do PSD do poder nas Regiões Autónomas, o que será bom para as populações dos Açores e da Madeira e bom para Portugal no seu todo. E quanto mais depressa melhor.

Portugal não pode continuar adiado por mais 9 meses com um Governo em trânsito, fragilizado e desacreditado, com o PSD

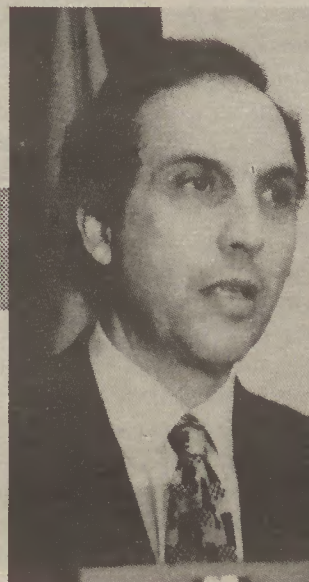


PCP/Açores, para que comentasse este 5.º Congresso Regional. Assinalou-nos duas ordens de razões que configuram a sua importância:

«Em primeiro lugar», disse, «este Congresso definiu um conjunto de orientações para a actividade partidária na Região Autónoma dos Açores, tendo em conta a situação e ambiente políticos específicos, orientações essas que são extremamente adequadas a uma situação contraditória, onde coexiste, de um lado, um acentuado descontentamento social e político, do outro, uma espécie de conformismo social que tem impedido que o descontentamento se transforme em força de mudança».

Uma dessas orientações — a principal estabelecida em Congresso, segundo Deq Mota — assenta na ideia de que «é necessário e é possível expandir a influência social, política e eleitoral do PCP nos Açores», cuja justeza «parte da constatação por parte de significativas faixas da sociedade açoriana da importância do papel do PCP» e que, «havendo esse reconhecimento, torna-se necessário transformá-lo, pelo menos em parte, em apoio.»

Em segundo lugar, o Congresso demonstrou que «esta pretensão de expandir a nossa



preocupações permanentes de uma nova política, de uma política de esquerda ao serviço do povo e do país.

Nova política que terá de dar uma efectiva resposta à pobreza, às injustiças e desigualdades sociais e a grave situação em que vivem pensionistas e reformados, que valorize quem trabalha e salvaguarde os direitos e regalias dos trabalhadores. Importante é também defender e consolidar a autonomia regional dos Açores e da Madeira.

A autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira foi uma conquista democrática que faz parte do património de Abril, tendo como objectivo impulsionar o desenvolvimento das regiões, a sua democratização e uma clara e firme solidariedade nacional.

A política que tem sido seguida quer pelo Governo central, quer pelos Governos regionais, os conflitos institucionais empolados, a falta de transparência nas relações e as limitações a direitos, liberdades e garantias dos cidadãos têm constituído obstáculos reais a uma efectiva concretização daqueles objectivos.

Como se afirma no documento de orientação para o debate do Congresso Regional, são cada vez mais os cidadãos, mesmo ligados a outras áreas políticas, que reconhecem que a orientação e a actualização política do PCP constituem um património indispensável para que haja pluralismo, democracia, autonomia regional e luta pela justiça social.

Esta questão é particularmente importante quando os direitos e muito especialmente os direitos fundamentais dos trabalhadores e as condições e possibilidades do seu efectivo exercício têm vindo a ser diminuídas, pela permissividade de uma legislação e de uma prática política que deixa impunes os que os violam.

Nós consideramos os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, em todo o país, Continente e Regiões Autónomas, como um valor inalienável, propugnando por isso o total empenho do Estado na protecção e na criação das condições para o seu efectivo exercício.

Mas uma nova política ao serviço das populações, ao serviço do povo e do país tem de procurar caminhar decididamente para assegurar o direito ao emprego e melhorar as condições de vida e de trabalho e de procurar responder às aspirações de importantes grupos sociais - o direito das mulheres à igualdade em todas as áreas da vida nacional, a reabilitação e inserção social dos deficientes, o direito das crianças a uma infância feliz, a resposta aos direitos e aspirações da juventude.

O PCP entende que a juventude é uma importante força social dos nossos dias e que tudo deve ser feito para que possam con-

tribuir, sem paternalismos, com a sua reflexão, criatividade e vontade de afirmação própria, na transformação dos problemas do presente e na construção do Portugal do futuro. Mas é uma verdade que a política do PSD tem condenado uma boa parte da juventude ao insucesso escolar, ao trabalho precário e à emigração.

«O facto de existir essa determinação, mostra que hoje, mais do que no passado recente, existe disponibilidade da parte dos militantes para assumir, difundir e defender as posições do Partido no seio da sociedade.»

E concluiu: «Havendo a orientação que foi estabelecida e a determinação que foi demonstrada, abre-se, de facto, uma perspectiva séria de aprofundamento orgânico e político da nossa actividade nos Açores.»

tribuir, sem paternalismos, com a sua reflexão, criatividade e vontade de afirmação própria, na transformação dos problemas do presente e na construção do Portugal do futuro. Mas é uma verdade que a política do PSD tem condenado uma boa parte da juventude ao insucesso escolar, ao trabalho precário e à emigração.

Estas questões e a degradação social têm vindo a ampliar o flagelo social da droga, que está hoje no centro das preocupações de milhares de famílias com todos os conhecidos reflexos. Por exemplo, a criminalidade e a insegurança dos cidadãos têm aumentado à medida que vão aumentando o tráfico e o consumo de droga. Milhares de famílias vivem o drama diário da presença de um toxicodependente, quando não do seu abandono ou morte. Outras vivem a angústia do tráfico de droga nas imediações da escola, perante a passividade das autoridades.

O PCP ainda esta semana apresentou na Assembleia da República propostas concretas para combater tal flagelo.

Sabe-se que estão hoje nos estabelecimentos prisionais mais de 7.000 reclusos por causa directa da droga o que representa dois terços da população prisional.

É necessário dar combate a esta situação, dar combate efectivo ao tráfico de droga e criar os meios para a efectiva prevenção e recuperação dos toxicodependentes, o que não se faz com operações de marketing ou com a política-espectáculo, mas com um trabalho sério e persistente.

Mas para se viver melhor numa sociedade mais justa o Estado não se pode desresponsabilizar também das suas obrigações nos domínios fundamentais da saúde e do ensino. O direito aos cuidados de saúde é condição fundamental para a qualidade de vida. A saúde não pode ser objecto do negociocismo e da mercantilização como quer o PSD.

Nós rejeitamos a política do «quem quer saúde que a pague», «quem quer ensino que o pague», «quem quer pagar menos impostos que se torne rico». Esta é a «lei da selva», do «salve-se quem puder», da «lei do mais forte».

Uma outra grande preocupação para o nosso futuro colectivo diz respeito à evolução da União Europeia e à subalternização da dimensão social do desenvolvimento.

Nos próximos tempos, Portugal vai ter de responder a graves e complexos problemas.

Também neste campo urge uma nova política, que defenda intransigentemente o interesse nacional, que tenha em conta as nossas aptidões e potencialidades e o reforço do nosso poder negocial, que defenda a produção nacional, que defenda a agricultura da Região Autónoma e que exija a efectiva concretização do princípio da coesão económica e social. (...)

Debate
com o País

para
uma nova
política **PCP**

As funções sociais, o Estado e os cidadãos

“As Funções Sociais, o Estado e os Cidadãos” foi o tema de mais uma iniciativa de “Debate com o País” recentemente realizada num hotel de Lisboa e que contou com um painel constituído por António Galhordas, médico, Cabral Pinto, professor, Edgar Correia, da Comissão Política do PCP, Graça Carapinheiro, professora do ISCTE, Joaquim Dionísio e Maria do Carmo Tavares, sindicalistas, e Roque Amaro, professor do ISCTE. Participou também nesta iniciativa Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP.

Na intervenção inicial, *Edgar Correia* começou por se referir ao propósito do “Debate com o País” fomentar o “diálogo do PCP com a sociedade portuguesa” e desse “diálogo se pretender alargado a quantos - provindos de diversos quadrantes e sensibilidades políticas e ideológicas - convergem com os comunistas na preocupação com a situação do país, e na procura de linhas para uma alternativa, para outra política, de orientação democrática”.

E terminou afirmando que “sem simplificação das complexas questões financeiras, organizativas, e das que se prendem com os níveis de representação e de participação democrática dos cidadãos” que se colocam no que respeita às funções sociais do Estado não se apresentava “outro caminho que não fosse o de continuar a intervir e a lutar pelos direitos sociais e pela sua efectiva concretização”.

Joaquim Dionísio abordou numa perspectiva histórica a criação e desenvolvimento do Estado Social e do Estado Providência. Começou por afirmar que “o ataque ao Estado Social é muito grande, de resto bem caracterizado pela ofensiva que vem sendo feita no nosso país, mas que todos sabemos que se estende à generalidade dos países da Europa” e que os argumentos liberais dizem “que o Estado Providência está esgotado como modelo económico e social, sendo portanto necessário encontrar soluções que passam necessariamente pela sua destruição”, mas que tais postulados têm “um carácter político e ideológico, que não são novos” e que “assentam numa visão liberal do Estado que é uma filosofia antiga e antiquada que aponta para o Estado um papel de não intervenção”.

Concluiu afirmando que “o papel do Estado não está esgotado, que não é certamente com bolsas de pobreza a crescerem, não é com as pessoas sem poder de compra que há crescimento” e que se é necessário resolver os problemas da competitividade da economia, é também “pela resolução dos problemas das pessoas, motivando-as, criando condições e poder de compra, procurando resolver também os problemas do lado da oferta para que as coisas possam funcionar, e necessariamente acabando com as bolsas de pobreza existentes e com uma situação social que se conhece”.

Maria do Carmo Tavares começou por referir a visão economicista dos documentos da CE, nomeadamente o Livro Verde da Política Social Europeia, e dos argumentos que são apresentados “para a harmonização social por baixo e de que é inevitável o Estado ter que diminuir a sua função social”.

Referiu-se depois à necessidade de uma discussão séria sobre a segurança social dizendo que “se queremos estabilidade no futuro, se queremos ter segurança social no futuro as coisas têm que se discutir, têm que se encontrar novas fontes de financiamento”.

A terminar, afirmou que o sistema actual “tem muitas virtualidades, que não é um sistema esgotado e que aliás numa época de crise, para os trabalhadores, não para os ricos, o que é certo é que o sistema aguentou e vai aguentar”. “Há capacidade de responder, é preciso é seriedade, estudos, apontar soluções. A Segurança Social é um problema de estabilidade, precisa de estabilidade no futuro e tem que ser pensada a longo prazo”.

Cabral Pinto começou por referir que “educa-se hoje menos do que aquilo que científica e pedagogicamente é possível, e que existe uma frase de Rui Grácio que se tornou célebre e que é esta: o insucesso escolar é o sucesso do sistema; isto é um facto e quer dizer que a política do sucesso é a política antieducativa, a política do insucesso escolar”.

Criticando a acção do Governo nesta área, salientou que “a política educativa é uma política sem projecto educativo”, com “o entra-e-sai dos ministros, o “faz e o desfaz da acção dos ministros”, e a falta de vocação pedagógica da equipa ministerial, referindo a formação de sucessivos responsáveis governamentais, distante da área da educação.

A concluir, afirmou: “Eu creio que devemos lutar, claro toda a gente sabe, por uma nova política e não por uma nova maioria pura e simplesmente. Devemos lutar por uma nova política educativa e esta deve realizar, muito simplesmente, o autocompromisso constitucional do Estado, fazer com que a educação, diz a Constituição, contribua para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva. Por outras palavras, diria que o Estado se comprometa a educar para uma vida boa na dimensão económica para uma vida justa e solidária na dimensão social, e para uma vida bela e de auto-realização pessoal. Terminou, citando Karl Max: “o homem desta maneira apropria-se do seu ser omnilateral, de uma maneira omnicomprensiva, portanto como homem total”.

Roque Amaro começou por dizer que o debate que se faz sobre o Estado Providência e os cidadãos tem sido condicionado por critérios de análise e níveis de reflexão que estão em vias de mudar. Afirmou depois que “o nível territorial de identidade, de estabelecimento de solidariedade e sobretudo de actuação das comunidades já não é só a nação”. “Há pelo menos quatro níveis de actuação territorial, ao nível da afirmação das identidades, de estabelecimento das redes de solidariedade entre os indivíduos, as comunidades e onde os problemas se sentem hoje e cada vez mais. É o nível nacional, ainda, mas com alterações das suas funções e os seus conteúdos; é o nível supranacional que tem a ver com o facto de alguns países, parte deles consultando os seus cidadãos, outros nem sequer fazendo isso, acordaram entre si construir um nível novo agregando funções, responsabilidades e estabelecendo, às vezes ficticiamente, redes de solidariedade (estamos a falar da supranacionalidade tipo União Europeia); há também outro nível que nem sequer consta de acordos - é o nível da transnacionalidade; e depois, é bom não esquecer que há um nível que ressurgiu porque é anterior ao Estado-Nação que é o nível infranacional ou regional ou local. Debater o Estado Providência hoje, esquecendo estes quatro níveis, é estarmos ainda agarrados à lógica em que o Estado Providência nasceu, mas não à lógica em que ele vai caminhar no futuro”.

Falou depois de uma realidade de cerca de 300 projectos e iniciativas de base local em Portugal em que “a identificação dos problemas e das necessidades é feita, em primeiro lugar, por quem está no local e isto permite uma visibilidade e uma identificação que nunca é possível, nem pelo mercado, nem pelo Estado Providência clássico, (...) que são projectos que anunciam formas de participação que não têm nada a ver com a democracia representativa que nós conhecemos, mas que significam o desafio e a ousadia de dar poder às pessoas; significa, por outro lado, o estabelecimento de redes de solidariedade que, assentes nas necessidades e nas capacidades locais, se mostram muito mais potentes, muito mais libertas e muito mais eficazes mesmo do ponto de vista estritamente económico”. “E é aqui que o Estado, ao nível do local, pode desempenhar um papel fundamental dentro da tal sociedade-providência. E é aqui que o Estado não desaparece, ao contrário do que se diz quando se fala em sociedade civil, mas que o Estado é chamado a desempenhar um papel fundamental, até porque tem o dinheiro dos contribuintes, como parceiro e não como chefe ou controlador do projecto ou do processo de solidariedade. Quer dizer que o protagonismo deixa de estar no mercado e no Estado para passar a estar na comunidade, com o Estado presente”.

Graça Carapinheiro começou por afirmar que “é preciso não esquecer as pessoas enquanto cidadãos em todas as dimensões activas do exercício da sua cidadania; e uma das dimensões activas desse exercício é exactamente na área da saúde; é preciso resgatar os protagonismos que todos nós somos capazes de produzir; é preciso lançar os dados para um debate sobre a saúde, que seja capaz de evidenciar a centralidade dos lugares marginais da saúde”.

Abordando em termos históricos, a evolução do Serviço Nacional de Saúde nas últimas décadas, afirmou “que passados 20 anos sobre a Revolução de Abril, o SNS mantém-se como a

principal peça do sistema de saúde, mas esvaziado da concepção filosófica original e dotado dos princípios de regulamentação que favorecem a sua flexibilização e de programas políticos de privatização do sistema”. “Através de conjunturas políticas variáveis, desde o início dos anos 80, que a questão da privatização aparece, por parte dos responsáveis políticos do sector, como uma possibilidade de “suprir as insuficiências” de um serviço público que nunca conseguiu pôr a funcionar plenamente todos os seus recursos e que, por isso mesmo, nunca pôde ser globalmente avaliado”.

E a finalizar a sua intervenção inicial, afirmou: “É um bocado hipócrita falar nos problemas da equidade no sistema de saúde, é um bocado hipócrita falar na questão da acessibilidade, é demasiado desgastante para quem vive todos os dias problemas de saúde, falar na questão dos financiamentos; claro que as pessoas têm que pagar a saúde ou têm que pagar mais, ou menos, e tem que se procurar fontes alternativas de saúde”. E interrogou: “mas como é que nós podemos conceber as melhores fontes de financiamento, as melhores formas de dar equidade ao sistema, a melhor forma de compatibilizar interesses dos que estão dentro e fora do sistema de saúde, dos que oferecem e dos que procuram, sem de facto termos em conta que os indivíduos já há muito tempo encontraram a solução para os problemas, o que importa é sabermos quais foram as soluções realizadas com sucesso, com um esforço individual e colectivo?”

António Galhordas começou por afirmar que “o direito à saúde deixou de ser um simples direito e passou a ser um fenómeno cultural interiorizado pelos cidadãos”, e que “o transformar o direito à saúde numa questão cultural, vital e inadiável, de actual consciência civilizacional representa uma ruptura com os séculos anteriores”. “A saúde foi, durante séculos, segregadora e repressiva, e começa agora a libertar-se desta situação”. “A partir daqui surge uma força que é a força dos próprios cidadãos na intervenção em tudo isto, porque o Estado surge muitas vezes como uma noção abstracta, mas na realidade por vezes subestimamos o papel importantíssimo dos cidadãos, que se interiorizaram a consciência desta nova cultura e deste novo modelo cultural, adquirem novas e importantíssimas formas de intervenção”. “Referiu também que a garantia do cumprimento do direito constitucional à saúde continua a permanecer no Estado em muitos países, nomeadamente na Europa ocidental” sendo que “simultaneamente compete ao Estado regular os poderes intervenientes no fenómeno da saúde: são os investidores (donde vem o financiamento, do Estado), são os prestadores e são os consumidores”.

A concluir afirmou que “naturalmente competirá ao Estado e não lhe deverá ser retirada a definição de estratégias centrais que decorrem dos princípios constitucionalmente definidos e assumidos pela comunidade, mas simultaneamente é necessário, de facto, encontrar um novo modelo e nesse novo modelo, começamos a ter consciência (...) que é fundamental uma desconcentração organizativa (não é só uma descentralização), que naturalmente levará à constituição de sistemas flexíveis, interdependentes, capazes de na sua flexibilidade e até nas suas formas de emulação e competitividade (não da forma caricata que há pouco citei do hospital de Santarém), mas formas que sejam capazes de estimular novos aspectos para a reformulação do sistema de saúde”.

Numa curta intervenção no final do debate, o Secretário-Geral do PCP, *Carlos Carvalhas*, afirmou, nomeadamente: “Aquilo que ouvi pode traduzir-se quase num slogan, que é o de “quem quer saúde paga-a, quem quer ensino paga-o e quem quer pagar menos impostos que se torne rico” e no fundo é um pouco o estado em que estamos hoje e creio que a contradição clara que temos na nossa frente é esta: vemos uma revolução científica e técnica, vemos que há meios para resolver os problemas e simultaneamente assistimos a uma regressão social. Desenvolvimento científico e técnico que liberta mão-de-obra e simultaneamente vemos que há tentativas de aumentar o horário de trabalho e criar mais dificuldades à vida dos cidadãos. Situação que mesmo num plano transnacional, ultrapassando o Estado-Nação, impõe uma luta e uma intervenção organizada, por exemplo, no sentido da redução do horário de trabalho sem diminuição dos salários em simultâneo, para evitar inclusivamente qualquer argumento em relação à competitividade...”

**Entrevista com José Ernesto Cartaxo,
responsável pelo pelouro da acção reivindicativa
na Comissão Executiva da CGTP-IN**

1995 deve ser o ano das 40 horas

«Avante!»: A CGTP proclamou 1995 como o ano em que deve ser estabelecida a semana de 40 horas como horário máximo legal de trabalho. A que se deve esta proclamação formal agora de uma reclamação que já tem alguns anos?

José Ernesto Cartaxo: A redução da semana de trabalho foi desde sempre uma das reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores. Na longa batalha por esta redução, foi muito importante a fixação do objectivo das 40 horas como duração máxima semanal legal de trabalho. A mobilização dos trabalhadores para alcançar esta reivindicação, que se traduziu em inúmeras lutas realizadas, teve resultados positivos em diversos sectores e empresas. Foi esta acção desenvolvida e foram estes resultados alcançados que levaram o patronato e o Governo a admitirem na Concertação Social a semana de 40 horas, ainda que a ser alcançada de um modo progressivo, por forma a ser atingida no ano de 1995.

No entanto, o Governo e o patronato não honraram os compromissos estabelecidos. Só pela luta tem sido possível reduzir os horários, havendo ainda muitos trabalhadores com horários acima das 40 horas. O Governo mantém na legislação a duração máxima das 44 horas, o que prova bem o que afirmámos sobre o não cumpri-

«O patronato e o Governo procuram obter, com a flexibilidade dos horários, mais do que aquilo que cederiam na redução. É por isso que têm sempre condicionado a redução dos horários à sua flexibilização.»

mento de acordos. Foram estas razões que levaram a CGTP-IN a fazer a proclamação formal, com vista a alcançar, em 1995, a semana das 40 horas.

«Avante!»: O horário máximo de 40 horas semanais foi prometido pelo PSD e foi objecto de compromissos por parte do Governo e do patronato. Por que não está, então, implementado? Que perspectivas há de que seja realmente estabelecido durante este ano?

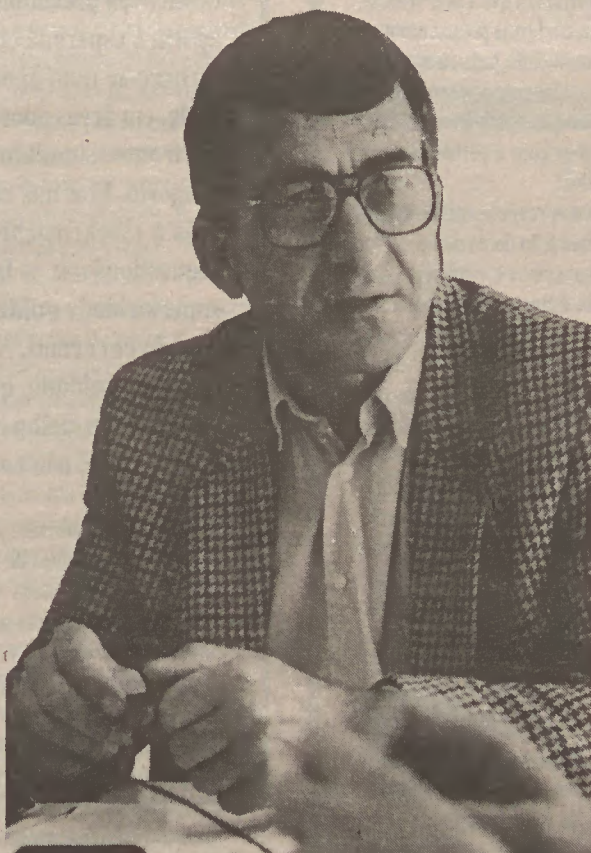
José Ernesto Cartaxo: Falámos já das razões objectivas que levaram o Governo e o patronato a estabelecerem o compromisso do horário máximo das 40 horas. Foi o resultado de muitas lutas realizadas e de muitos avanços, com maior ou menor amplitude, alcançados. Sabíamos que patronato e Governo iam continuar a resistir e que procurariam obter, com a flexibilidade dos horários, mais do que aquilo que cedia na redução. É por isso que têm sempre condicionado a redução dos horários à sua flexibilização.

Estas mesmas resistências estão a acontecer este ano. Pela nossa parte, consideramos e estamos convictos de que é possível obter esta conquista, através do reforço da capacidade de organização, mobilização e luta dos trabalhadores. Estes serão os factores determinantes para alcançarmos este ano a semana de 40 horas.

É isso que nos propomos com a realização de manifestações e concentrações, por todo o País, no próximo dia 16. Nesta jornada, a par da luta pelo emprego, pelos salários, por um novo governo e uma nova política, a exigência das 40 horas, já, constitui uma reivindicação central.

«Avante!»: Portugal é, segundo as informações mais recentemente divulgadas, dos países da Comunidade Europeia onde

«O que explica uma duração do trabalho mais elevada em Portugal que nos restantes países da Comunidade Europeia não são, sobretudo, razões de natureza económica.»



a semana de trabalho tem maior duração. Como estamos atrasados igualmente no que respeita a outros índices, não irá uma redução dos horários prejudicar a competitividade das empresas nacionais?

José Ernesto Cartaxo: O que explica uma duração do trabalho mais elevada em Portugal que nos restantes países da Comunidade Europeia não são, sobretudo, razões de natureza económica, como seja a questão da competitividade das empresas nacionais. Existem outras questões. Desde logo, o atraso decorrente de termos vivido quase meio século de fascismo, em que não existia a liberdade sindical.

Hoje, a questão está em saber se, na divisão internacional do trabalho, vamos competir em termos de baixos salários, longos

horários e más condições de trabalho, ou se vamos apostar numa política de desenvolvimento económico e social, de salvaguarda e de modernização do aparelho produtivo e de aumento da qualificação da força de trabalho. Se for esta última a via que iremos seguir - e é esta que defendemos -, isso será incompatível com o progresso social, logo exigirá horários de trabalho menos longos e menos penosos.

«Avante!»: Entre os argumentos a favor da institucionalização legal da semana das 40 horas, a CGTP inclui a justeza e o interesse social e económico de tal medida. Será realmente justo exigir as 40 horas, e não menos, quando esse limite já está contemplado em vários contratos colectivos e acordos de empresa?

José Ernesto Cartaxo: A CGTP-IN sempre afirmou que a institucionalização legal da semana de 40 horas não prejudicava os horários de menor duração que existem nalguns sectores, ou de que

«O progresso técnico traduz-se em crescimento da produtividade, o que permite objectivamente reduções acentuadas da duração do trabalho. Um dos grandes problemas da humanidade é que não tem havido essa correspondência entre progresso técnico e progresso social.»

beneficiam determinados grupos profissionais. Nem prejudica que estes próprios horários possam beneficiar de novas reduções.

Note-se que a CGTP-IN defende igualmente horários mais baixos (semana de 35 horas) nos casos de trabalhos penosos, perigosos ou insalubres.

Temos uma concepção dinâmica da redução da duração semanal do trabalho. Defendemos que o progresso técnico se traduz em crescimento da produtividade, o que permite objectivamente reduções acentuadas da duração do trabalho.

Um dos grandes problemas da humanidade é que não tem havido essa correspondência entre progresso técnico e progresso social, o que constitui também um factor de crescimento do desemprego.

Comunidade em marcha-atrás

A directiva comunitária sobre organização do tempo de trabalho (93/104/CE, de 23 de Novembro de 1993) constitui, para a CGTP, «a maior regressão social na legislação comunitária, visando subordinar às necessidades das empresas as questões fundamentais do tempo de trabalho».

Num comentário suscitado pela possibilidade de sindicatos da UGT aceitarem a flexibilização dos horários invocando as disposições daquele documento (como é o caso do contrato colectivo para o sector de águas, sumos e refrigerantes), a *Inter* alerta para que a directiva «permite alargar até 48 horas a duração média do tempo de trabalho, incluindo as horas extraordinárias; apenas prevê uma pausa (intervalo de descanso) se o período de trabalho diário for superior a 6 horas (5 horas na legislação portuguesa); restringe a definição de trabalho nocturno a um período mínimo de 7 horas (11 na situação portuguesa); contém uma definição fortemente limitativa de trabalhador nocturno; apenas reconhece um dia de descanso semanal, em princípio o Domingo».

Para a CGTP, «é sintomático que só haja uma disposição mais favorável em relação a Portugal quando proíbe que o período mínimo de férias não possa ser substituído por compensação financeira».

«Mais grave ainda» é que a directiva preveja «a possibilidade de estabelecer derrogações tão amplas aos poucos limites estabelecido que, a serem aplicadas, não ficaria pedra sobre pedra no regime de protecção actualmente existente». E a central avança um exemplo: «A duração de trabalho de 48 horas é fixada num período de 4 meses, com o objectivo de flexibilizar os horários. Admite-se depois que, por derrogação, este período seja de 6 meses. E, finalmente, que se alcancem os 12 meses, desde que por razões objectivas.»

É «profundamente reaccionária» a concepção do papel atribuído às convenções colectivas: «Em vez de estas melhorarem os mínimos legais, estabelecendo condições mais favoráveis e sendo um instrumento de progresso social, atribui-se-lhes vastas possibilidades de derogar (isto é, de reduzir) os limites mínimos fixados.»

A CGTP salienta que «a directiva não é imperativa» e «salvaguarda regimes mais favoráveis», pelo que «o Governo português não é obrigado a transpor o que é menos favorável (quase tudo)». No entanto, previne a *Inter*, «não se pode subestimar a ameaça real que esta directiva constitui nas mãos de governos com políticas de direita».

Com 50 anos de atraso Igreja alemã reconhece responsabilidades nos crimes do nazismo

■ Rui Paz

A decisão da conferência episcopal alemã de iniciar o processo de reconhecimento das culpas da Igreja Católica nos crimes do nazismo surge com cinquenta anos de atraso. Sobre esta demora de meio século não foram dadas até agora quaisquer explicações, o que é para lamentar e vai exigir um longo e profundo debate. Os bispos alemães pedem, sobretudo ao povo judeu, perdão pelas responsabilidades que lhes cabem no «Holocausto», naquilo que se pode considerar a maior perversão da história da humanidade, o assassinio de milhões de homens, mulheres e crianças por processos industriais em câmaras de gás.

O documento vem assinado pelo arcebispo de Mainz, Karl Lehmann, presidente da conferência episcopal, preterido por Roma nas recentes nomeações cardinalícias devido às suas posições divergentes em relação à actual doutrina do Vaticano o qual está a ser alvo de ataques violentos por parte da imprensa de extrema-direita.

O reconhecimento por parte da Igreja da sua convivência em crimes que custaram à humanidade sacrifícios impossíveis de avaliar em toda a sua horrorosa extensão, só pode ser considerado como um acto de bom senso mesmo se se trata apenas de confirmar uma evidência histórica. Por outro lado, dada a actual situação de autoritarismo e perseguição que reina no seio da própria Igreja, impõe-se desde já colocar algumas questões sem prejuízo do futuro aprofundamento das responsabilidades daquela instituição no maior descalabro da história da humanidade, o nazismo e o fascismo.

Está-se de facto em presença de um acto de contrição sincero dos bispos alemães revelador neste caso dos primeiros passos no sentido de uma democratização e conseqüente distanciação da actual política reaccionária do Vaticano, ou trata-se de mais uma manobra ditada pela conveniência em atenuar a imagem prepotente e anti-democrática que emana do sumo pontífice e da sua «entourage»?

Na Alemanha, não faltam motivos para um distanciamento em relação a João Paulo II. Os bispos alemães estão alarmados com o êxodo massivo que se está a verificar na Igreja do seu país. Centenas de milhares de cristãos abandonam a Igreja desiludidos pela sua inutilidade na resolução dos problemas concretos da sociedade contemporânea. À perda constante de fiéis segue-se o prejuízo financeiro que representa para aquela instituição a diminuição drástica do imposto religioso mensal a que todos os cristãos são obrigados pelo Estado a pagar-lhe. Muitos pais católicos que repudiam o nazismo interrogam-se alarmados se é legítimo continuar a permitir aos seus filhos a frequência das aulas de religião numa Igreja que educa os seus fiéis na obediência cega a um pontífice infalível dotado de poderes discricionários à semelhança de um «Führer» e que despreza os mais elementares princípios e regras da convivência democrática e humana.

O «mea culpa» dos bispos alemães nos crimes do nazismo parece evidenciar as dificuldades de João Paulo II em controlar completamente a conferência episcopal daquele país, apesar de recorrer a todos os estratagemas, como o desenterrar de antigas dioceses que lhe permitam nomear um maior número de bispos conservadores (Hamburgo) e de outras nomeações controversas como a do cardeal de Colónia, Meißner, personalidade intelectualmente muito débil, cuja função consiste fundamentalmente em assegurar o envio dos «Deutsch Mark» da diocese mais rica do mundo para o Vaticano. O maior obstáculo ao controlo absoluto pelo Papa sobre os bispos alemães tem sido o facto de os bispos auxiliares manterem na conferência episcopal o direito de voto no mesmo plano de igualdade que os titulares. Assim, tem-se evitado que os prelados da confiança de João Paulo II e de Ratzinger, como o Car-

deal Meißner, o qual afirma com um ar muito triunfal que «a Igreja não é nenhuma democracia», transformem a conferência episcopal numa filial da Opus Dei.

Os Prelados da confiança do Papa, como Meißner, defendem ou defendiam até há muito pouco tempo a tese de que a Igreja Católica se tinha oposto ao nazismo. Assim, este documento da conferência episcopal alemã surgido alguns dias após a destituição do bispo Gaillot, cinquenta anos após a libertação de Auschwitz pelo exército soviético e no momento em que Lech Walesa, amigo pessoal do Papa, e a Igreja polaca montam uma provocação à comunidade judaica nas cerimónias comemorativas daquele aniversário (!), poderá querer significar que agora basta!, que já é tempo de Roma acabar com a palhaçada, que isto também já é de mais!

O reconhecimento das responsabilidades da Igreja Católica na instauração do nazismo, se for sincero, não poderá ficar sem conseqüências visíveis. A canonização, empreendida por João Paulo II, de José Maria Escrivá, fundador de uma ordem religiosa que actualmente detém as rédeas do comando em Roma e que em Espanha constituiu o principal elo de ligação entre o capitalismo, a classe política do fascismo e o Vaticano, é uma autêntica declaração de guerra à democracia. Os bispos da Alemanha não ignoram certamente que, no gabinete do ditador Franco, mais de metade dos ministros fascistas chegaram a pertencer à Opus Dei! A audiência concedida pelo secretário de Estado do Vaticano, cardeal Sodano, ao chefe do partido neofascismo italiano, Gianfranco Fini, e a vasta coincidência de pontos de vista entre o movimento neofascista e as posições do Papa, em matéria de repressão e moral sexual, proibição da limitação da natalidade, aceitação da pena de morte, anticomunismo visceral, concepção autoritária e populista do poder... assim como a homenagem prestada em Bitburg conjuntamente pelo chanceler democrata-cristão Helmut Kohl e pelo então presidente americano Ronald Reagan aos mortos da tropa de elite de Hitler, a terrível SS, apontam para a existência de algo mais do que uma mera coincidência entre o renascimento neonazi e o pontificado de João Paulo II. O comportamento autoritário do Papa encoraja os círculos políticos mais reaccionários, como se viu recentemente no caso da revogação do bispo Gaillot em que dirigentes do «Front National» não escondiam a sua satisfação.

Cabe aqui perguntar, pois, que missão profética é a de uma Igreja que reconhece os seus próprios erros e crimes com séculos ou meios séculos de atraso para em seguida se manter no mesmo caminho como se nada tivesse acontecido?

Será que os bispos alemães estão dispostos a pedir perdão pela perseguição de que têm sido e continuam a ser vítimas ainda hoje na Alemanha os comunistas por acreditarem numa sociedade mais justa e fraterna e se terem oposto às aventuras que conduziram à invasão da Polónia, da União Soviética, saudadas então com grande entusiasmo pela conferência episcopal alemã, a qual apoiou de alma e coração a guerra praticamente até ao fim?

Será que vai ser necessário mais meio século até a Igreja Católica alemã reconhecer as responsabilidades históricas que lhe cabem na restauração de um sistema económico, baseado na corrupção, na exploração do homem pelo homem, na rapina das riquezas naturais dos países do terceiro mundo, sistema esse que condena milhões e milhões de seres humanos ao desemprego, ao desalojamento, à miséria, à fome, à marginalização social e a uma vida sem esperança?

(!) Uma parte da imprensa alemã coloca o problema nestes termos!

Kursk (3ª e última parte) Vitória do Exército

As forças nazis tinham recuado para linhas defensivas previamente preparadas e aguardavam, agora, a esperada contra-ofensiva soviética. Kursk tornara-se num apocalíptico campo de batalha onde, em áreas enormes, se desenrolavam diversos confrontos simultâneos no calor sufocante de Julho e Agosto. Mas nas mais altas esferas de Berlim e de toda a «Wehrmacht» continuavam a ter-se como inquestionáveis os factores que sugeriam a absoluta superioridade militar germânica ou a do homem alemão em armas. No terreno real, entretanto, qualquer soldado, qualquer oficial nazi sentia que o Exército Vermelho trazia consigo forças invencíveis que, todavia, não compreendia bem.

Aquilo, na realidade, já não eram simples Frentes de exércitos feitas de homens que a propaganda hitleriana designava como escravos, hordas de asiáticos, gente bárbara que ameaçava a chamada civilização ocidental. E olhos alemães mais argutos descobriam, enfim, observando a realidade a frio, o que tinham pela frente. Eram vagas de tropas soviéticas que saíam a 3 de Agosto de 1943 para a conquista de uma das maiores vitórias militares de sempre. Mais do que formações de tropas, eram massas de homens que buscavam a libertação da sua terra, multidões que se propunham transformar o mundo na base das ideias de Marx e Lenin e da organização do Partido Comunista. Nações em marcha. Homens e mulheres que sabiam o que era sofrer. Queriam, agora, transformar a vida à face da Terra para que todos conhecessem a abundância e a prosperidade, a verdadeira liberdade. E para que o sistema da exploração recuasse até às profundezas históricas de onde surgiu.

Numa situação em que a divulgação de notícias não era tão rápida como hoje, o mundo sabia, no entanto, que se estavam travando gigantescas batalhas nas zonas de Orel, Kursk, Belgorod e Kharkov. Tudo isso era Kursk. Mas as informações apareciam fragmentadas, dispersas. Em Lisboa, por exemplo, os jornais continuavam a dar todo o relevo à guerra no deserto e a outras operações anglo-americanas que continuavam a demonstrar o clima de espera dos respectivos governos. Não

tinha morrido a esperança, ainda, de que, a leste, alemães e soviéticos se dilacerassem e aniquilassem uns aos outros. O silêncio quanto ao que se passava «do outro lado da guerra» generalizava-se e os censurados e lacónicos comunicados alemão e russo que se publicavam em Lisboa apareciam cheios de contradições e não permitiam ao leitor português compreender a natureza e o significado dos acontecimentos. Só quem possuísse um aparelho de rádio e estivesse disposto a correr o risco de escutar a Rádio de Moscovo tinha acesso a toda a verdade.

Vitória em Orel e Belgorod

A Frente de Voronezh (Vatutin) atacou para produzir o mais furioso assalto às posições alemãs em Valki e Novaia Vodolaga utilizando o 1º exército, o 5º e 6º (Guardas) e o 5º exército de tanques. No seu flanco direito, os 38º e 40º exércitos lançavam-se sobre Graivoron e Trostianets. A artilharia dispusera 230 canhões e morteiros por quilómetro quadrado e a cobertura aérea estava assegurada pelo 2º exército do Ar, do general Krasovskii.

A Frente Steppe (Konev) como os seus 53º, 69º exércitos, o 1º Corpo de tropas mecanizadas e o 7º exército (Guardas) tinha como objectivos a tomada de Belgorod e Kharkov e dispunha do apoio aéreo do exército do Ar do general Gorjunov.

Logo nesse mesmo dia 3, as forças de Vatutin progrediram



35 quilómetros em terreno anteriormente ocupado pelo inimigo e destruíram, completamente, as linhas de defesa táctica dos nazis. A 4, a Frente Steppe progredia consideravelmente, também, mas com mais lentidão. Temendo o envolvimento, os grupos de forças nazis que defendiam a zona de Belgorod fugiram para outras posições e, na madrugada de 5, o 270º regimento de atiradores (Guardas) pertencente à 89ª divisão (Guardas) assim como unidades das 305ª e 375ª divisões de infantaria entravam, finalmente, em Belgorod.

Ainda nesse dia, o inimigo retirava diversas divisões «Panzer» e de infantaria pertencentes aos sectores que se opunham à Frente Central (Rokossovski) e fazia-as transferir para as áreas das Frentes de Bryansk e Ocidental onde as suas forças também corriam perigo. Isto enfraqueceu todo o sector de Orel para onde, furiosamente, se lançaram as tropas das duas referidas Frentes do Exército Vermelho. Orel cairia a 5 de Agosto diante da impetuosidade e do heroísmo das 5ª, 129ª e 138ª divisões de infantaria do heróico 11º exército (Guardas) comandado por Bagramian e do 3º exército, de Gorbátov (Frente de Bryansk). Os 9º e 2º exércitos «Panzer» tinham sofrido uma decisiva derrota.

■ Manoel de Lencastre

imortal Vermelho



posicionadas ao longo de uma linha que ia de Liudinovo (leste) a Dmitrovsk-Orlovski passando a 25 quilómetros de Bryansk.

A batalha de Kursk, que se prolongou por 50 dias, resultou numa enorme, imorredoura vitória do Exército Vermelho que, no decorrer da mesma, destruiu 30 das melhores divisões da «Wehrmacht» incluindo 7 de forças «Panzer». Os hitlerianos perderam cerca de meio milhão de homens, mais de 1500 tanques (entre os quais muitos dos novos tipos «Tiger» e «Panther»), 3000 canhões e 3700 aviões. Kursk foi um triunfo que produziu indiscutíveis resultados e aumentou, extraordinariamente, a autoridade da URSS no mundo. E tão decisivas e espectaculares foram as consequências dos 50 dias de Kursk que Adolf Hitler se apressou a transferir para o teatro de guerra com a URSS mais 14 divisões que prestavam serviço em França e na Holanda. O «Führer» pretendia ainda, iludindo-se, impedir o inevitável. A iniciativa estratégica pertencia ao Exército Vermelho. A Alemanha nazi esgotava-se, dia a dia. Já nada a poderia salvar. Kursk simbolizava já a primeira fechadura da urna onde ia jazer a «Wermacht». A última, evidentemente, seria colocada em Berlim.

Surpreendentemente, ou talvez não, há quem despreze, procure esquecer, evite mencionar, ignore, o monumental acontecimento que foi a vitória do Exército Vermelho em Kursk. Ao longo dos nossos estudos sobre a Segunda Grande Guerra Mundial e a Guerra Patriótica da URSS, temos encontrado diversos falsificadores da História que passa sobre Kursk como gatos sobre pranchas de zinco fervente. Fogem, desnecessariamente, à análise, mesmo breve, do enorme confronto militar que se produziu em Kursk. Outros, tentando diminuir o valor do êxito das Frentes soviéticas, procuram utilizar esse êxito para caluniar o Exército Vermelho e os seus principais comandantes, a URSS, a figura de Stalin, o Partido Comunista, através de distorções maliciosas, injustiças, mentiras. Não deixaremos de abordar as posições dos falsificadores no nosso próximo trabalho.

(¹) Que coincidia com o flanco da Frente Central, de Rokossovski;
(²) Da Frente de Voronezh;
(³) Totenkopf, Viking, Reich.

Na noite desse dia memorável que foi o de 5 de Agosto de 1943, teve lugar em Moscovo, através de uma potente e completamente inesperada barragem de fogo de artilharia, a saudação especial da Pátria soviética às heróicas tropas das Frentes de Bryansk, Ocidental e Central, que haviam reconquistado Orel, e às Frentes Steppe e de Voronezh, que recuperaram Belgorod. Abria-se o ciclo de vitórias que só viria a ser interrompido em Berlim.

Agora, a 7, o 1º exército de tanques e o 6º (Guardas)⁽²⁾ surgiam em Bogodukov. As formações nazis fragmentavam-se em toda a enorme zona de batalha de Kursk e o seu 4º exército, por exemplo, operava isolado do grupo Kampf e já não possuía reservas para fechar as brechas que se abriam em todos os sectores de operações. Recuando sobre Graivoron, três divisões de infantaria nazi e a 19ª divisão de tanques pertencentes ao 4º exército viram-se atacadas por uma poderosa formação de aviões do 2º exército soviético do Ar e foram, depois, destruídas pelo 27º exército, de Trofimenko. A 11, unidades do 1º exército de tanques atravessavam o entroncamento ferroviário entre Kharkov e Poltova. O comando do «Grupo de Exércitos Sul» (von Mannstein) desloca forças especiais para Aktirka na intenção de salvar o 4º exército. Simultaneamente, temendo o cerco e correspondente destruição

das formações que defendiam Kharkov, o mesmo comando tentou, utilizando três das suas melhores divisões de tanques⁽³⁾, opor-se ao avanço do referido 1º exército de tanques e do 6º exército (Guardas) soviéticos. Conseguiu algum êxito dada a exaustão destas tropas do Exército Vermelho. Mas o 5º exército de tanques (Guardas), comandado pelo general Rotmistrov, entrou imediatamente em acção e, a 16, o esforço do inimigo tinha sido contido.

Vitória em Kharkov

A Frente Steppe (Konev) avançava sobre Kharkov. Era o 53º exército (Managarov) que, combatendo dia e noite, mais se aproximava da cidade. A 22, lutava-se desesperadamente nas imediações da velha Kharkov. A acção do 20º Corpo de Atiradores (Guardas), do general Biriukov, e também a do 4º Corpo de tanques (Guardas) assim como a de tropas de choque do general Mikeladzer, do tenente-coronel Dobrov, tornou-se relevante e o inimigo, nesse dia, temendo o pior, abandonou Kharkov. Outras forças de Konev (Frente Steppe) operavam a sul da cidade e lutavam no sector de Merefca. Kharkov seria ocupada a 23 e a fulminante e poderosa contra-ofensiva soviética deixava as suas tropas

Ordem de batalha do Exército Vermelho, em Kursk, a 5 de Julho de 1943

Frente Central

Comandante	Conselho Militar	Chefe do Estado-Maior	Departamento Político
Gen. K. K. Rokossovski	K. F. Talugin, M. M. Stakurski	M. S. Malinin	S. F. Galadzhiev
N. P. Pukov	M. A. Kozlov, N. G. Chemichev	13º Exército A. V. Petruchevski	N. F. Voronoz
I. D. Cherniakovski	V. M. Olenin, V. I. Rodionov	60º Exército G. A. Ter-Gasparyan	K. P. Isaiev
P. L. Romanenko	N. A. Istomin, P. V. Sobolev	48º Exército M. V. Bobkov	A. S. Miftakov
P. I. Batov	N. A. Radetski, G. Y. Grichko	65º Exército I. S. Glebov	K. A. Ganiev
I. V. Galanin	N. N. Savkov, S. K. Vasev	70º Exército V. M. Chaparov	Y. Y. Maslovs
A. G. Rodin	P. M. Latichev, V. V. Sosnovikov	2º Exército de Tanques G. Y. Preisman	M. V. Zelenkov
S. I. Rudenko	A. S. Vinogradov	16º Exército do Ar P. I. Braiko	V. I. Vikrov

Frente de Voronezh

Gen. N. F. Vatutin	N. S. Kruchtechev, L. R. Korniets	S. P. Ivanov	S. S. Chatilov
S. G. Trofimenko	I. P. Chevchenko, Y. G. Poliakov	27º Exército G. S. Lukianchenko	S. F. Khvalei
N. Y. Chibisov	I. D. Ribinski, Z. F. Oleinik	38º Exército A. P. Pilipenko	P. A. Usov
K. S. Moskalenko	K. V. Krainiukov, A. A. Iepichev	40º Exército A. G. Batiunia	P. V. Sevastianov
V. D. Kriuchenkin	A. V. Tchhelakovski, Y. V. Bobrov	69º Exército S. M. Protas	N. A. Vichinevski
I. M. Chistiakov	P. I. Krainov, G. N. Kasianenko	6º Exército (Guardas) V. A. Pemkovski	L. I. Bokolov
M. S. Chumilov	Z. T. Serdiuk, F. K. Tchcherbak	7º Exército (Guardas) G. S. Lukin	M. P. Smolianov
M. Y. Katukov	N. K. Popel	1º Exército de Tanques M. A. Chalin	A. G. Zhuravliov
S. A. Krasovski	S. N. Romazanov	2º Exército do Ar F. I. Kachev	A. I. Asaulenko

Frente Steppe

Gen. I. S. Konev	I. Z. Susaikov, I. S. Gruchetski	M. V. Zakarov	A. N. Tevchenkov
I. M. Managarov	P. I. Gorokov, A. V. Tsariov	53º Exército K. N. Derevianko	A. I. Chmeliov
A. S. Zadov	A. M. Krivulin, A. M. Petrov	5º Exército (Guardas) N. I. Liamin	F. A. Katov
P. S. Ribalko	S. I. Melnikov	3º Exército de Tanques (Guardas) V. A. Mitrofanov	A. D. Kapnik
P. A. Rotmistrov	P. S. Grichin, I. F. Zakarenko	5º Exército de Tanques (Guardas) V. N. Bachakov	V. M. Charov
T. T. Khriukin	A. I. Vikoriev	8º Exército do Ar I. M. Belov	N. M. Tchcherbina

Forças de Reserva do Comando Supremo

P. M. Kozlov	I. N. Koroliov, P. V. Kuzmin	47º Exército Y. V. Ivanov	M. K. Kalachnik
N. A. Gagen	L. P. Bocharov, G. S. Galyiev	57º Exército V. D. Karpukin	G. K. Tsinen
G. I. Kulik	I. A. Gavrilov, V. N. Semionov	4º Exército (Guardas) P. M. Verkolovitch	D. T. Chepilov
V. M. Badanov	V. G. Guliaiev	4º Exército de Tanques P. I. Drugov	N. G. Kladovoi
S. K. Gorjunov	V. I. Alexeiyev	5º Exército do Ar N. G. Seleznirov	N. M. Protsenko
V. A. Sudets	V. N. Tolmachev	17º Exército do Ar N. M. Korsakov	V. G. Tochilov

Frente de Bryansk

Gen. M. M. Popov	L. Z. Mekhlis, S. I. Chabalin	L. M. Sandalov	A. P. Pigurnov
A. V. Gorbatorov	I. P. Konnov	3º Exército M. V. Ivachechkin	N. N. Amosov
P. A. Belov	D. G. Dubrovski, N. T. Zelobanov	61º Exército M. N. Salnikov	K. A. Zikov
V. Y. Kolpakchi	K. K. Abramov, N. A. Glamazda	63º Exército N. V. Ieromim	M. K. Genzik
N. F. Naumenko	M. N. Sukhachev	15º Exército do Ar A. A. Sakovnin	G. A. Khudiakov

Frente Ocidental

V. D. Sokolovski	N. A. Bulganin, I. S. Kokhlov	A. P. Pokhrovski	V. Y. Makarov
I. V. Boldin	L. M. Chumakov, A. N. Rassadin	50º Exército N. G. Brilev	N. I. Chilov
I. K. Bagramyan	P. N. Kulikov, F. V. Iatchskin	11º Exército (Guardas) N. P. Ivanov	D. F. Romanov
M. M. Gromov	I. G. Litvinenko	1º Exército do Ar A. S. Pronin	P. I. Dukhnovski

A hierarquia dá um passo discreto... Ecumenismo à portuguesa

■ Jorge André

O ecumenismo volta a ser falado. O Papa, barómetro das viragens eclesiais, assinalará a próxima Páscoa com a publicação de nova encíclica sobre o movimento católico de aproximação às outras igrejas cristãs. No entanto, segundo os observadores mais chegados ao Vaticano, não se aguarda que a nova carta papal alcance uma grande repercussão pública. Destina-se, sobretudo, a forçar a abertura de vias de diálogo com a renitente igreja ortodoxa.

Mais importante, afinal, terá sido para os cidadãos portugueses a reunião que, recentemente, juntou no Instituto Bíblico Monte Esperança representantes do episcopado católico e direcções das duas centrais que agrupam as igrejas reformadas: a Aliança Evangélica Portuguesa e o Conselho Evangélico das Igrejas Cristãs. Segundo a imprensa diária, o encontro durou mais de três horas e serviu para debater três questões principais: a análise dos graves problemas que afectam a sociedade portuguesa; uma reflexão sobre a evangelização e como poderá esta constituir uma solução para os problemas enunciados; e o estudo prévio das acções conjuntas possíveis de realizar na área social, bem como a abordagem dos recursos e estratégias destinadas a pô-las em prática.

Longe dali, horas antes, numa aproximação para muitos evidentes a este enunciado de intenções, Torres Couto, ex-secretário-geral da UGT, anunciava o abandono formal de toda a actividade política e declarava que dentro de dois meses iria assumir a direcção de um vasto movimento cívico contra a pobreza e outras formas de exclusão social.

O «puzzle» da vasta operação que se adivinha ganha forma se observarmos que boa parte dos representantes evangélicos presentes na reunião do Monte Esperança se tinham até então recusado a participar em quaisquer acções de aproximação à igreja católica institucional. Que terá, então, mudado no panorama religioso? É o que só mais tarde se verá.

Por ora, pode pelo menos afirmar-se que existem sectores do episcopado altamente preocupados com a situação social da igreja portuguesa, paralisada entre as suas alianças financeiras e uma crise económica nacional que não cessa de agravar-se. A igreja católica em Portugal, sente esse episcopado, precisa de refazer urgentemente a sua imagem pública. E os bispos reflectem que a esta delicada situação se juntam os perigos do isolamento católico face à rápida expansão das seitas religiosas. Tudo somado, torna-se evidente que uma aliança social entre o episcopado português e os seus velhos adversários evangélicos é, actualmente, do mais alto interesse estratégico para a igreja institucional.

É duvidoso que o mesmo se possa dizer quanto às efectivas consequências sociais do projecto do episcopado. É certo que não é oficialmente conhecido, mas podem ser deduzidos os seus traços fundamentais do simples articulado proposto como ordem de trabalhos: **definição dos problemas da sociedade portuguesa** o que pressupõe uma selecção prévia, na óptica episcopal; **tese de que a evangelização pode representar, em si mesma, uma solução para os problemas sociais**, perspectiva já anteriormente defendida por João Paulo II e pela Opus Dei, com utilização nos países do Leste europeu; e **estudo prévio de acções conjuntas**, de natureza necessariamente caritativa, área onde a igreja católica dispõe de meios, estudos e organização verdadeiramente esmagadores, se considerarmos as debilidades do sector reformado.

De momento, apenas se pode dizer estar-se em presença de um projecto ambicioso. E que, a julgar pelo que se conhece dos efeitos que os capitais católicos têm vindo a produzir nas privatizações, na transformação das misericórdias, na instalação de clínicas privadas, etc., as camadas mais desfavorecidas do nosso povo poucas esperanças deverão depositar nesta proposta episcopal.

Por outro lado, para as igrejas evangélicas portuguesas, a proposta do episcopado contém necessariamente graves riscos. As suas comunidades são débeis, os seus recursos precários e a sua própria identidade nacional oscila, continuamente, entre a imagem reformada e a sombra tutelar da igreja-mãe. Este eventual acordo pode conter os grãos de novas crises internas, religiosas e políticas.

Deixemos passar o tempo.

Livros

Continuamos a receber na nossa Redacção livros recentemente publicados por algumas editoras que nos vêm dando notícia da sua actividade.

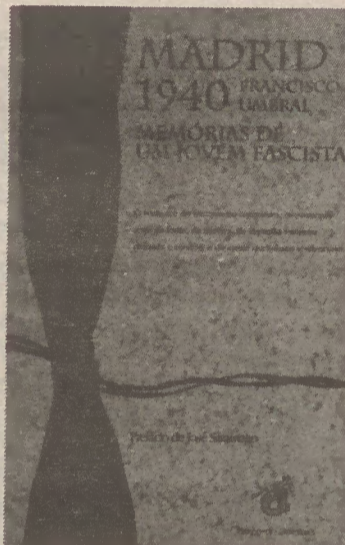
Aqui vão algumas notas sobre os livros que recebemos.

A Nativa do Arquipélago do Vento

Com a chancela da editora **Escritor**, a cujos livros já nos temos referido ultimamente, mais um romance — «A Nativa do Arquipélago do Vento», de Alexandre Babo. Uma história de amor que atravessa rapidamente lugares da Europa, lugares de Portugal para se deter sobretudo nas pessoas e na relação amorosa. São 120 páginas de leitura encerradas numa capa de e com ilustração de Armanda Andrade.



Isabel Allegro de Magalhães, licenciada em Filosofia Germânica por Coimbra e doutorada em Literatura Portuguesa Contemporânea pela Universidade de Santa Bárbara, Califórnia, com vasto currículo universitário e obras publicadas em Portugal, lê para o leitor textos portugueses. De Camilo a Agustina passando por Jorge de Sena e outros mais.



Memórias de um Jovem Fascista

Campo das Letras, a nova editora do Porto que recentemente se estreou, não pára. Fazemos neste número referência a mais dois volumes que nos chegaram há pouco. O primeiro é um romance de Francisco Umbral — «Madrid 1940 — Memórias de um Jovem Fascista». Com prefácio de José Saramago, trata-se de uma obra sobre o franquismo repressivo, os primeiros anos da fome, da miséria, da Espanha vitoriosa, colorida e triunfal, e do crime quotidiano e silencioso». Francisco Umbral, nascido em 1935 em Madrid e

autor de várias obras de ficção, que no país vizinho foi definido como «o maior prosador em castelhano do século», vai ter desta vez os seus leitores em português, em tradução de Cristina Rodrigues e Artur Guerra.

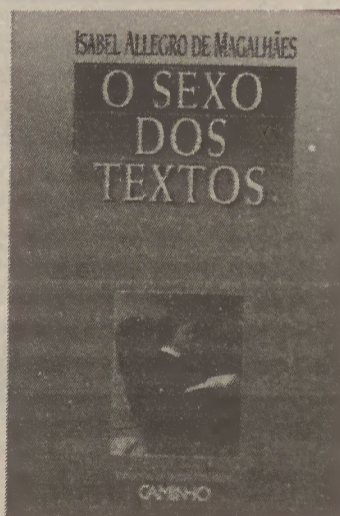


Socialismo e Mercado

Da autoria do professor Ramon Lopez-Suevos, professor de Estrutura Económica na Universidade de Santiago de Compostela, com algumas das suas obras já publicadas em Portugal, este estudo sobre um tema de incontornável actualidade — «Socialismo e Mercado». Com adaptação para a edição portuguesa de Avelino Gonçalves, este livro de «Notas de Economia Política» avança com a reflexão sobre a crise do socialismo. Reflexão de esquerda, a um tempo movendo-se na objectividade da análise e assumindo com clareza o partido da transformação da sociedade, trata-se de um livro preocupado e empenhado. Um livro que, como escrevia há um ano Sérgio Ribeiro, na «Vértice», que o lera em «galego», «para ler. Depressa. Já».

O Sexo dos Textos

Os textos têm sexo?, perguntará o leitor. Num livro recentemente editado pela **Caminho**, na sua colecção **Estudos de Literatura Portuguesa**, a autora, Isabel Allegro de Magalhães, propõe uma resposta. O volume de cerca de 200 páginas é a recolha de «leiturais» de vários textos, organizadas segundo o sexo dos seus autores. E tais «leiturais» indicam que a resposta é positiva. «Em vez de partimos do princípio de que as mulheres escrevem de forma diferente dos homens» explica a autora, «partimos de uma identificação dos elementos, clara ou veladamente sexuais, que os textos possam conter...»



Vértice

Já está à venda o número de Novembro-Dezembro da revista **Vértice**, desta vez especialmente dedicado aos 500 anos do Tratado de Tordesilhas, tema tratado por José Manuel Azevedo e Filho, António Silva Ribeiro, João Marinho dos Santos, José Luís Lima Garcia, Francesc Relano, Maria Helena Osswald, Amélia Polónia da Silva, Fábio Faversani, Luiz Carlos Villalta e João Soares Santos. Destaque ainda para a secção **Em Arquivo**, com textos de Vítorino Magalhães Godinho e Luís Albuquerque.



■ Pedro Ramos

1. O Sector Automóvel

Procura-se neste artigo chamar a atenção para as condicionantes em que assenta a indústria de montagem de veículos automóveis em Portugal e os riscos daí decorrentes para a economia nacional e para os trabalhadores.

O ramo do sector automóvel envolvia, em 1993, perto de 132 mil postos de trabalho, correspondendo a 3% do emprego total em Portugal (tendo aquele número decrescido 2,6% em relação a 1992).

Cerca de um terço daqueles postos de trabalho estava distribuído pelo comércio a retalho e por grosso de veículos automóveis, tractores, máquinas agrícolas e industriais e pela venda de peças e acessórios. Mais de 27% repartia-se pelas oficinas de reparação de automóveis e motociclos. A montagem de veículos automóveis empregava 5,4% do pessoal do sector.

Das 11 350 empresas registadas em 1993, 5 455 eram estabelecimentos de comércio do ramo, dos quais 1 098 postos de venda de combustível.

Registam-se, entre aquelas 11 350 empresas, 5 088 oficinas de reparação, a maioria com menos de 10 empregados e apenas 266 têm 20 ou mais trabalhadores.

Assim, um terço do emprego estava na actividade comercial do sector e quase outro tanto distribuía-se por milhares de pequenas oficinas de reparação.

2. A Indústria Automóvel

A indústria automóvel propriamente dita centra-se em algumas dezenas de empresas de fabrico de componentes para automóveis, com cerca de 22 mil postos de trabalho, e nas fábricas de montagem de veículos automóveis.

O fabrico de componentes tem um elevado grau de importância pelo elevado volume de vendas que representa, com grande predominância de produção para exportação. Está em grande parte dependente da produção local de veículos.

A indústria de montagem de automóveis dispunha, em 1993, de 10 empresas, empregando directamente cerca de 4 mil trabalhadores. Em 1994, o número de unidades fabris baixa para 9 com cessação da actividade da Movauto (montagem de comerciais ligeiros).

3. A Auto-Europa

A partir do ano corrente, uma nova fábrica de montagem de veículos automóveis vai permitir repor o número de 10 unidades referidas em 1993.

Trata-se da Auto-Europa, situada em Palmela. Constituída pelo Grupo Ford-Volkswagen, representa o maior investimento estrangeiro realizado no nosso país.

O orçamento, inicialmente previsto, de cerca de 450 milhões de contos parece agora, na fase de arranque e após a «reavaliação por novas condições do mercado», poder não atingir os 400 milhões, não deixando por isso de permanecer como o maior investimento estrangeiro em Portugal.

Que indústria automóvel em Portugal?

Do mesmo modo, os postos de trabalho a criar serão provavelmente em número bem menor dos que se anunciaram há anos, na fase do projecto.

Porém, as prováveis reduções não retiram a importância desta nova unidade fabril no âmbito da indústria transformadora e em especial na indústria automóvel.

De facto, quando, no decorrer dos últimos anos, vimos assistindo à progressiva desindustrialização do País, tem significado importante o arranque da Auto-Europa numa região em crise declarada com elevado índice de desemprego.

4. Porquê a Auto-Europa em Portugal?

Esta fábrica é mais uma das muitas que o capital multinacional instala; não obviamente porque pretende contribuir para o desenvolvimento do país que escolhe, mas porque, feito o estudo do mercado e considerados os benefícios que pode recolher, Portugal corresponde ao local adequado aos seus interesses de momento.

Que vantagens, neste caso, vem aqui cobrar o capital internacional?

Por um lado, e como é bem conhecido, vem aproveitar o menor custo de mão-de-obra em relação a outros países que even-

tualmente figurem na carteira das possibilidades de exploração. Por outro, vem colher as vantagens financeiras que lhe são oferecidas. No caso presente, estima-se em cerca de 90 milhões de contos o valor dos incentivos atribuídos a fundo perdido pelo Governo de Portugal.

É com frequência referida a elevada incorporação nacional inerente ao projecto da Auto-Europa. Convirá entretanto ter presente que também grande parte das empresas fornecedoras de componentes são igualmente controladas por grupos internacionais ou filiais desses grupos. Registem-se, a título de exemplo, a Ford Electronics (auto-rádios), a Delco-Reni/General Motors (sistemas de ignição); a COFAP (segmentos de êmbolos, amortecedores); a *joint-venture* entre a Yazaki e o Grupo Salvador Caetano (cablagens); a Motometer (instrumentos de controlo); a Cablmal (cablagens); etc.

5. Que Indústria Automóvel?

Como se procurou mostrar, o investimento directo estrangeiro efectua-se por critérios alheios aos interesses nacionais. Alguns projectos (de que a Auto-Europa é exemplo) poderão eventualmente contribuir para criar efeitos estruturantes na indústria portuguesa.

Porém, o facto de não serem asseguradas salvaguardas nem se exigirem contrapartidas credíveis, permite que alteradas as condições de mercado ou esgotados os incentivos os grupos estrangeiros encerrem as empresas. Aliás, as estatísticas revelam que se verifica o encerramento de empresas com IDE a um ritmo acelerado.

No caso da Auto-Europa, ainda a laboração não tinha arrancado, já pairavam as dúvidas sobre a «viabilidade financeira do projecto» e perspectiva-se de momento uma redução da capacidade de produção e consequentemente do quantitativo de pessoal.

Mas temos bem próximo o exemplo da «Renault Portuguesa» (assim se chama!). Também o Governo concedeu elevados benefícios financeiros e fiscais - para a instalação da fábrica em Setúbal. Entretanto, desde 1993 que vêm sendo suprimidos postos de trabalho. A produção desce para menos de metade da capacidade disponível, com uma redução de pessoal que já ultrapassa os 600 trabalhadores.

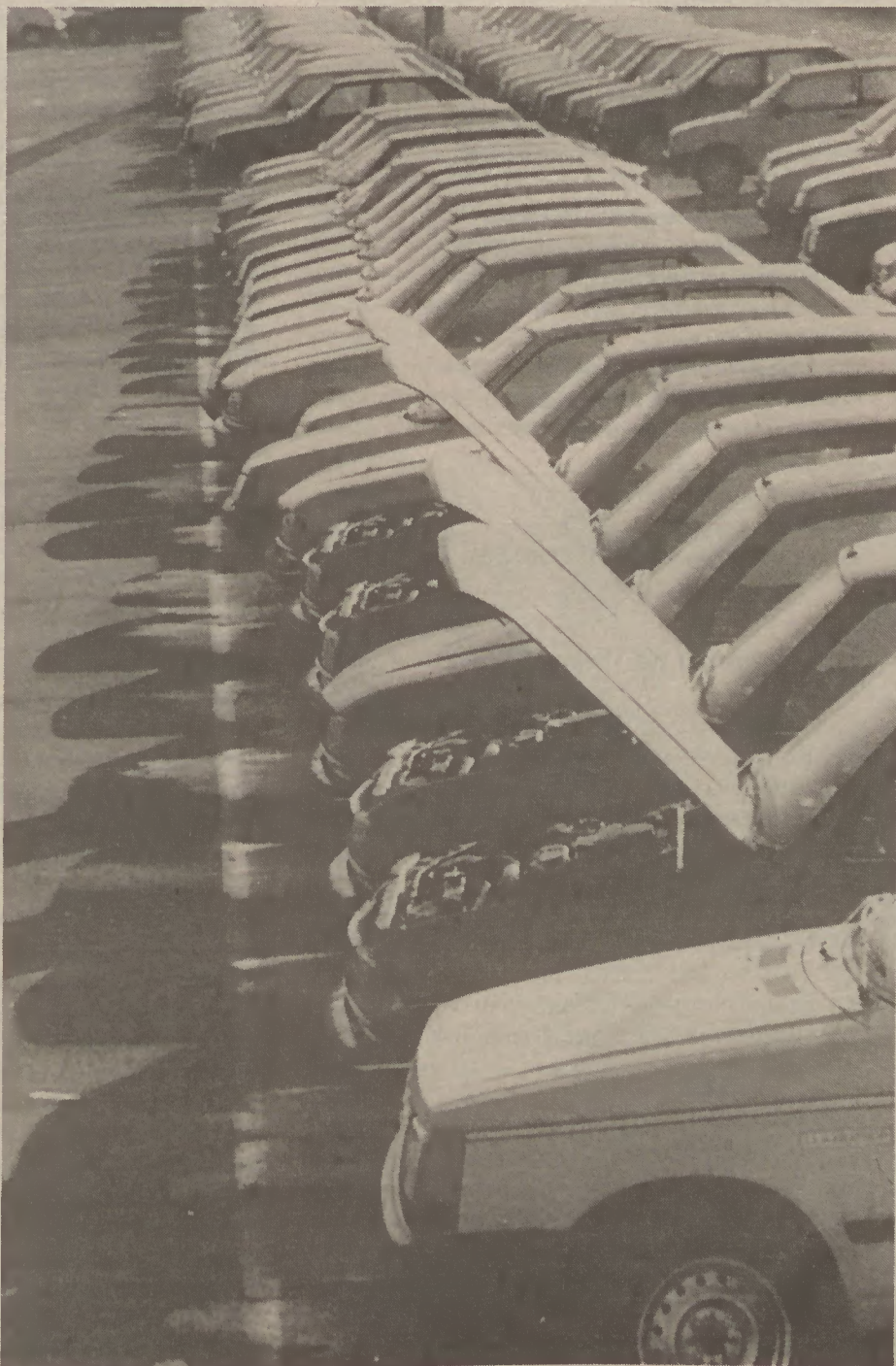
As decisões tomadas, que conduziram à situação descrita, e as que se anunciam para um futuro próximo, são deliberadas nos centros de direcção exteriores ao País e os 25% de participação do Estado português pesam tanto como os interesses nacionais em causa: a empresa será desmantelada se assim o entender o capital estrangeiro.

Para melhor enquadramento da situação e em reforço do que temos vindo a afirmar, registre-se que, de acordo com notícias publicadas, a Renault continuou, em paralelo com esta desactivação em Setúbal, a investir em unidades fabris na Europa Central e nomeadamente em Revoz, na Eslovénia, para a produção do modelo actualmente montado em Setúbal (Renault Clio).

Aquilo a que agora se assiste na fábrica de Setúbal, já se teme que venha a suceder em Palmela. Estejamos certos que ocorrerá quando o determinar a multinacional.

Cabe perguntar: existe uma indústria automóvel portuguesa? Ou será que o que existe é montagem de automóveis em Portugal quando e enquanto convém ao capital internacional?

Não há necessariamente que dizer não à IDE mas há que dizê-lo sempre que não fiquem acautelados eventuais efeitos negativos na evolução da economia do País, tal como se observa no momento presente com a total incapacidade do Governo para assumir a defesa dos interesses nacionais.





Perdoa-me!

É claro que estamos já a viver um período pré-eleitoral.

Basta reparar como na intervenção política de certos partidos surgem «novas» propostas que ainda ontem foram recusadas e promessas que já antes fizeram e esqueceram e emergem declarações de branqueamento e de «rotura» com o passado recente.

Basta reparar na desfaçatez com que os candidatos a «chefe» do PPD/PSD se distanciam, em velocidade progressivamente acelerada, da prática política que o partido, de que são dirigentes, e o Governo em trânsito, de que são ministros, prosseguem neste preciso momento.

Basta ter em atenção que a própria refrega intestina em que estão envolvidos é sistematicamente gerida numa enorme campanha mediática - sondagens-relâmpago, inquéritos telefónicos, «caixas» e «directos», espectacularização da desavença, como se fossem o lúdico processo de escolha do próximo primeiro-ministro - visando lavar a imagem do PSD e relançá-lo para as próximas legislativas.

Basta ter presente que foi a televisão do Estado, da tutela do Ministro Marques Mendes, que deu o pontapé de saída desta obsessiva campanha de marketing (político) do PSD, tomando partido pelo Ministro Nogueira e que outros «media», mais chegados a Belmiro de Azevedo, vão promovendo o Ministro Barroso (que a experiência ensina a um financeiro que se preze a não afunilar amizades no PS).

Basta ver o «número 2» da actual direcção do PSD e do Governo, o homem que tutela o aparelho de poder e a simbiose partido/Estado, que decide do enlace com as clientelas e da fusão com os grandes interesses financeiros, o homem-chave na nomeação de quadros e nos mecanismos que instituíram a corrupção generalizada, a falar de «renovar tudo», de «transparência», de «código de conduta» e de «separar negócios e política».

Basta atentar no «camarada Abel», dirigente ao mais alto nível do PSD e do Governo, responsável pela política exterior do país nos últimos anos, a falar da possibilidade dum «referendo» sobre o futuro do processo de «integração europeia», ou a criticar os «fenómenos de clientelismo e corrupção».

É, de facto, descaramento a mais, mesmo para esta gente e para os seus critérios de (escassa) «ética política». Não admira que Santana Lopes esbraceje que «renovador» é ele e com dois meses de vantagem, que o professor Marcelo R. de Sousa - «que mesmo quando dorme não sossega», mas que nem por isso foi eleito delegado ao Congresso - afirme que «a renovação exige pudor» e que o «comentador» J. Pacheco Pereira assinala os perigos para o PSD das «frases vazias sobre a transparência» e «propostas na moda», em que está convertida a luta pela respectiva liderança.

O *Perdoa-me* transmutou-se assim, repentinamente, de «pérola» da grelha de programas da Televisão do «militante número um» em paradigma tático dos seus correligionários do PSD - agora que se vão chegando as eleições e convém fazer esquecer as desgraças da sua política e jurar a pés juntos que «desta vez vai ser diferente».

Não surpreende que assim seja, ou que também o Monteiro do PP renegue agora o que disse ontem: «que não, que afinal não quer eleições antecipadas porque vislumbra uma leve hipótese do PSD, com outra liderança, deixar os «populares» participar na distribuição dos «tachos»».

Nem surpreende que o PS, que nestas coisas de imitar os piores exemplos tem um vastíssimo cadastro, venha agora sugerir, como suas e «inovadoras», propostas sobre a «transparência» do exercício de funções e o regime de incompatibilidades dos titulares de cargos políticos, que ainda ontem se recusou a considerar quando foram apresentadas pelo PCP. E que sobre o assunto, como dizia o Engenheiro Guterres relativamente ao PSD, o PS não demonstre «arrependimento» nem «humildade».

A pré-campanha começou, foi-se-lhes o resto da vergonha. Tanto *Perdoa-me* não tem perdão.

■ Carlos Gonçalves



► Direitos da Mulher

«João Paulo II disse, Jorge André reflectiu, eu, simplesmente, acrescento.» Assim começa por escrever-nos a nossa leitora Glória Marreiros, numa carta que transcrevemos hoje na íntegra, acompanhada de um soneto de sua autoria:

«No "Avante!" do dia 5 de Janeiro deste ano, que será o Ano Internacional da Mulher, o artigo de Jorge André "Três proveitos no mesmo saco?" analisa de forma sucinta mas clara o discurso do Papa sobre o tema «A Mulher Educadora da Paz», denuncia a carga negativa da mensagem e sublinha como sintomática a frase seguinte: «As mulheres sabem como falar da paz, mesmo sem palavras, com os seus actos e muitas vezes com a eloquência muda do seu sofrimento».

«Conhecerá, Sua Santidade o Papa, o ditado português "quem cala consente?"

«É que a Mulher actual a quem são ainda negados muitos direitos tem já consciência de que pode lutar por eles, não embocada no manto do medo ou da hipocrisia "duma eloquência muda" mas exigindo ser ouvida por quem tem obrigação - Estados e Igrejas - de, neste final do Século XX, contribuir para a Paz e para o fim das discriminações que afectam tantas Mulheres no Mundo.

«Como reacção imediata às palavras conservadoras do Vaticano e como sinal de apreço pela reflexão de Jorge André, escrevi o soneto que dedico àqueles leitores do "Avante!" - Mulheres e Homens - que ao longo dos anos se têm empenhado na luta pela igualdade da Mulher, na Lei e na Vida.»

Um dia em cada dia

*JUNTAS faremos ANO diferente
deste tempo que é nosso por decreto
e no trabalho - às vezes discreto -
mostraremos ao Mundo o que é ser gente*

*Bem UNIDOS em esforço permanente
e em igualdade - num Saber concreto -
revelaremos o valor secreto
da pessoa que NÃO CALA NEM CONSENTE*

*Alargaremos nossos Universos
daremos do AMOR novo conceito
que Homens e Mulheres irão viver*

*Derrotaremos falsos e perversos
na dura luta pelo simples direito
de, um dia em cada dia, SER MULHER.*

► Encanto na despedida

Assim titulou a sua carta o nosso leitor *Jorge Antunes*, que chama a atenção para o facto de, num momento em que se assiste a uma crise de estabilidade, avançar para primeiro plano a escolha do sucessor de Cavaco, «bom motivo para que a situação social passe para segundo plano»...

(...) «Estamos à beira de mais um acto eleitoral e Cavaco Silva aproveita para fazer as malas, é que ele além de não ter grandes promessas a fazer ao eleitorado, porque muitas das que fez anteriormente não foram cumpridas como por exemplo a redução do horário de trabalho para as 40 horas semanais, aproximação dos nossos salários aos dos restantes trabalhadores comunitários, inverter a Assistência Social com a criação das taxas moderadoras, criou as propinas no ensino, o desemprego está em alta e os salários em atraso já são uma banalidade, falências de empresas são mais que muitas, aumentou em 3 anos a idade da reforma das mulheres e alterou para pior a forma de cálculo das pensões.

«A população, em particular nas grandes cidades tem insegurança ao sair à rua quando anoitece, os arrombamentos e assaltos a viaturas e residências estão em alta, enquanto se assiste ao encerramento de muitas esquadras de polícia e à sua

cada vez maior prevenção para os casos de conflitos sociais (protestos por encerramento de empresas, despedimentos ou não pagamento de salários), faltando a sua presença junto do cidadão.

«Democraticamente o SIS ao serviço do Governo vai vigiando dirigentes sindicais, dirigentes estudantis e líderes de movimentos contestatários como se de criminosos se tratassem.

«É evidente que há muito boa gente que nestes últimos dez anos se instalou em lugares de decisão e que vê o seu poleiro ameaçado, sendo para isso preciso apelar a toda a sua imaginação para que convençam os outros de que assim é que estamos bem.

«Primeiro foi o chefe a dizer que vai embora e agora é bom que leve consigo toda a companhia que ajudou a montar.»

(...) «Pela minha parte estou convicto de que Cavaco tem mais encanto na hora da despedida e que o PSD terá muito para explicar na campanha eleitoral sobre a actual situação social e as promessas não cumpridas.

«Forças de bloqueio ao governo são uma miragem, assim como miragem também foi o famoso oásis de Braga de Macedo.» (...)

► A credibilidade

Manifestando a sua «concordância política com a estratégia da apresentação da moção de censura ao Governo», o camarada C. Machado Acabado, de Montemor-o-Novo, escreve-nos:

(...) «Numa altura em que é cada vez mais óbvia a necessidade de repensar seriamente a situação de Portugal no interior da Comunidade - falhado que foi o sonho europeu-liberal de criar historicamente um Portugal-produtor-de (pequenos)-serviços, um SSTBP, um Supermercado Secundário e Terciário a Bom Preço (o que acarretou como consequência, aliás previsível, uma quase eliminação do país como mercado através do sacrifício sustentado e planificado do poder de compra relativo dos portugueses) - numa altura em que esta visão extrema a "utilitária" da divisão internacional do trabalho já desgastara seriamente a imagem internacional (e "europeia") do país, a argumentação do sr. Ministro da Defesa a propósito da (como dizer?) célebre «mançada» - OGMA, afigura-se-me - para além da excessivamente simplificador e "fácil" - de gosto cultural e histórico mais do que duvidoso.

«Aquilo que o Poder em Portugal, pela boca do ministro e, depois, por extensão, a diplomacia do Poder agora têm a dizer sempre que interna e, sobretudo, externamente (onde os «ouvidos críticos» são obviamente bem menos fáceis de contentar) a questão da credibilidade dos argumentos e tomadas de posição portuguesas «a favor de Timor» se levantar, é: "Agora vocês já sabem o que têm de não fazer - exactamente aquilo que nós fizemos". Ou seja: o que o poder laranja tentou foi justificar-se perante a comunidade internacional (diplomática, financeira, etc.) com uma espécie de «pragmática pedagógica pelo exemplo» que poderia, aliás, continuar a argumentar e a defender deste modo... natural: "E não têm de levar-nos a mal esta visão tão... "real" do conceito de exposição pedagógica. Nós somos um poder pedagógico. Essa é a nossa força e - têmo-lo amplamente demonstrado - o nosso fundamento. Não, nós não somos politicamente maquiavélicos e muito menos maus: nós somos cândida, ardorosa e totalmente incompetentes! Somo-lo, como vocês vêem, na gestão das nossas células económicas-base - as empresas - mesmo naquelas em que temos, como Estado, participação directa e de controlo e que, pelas suas implicações estratégicas imediatas e óbvias, têm de ser consideradas de segurança máxima. E, se de hoje para amanhã, no âmbito da "Europa", entrarmos em guerra com os vossos inimigos e, se quiser, lhe repararmos os aviões ou abastecermos os helicópteros - isso não é *Impulse*: é pura distração, "erro técnico", enfim, uma daquelas coisinhas que não escolhem alturas e que fazem, afinal, a graça e o encanto meridional da nossa descontração ensoalhada de «Segunda Europa» saltitante e sempre ao dispor.» (...)

A batalha democrática das eleições

■ Pedro Ramos de Almeida

1. Numa sociedade assente na desigualdade capitalista e monopolista e que atingiu o grau supremo de antagonismo social até hoje alcançado pela humanidade, as eleições e a democracia representativa exprimem, tradicionalmente, um conteúdo político e ideológico formal, empobrecido, encoberto, alienado e contraditório.

Graças à supremacia social das relações de produção capitalistas e à utilização, pelos grupos sociais que as dominam, de fundamentais instrumentos políticos e financeiros; graças à prática, pela burguesia monopolista, de formas diversificadas de pressão política, económica, ideológica e até religiosa; ao recurso a diferentes vias de corrupção e à concentração conservadora de variados e crescentes meios de informação; graças ainda, contraproducentemente, à divisão, ignorância, alheamento e abstenção crítica de largos sectores populacionais que deixam de se reconhecer tanto nos órgãos de poder e dos seus titulares vem sendo, de facto, marginalizada das grandes opções e lutas populares: os actos eleitorais, estruturados como momentos solenes, esterilizados e formais, acabam por formalizar a separação e isolamento do Estado das grandes batalhas do movimento democrático de opinião.

As camadas operárias, trabalhadoras e populares vão assim, nesta fase da nossa história política, deixando de ser o sujeito supremo do sufrágio. A sua liberdade e soberania são fortemente atingidas.

Em seu lugar, tomam lugar predominantemente caciques, sectarismos classistas e partidários, famílias privilegiadas; lobbies, lojas e oligarquias religioso-financeiras; organizações obscurantistas, seitas e sociedades anónimas, muitas vezes recém-criadas ou, pelo menos, de moderníssima e variada encenação partidária neoliberal.

A batalha democrática das eleições é sempre — a curto prazo, para a conquista da liberdade e da igualdade; a longo prazo, para o seu desenvolvimento e crescimento social — uma via essencial de progresso nacional e popular.

Mas imediatamente, neste Estado neoliberal que fomenta a desigualdade e o esvaziamento do conteúdo popular da democracia — em que as liberdades económicas, sociais, culturais e políticas vão sendo traídas e desviadas da consciência popular, da acção de massas e do voto democrático — as eleições, dizíamos, desempenham muitas vezes e crescentemente uma função vital para os poderosos: são as classes dominantes e os seus próceres que delas mais cuidam e que por elas mais se interessam, em nome das suas pretensões egoístas e como factor de abrandamento e neutralização das tensões populares geradas nas relações de produção e de poder.

Nestes termos, na mesma corrente social soberana, as simples e regulares mudanças formais e partidárias (bipolarização, rotativismo, alternância, política de alianças ou de exclusivismo, etc.), ou até as alterações apenas nominais entre candidatos da mesma família política aos postos de chefes ou titulares de órgãos governamentais, ajudam a encobrir e adoçar os desgastes provocados pelas desigualdades entre governantes e governados. Deste modo, as disparidades não só conseguem sobreviver, como até, com frequência, são eleitoralmente agravadas...

Neste cenário neoliberal, enquanto as eleições não exprimirem, como poderá e deverá ser, a confluência da acção política e popular de massas num grau superior de liberdade e igualdade — elas tenderão a consagrar predominantemente, um processo mecânico, repetitivo, alienante, de um institucionalismo hipócrita e falsamente objectivo, que apenas visa canonizar a legitimidade do mercado capitalista e monopolista e dos seus expoentes políticos.

«As ideias dominantes são as ideias das classes dominantes»: sem uma continuada e intensa intervenção de massas, que faça crescer a unidade de pensamento e acção económica, social e política, sindical e partidária, transformando-a em força material, os trabalhadores e as largas camadas populares não estarão, dentro e fora da sua consciência, em condições de arrombar, com o seu voto, o mercado monopolista e burguês em que vivem condicionados. Na sua vida privada e pública.

Aprontar a liberdade é também escolher e preparar a revolução, a mudança brusca e profunda da sociedade e do Estado, com os votos e pela libertação dos homens, em grandes lutas e movimentos populares, económicos, políticos e ideológicos, pela democratização do poder, pela socialização do Estado.

2. Apesar de todas estas condições adversas, porque restritas, a liberdade, as eleições para a Assembleia da República podem transformar-se numa importante luta democrática de massas, que decisivamente contribua para interromper uma década de governação monopolista, autoritária, corrupta, oposta aos interesses populares e nacionais.

Em Portugal, a classe operária e os trabalhadores manuais e intelectuais, da cidade e do campo; agricultores e rendeiros, pescadores, pequenos e médios comerciantes e industriais; partidos não autoritários, e sindicatos e comissões de trabalhadores; associações profissionais de trabalhadores e de pequenos e médios proprietários; autarquias locais de pendor democrático e suas organizações religiosas de base popular; movimentos juvenis, associações de estudantes, colectividades populares, clubes desportivos desejosos de não se converterem em associações comerciais dependentes de monopólios nacionais e estrangeiros; organizações democráticas de mulheres e associações de reformados e pensionistas; movimentos pela paz e contra as armas de destruição maciça; associações de originários africanos, movimentos de defesa do povo de Timor-Leste

e do seu direito à autodeterminação e independência; organizações e grupos locais e de bairro, etc., etc. — todos eles, como todos os cidadãos democratas e patriotas, partidários dos direitos cívicos, devem unir-se na reivindicação e defesa eleitoral dos direitos fundamentais ameaçados, na agitação e propaganda democráticas, contra a capitulação da liberdade e soberania portuguesa!

Mas contribuir para encerrar de vez mais de dez anos de uma política agravada de cedências antipatrióticas, de divisionismo antidemocrático e anticomunista, de autoritarismo estável e mesmo crescente, não é, à falta de um novo e velhíssimo «bloco central», agir para substituir uma maioria absoluta por outra, na alternância de um rotativismo sempre imperialista e apenas de feições com mais ou menos traços de neoliberalismo... (!)

E isto, entre dois partidos (PSD e PS) igualmente transigentes perante o monopolismo, que trocaram a soberania portuguesa pelas contrapartidas financeiras da União Europeia, que nem sequer são devidamente aplicadas no desenvolvimento do futuro produtivo português...

Dois partidos, ainda por cima, desejosos de um poder governamental imune de limitações, não sujeito a negociações, parlamentares e populares. No caso já comprovado do PSD-Cavaco, este nem sequer tolera as «forças de bloqueio», que para ele englobariam a magistratura, o provedor de justiça, os tribunais e, claro, o próprio Presidente da República... Enfim, quase todo o Estado, exceptuando o Governo e os seus deputados...

3. Em qualquer eleição há sempre um voto útil — à esquerda, como à direita; do lado do voto popular, como no campo dos privilegiados que económica, política e socialmente se lhe opõem. O voto útil é o voto que, em condições geralmente previsíveis, nunca se perde, e que acautela o presente e o futuro; exactamente porque, numa eleição determinada, corresponde, tática e estrategicamente, à síntese dos interesses, necessidades e possibilidades populares e democráticas ou, no campo oposto, dos antidemocratas e dos grupos capitalistas dominantes — que se afrontam.

Do lado dos democratas e progressistas sem partido, votar comunista é claramente o sentido do voto útil nas próximas eleições legislativas. Afirmá-lo não é, simplismente, tentar engrossar um voto ideológico definido com o voto daqueles que lhe possam estar mais próximos. É sublinhar que estas eleições têm dois pontos centrais para os democratas e progressistas: criar rapidamente condições para derrotar o autoritarismo e para a defesa da liberdade e da democracia; e acautelar, continuada e firmemente, os interesses produtivos e a soberania da comunidade nacional no quadro da integração monopolista europeia. Nestas condições, o voto comunista é um voto crucial. É um voto de firmeza democrática e patriótica. Porque é, no presente,

- o voto que, sublinhando o risco de autoritarismo na sociedade portuguesa, em situações de maioria absoluta partidária na Assembleia da República, defende governos de apoio parlamentar democrático e convergente;

- o voto que, contrariando os enlances e dependências imperialistas europeias e americanas, e como representante de uma importante parcela das forças produtivas nacionais, mais independentemente defende os interesses produtivos e patrióticos da comunidade portuguesa.

Quem hoje vota comunista não está a deliberar se, dentro de dezenas ou centenas de anos, deverá haver comunismo em Portugal.

Está a votar que hoje, em 1995 e neste fim de século, na sociedade antagónica portuguesa, é imperioso resistir e defender a democracia e a independência nacional! E que esse objectivo é um interesse português vital, impreterível e não negociável em blocos, alternâncias e federalismos!

(!) É interessante notar que Pedro Ferraz da Costa, o experimentado presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) afirmou no programa «Tostões e Milhões», da SIC, em 1-2-95, que governos na base do PSD ou do PS «não são muito diferentes»; e que seria inevitável — caso Fernando Nogueira fosse eleito, no próximo Congresso do PSD, como presidente do partido em substituição de Cavaco Silva —, que horas ou dias depois de uma eleição legislativa inconclusiva, em termos de maioria absoluta, aquele dirigente do PSD avançasse com uma proposta, que seria eventualmente bem sucedida, de reconstituição do «bloco central».



PONTOS CARDEAIS

Cavacal exemplo

Quando Cavaco se despediu — despedida adiada embora, e com toda a gente, mesmo os seus parceiros, a desejarem vê-lo pelas costas — deu um soberbo exemplo de como o PSD, mais uma vez e nesta conjuntura, pretende usar o Estado para daí fazer campanha.

No fim de contas, que disse Cavaco então? Que, desfazendo um tabu que construiu ao longo de meses, iria sair de presidente do seu partido e que, por consequência, deixaria então de ser candidato a primeiro-ministro. Palavras partidárias, portanto. Mas proferidas em que lugar? Nalguma sede do

PSD? Em alguma sessão do seu partido? Num jantar laranja? Nada disso. Falou sentado numa cadeira do Estado, em lugar de chefia do Governo. Houve logo, na corrida ao lugar de chefe do Partido, quem lhe seguisse os passos. Como Marques Mendes, no outro dia, no Porto. E como os candidatos e principais apoiantes são ministros, não

vai por si haver inauguração que não traga a palavra do partido a partir do Estado.

Apreensões

O PS, que parece querer até ao fim dar ao PSD todos os trunfos possíveis para que este venha a conseguir nova maioria — lembre-se que as eleições antecipadas eram

para Guterres assunto tabu até Cavaco lhe fazer o favor de explicar que queria deixar-se destas políticas governativas — persiste em preocupar-se mais com o PSD do que com os seus próprios projectos. Ainda há dias, a Comissão Política — pomposo nome! — da Federação Distrital de Coimbra do PS, segundo o jornal «Público», em comentários ao ambiente que rodeia a preparação do congresso do PSD, lamentava a «confusão que se estabeleceu entre o Governo e o Partido, já não se percebendo quem vai ao congresso». Esta situação de confusão entre ministros e sucessores de Cavaco «suscita apreensões». A nós, indigna-nos.

Poder ou não poder

Quando a direita está no poder, faz. Quando não está, diz. É o caso do popular Monteiro que, do alto da sua cadeira CDS/PP fala mal dos políticos como se não fosse um, e exige transparência e quer retirar-lhes reformas e privilégios. Por seu lado, Pacheco Pereira, enquanto os seus parceiros candidatos a sucessores de Cavaco se desunham a falar da transparência que vai haver — estamos de acordo em que não tem havido nenhuma —, defende agora que o debate sobre o estatuto dos políticos só deveria realizar-se depois das eleições. A questão é aproveitar o tempo...

Trocos electrónicos

O dinheiro de «plástico», os cartões multibanco e de crédito estão na berra e estamos em crer que não são apenas uma facilidade para os seus utentes — há-de haver alguns que vêm neles «estatuto social», como os que usam telemóvel e falam a despropósito dentro e fora das viaturas — mas pretendem constituir mais uma fonte de riqueza para os bancos. Agora vêm aí — com muita «reportagem» a publicitá-los — os cartões chamados de «porta-moedas electrónicos». É para «acabar com a falta de trocos», dizem. Os utentes não vão ganhar dinheiro com isso. Vão gastá-lo. E quem fica com os trocos desta facilidade são os banqueiros.

FRASES da SEMANA

“Os partidos políticos não têm nenhum contrato com a eternidade e ou trabalham para manter o seu papel na vida pública e na sociedade ou perdem-no. E o PSD pode perdê-lo no próximo congresso. Ou não.”

☞ (Pacheco Pereira - «Diário de Notícias», 02.02.95)

“Se há um grupo de pessoas que quer recolher assinaturas, nada tenho a criticar. Eu, por mim, não assino.”

☞ (Eurico de Melo, sobre a subscrição de uma lista de apoio a Fernando Nogueira - «Público», 05.02.95)

“Em política não há amigos.”

☞ (José Freire Antunes, ex-adjunto de Cavaco Silva, ex-MRPP, ex-amigo de Durão Barroso, citado em «Público», 06.02.95)

“Ter pertencido ao MRPP, como Durão Barroso, não é nada deslustrante, mesmo para um social-democrata ou um liberal.”

☞ (Cáceres Monteiro - «Visão», 02.02.95)

“Durão não teve uma única ideia em dez anos.”

☞ (Pedro Pinto - «Semanário», 04.02.95)

“Nenhum de nós poderá ser, de repente, novos ‘Cavacos Silvas’ ‘à la minute’.”

☞ (Pedro Santana Lopes - «Semanário», 04.02.95)

“Conclui-se que o bom político é o que nada diz.”

☞ (idem)

“Se o PSD quiser, a reforma eleitoral faz-se em 15 dias.”

☞ (António Guterres - «Semanário», 04.02.95)

“Cavaco Silva juntou coerentemente o acto à palavra e não lhe podemos levar a mal. Por muito desconforto e preocupações que a sua decisão nos cause (e causa).”

☞ (Vasco Graça Moura - «Diário de Notícias», 01.02.95)

“O arrependimento é um acto digno, quando leva à confissão dos pecados.”

☞ (António Guterres, sobre a antecipação de eleições - «Diário de Notícias», 06.02.95)

“Um conjunto de empresários, futebolistas e artistas — entre os quais António Sala, Marco Paulo, José Cid e Roberto Leal — vai dar o seu apoio a Nogueira durante a próxima semana.”

☞ (notícia - «Expresso», 04.02.95)

“Houve mais garbo e decoro nos últimos dias de Pompeia.”

☞ (Nuno Brederode dos Santos - «Expresso-Revista», 04.02.95)

PONTOS NATURAIS

Observações

I

Os inimigos dirão que foste tu quem inundou os campos e destruiu os ídolos e rasgou os panos sagrados e provocou a ira do Senhor. Não lhes basta que os outros acreditem. Querem que tu próprio penses: — E se eles falam verdade?

És tu quem eles querem.

II

A televisão ignora-me. Pura e simplesmente concluiu que eu não existo. É tão difícil lutar contra ela às vezes é difícil mesmo não concordar com ela.

Saber que existo é a minha tarefa diária.

III

Depois que deixou o Partido passou a ser mimado na TV. Talk-shows, depoimentos, entrevistas espectáculos (alguns até de gala). Talvez tivesse feito um bom negócio.

(Haverá bons negócios no deserto?)

IV

O que defendes agora é de outrora tão diferente que eu nem sei se em teu outrora não eras o que és presente. Então andavas mentido... Mas desde que deste o fora ficaste comprometido como quem anda perdido no labirinto da hora.

V

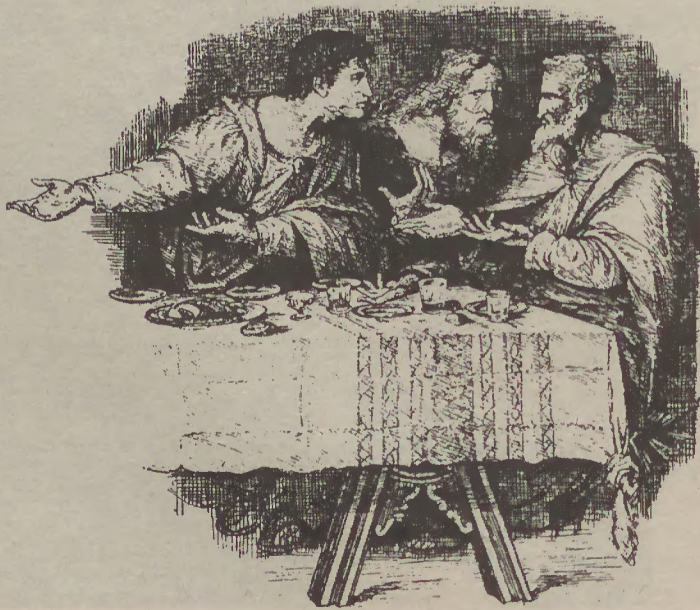
Se se ligar o comunismo à União Soviética, é evidente que ele ruiu. Porém, se a História lhe der razão de uma maneira ou outra? Porém se mais ninguém nos traz uma saída, um futuro? Então será preciso subir de novo a montanha.

VI

Vieram durante a noite deitar o lixo todo à minha porta. Eu apelei aos deuses mas era lixo e mais lixo e mais lixo até que a porta não podia abrir-se sem ficar a casa inundada.

Subi pela chaminé e saltei de telhado em telhado.

Mário Castrim



Agenda

Comício em Alpiarça

Com:
Carlos Carvalhas
Sec. Geral do PCP

Sábado, 11 Fevereiro 95
16 horas

Salão dos Bombeiros/
/Sociedade Filarmónica

A Comissão Concelhia de Alpiarça do PCP
A DOR Santarém do PCP

AMADORA

Reunião plenária da Com. Concelhia alargada aos camaradas das Comissões de Freguesia, secretariados de Células de Empresa e outras para discussão da situação social e do Plano de Trabalho para 1995:

Sexta-feira, 10, às 21h30, na Junta de Freguesia da Falagueira

com a participação do camarada Jerónimo de Sousa

Alcântara / Lisboa

Sessão pública sobre desalojamentos e degradação das condições de vida e habitabilidade na freguesia:

Salão da Junta de Freguesia, quarta-feira, 15, às 21h, com a participação de

João Amaral, Rui Godinho e António Abreu

ALMADA

Reuniões para debate do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados à IV AORS:

- célula do Arsenal do Alfeite - hoje, quinta-feira, às 18h, no CT Concelhio;
- organização de freguesia do Laranjeiro - sexta-feira, 10, às 21h30, no CT do Laranjeiro;
- organização de freguesia de Sobre-da-Vale de Figueira - sexta-feira, 10, às 21h30, na Com. Moradores de V. Figueira.
- organização de freguesia de Almada - sábado, 11, às 21h30, no CT Alberto Araújo.

BARREIRO

Reuniões para debate do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados à IV AORS:

- da célula dos Ferrovários - quinta-feira, 9, às 17h30, no CT Concelhio;
- das células dos Quadros Técnicos e Intelectuais, eleitos na Câmara e Seguros - quinta-feira, 9, às 21h, no CT Concelhio.

GUIMARÃES

Reunião geral de militantes para discussão da situação política nacional e no plano local: sexta-feira, 11, às 15h30, no Centro de Trabalho.

SINTRA

Reunião da célula da Câmara/SMAS: quinta-feira, 9, às 21h, no CT do Cacém.
Reunião do Organismo para o Trabalho nas Empresas do Concelho: sábado, 11, às 16h30, no CT do Cacém

LISBOA

Plenário do sector Centro Norte de

Empresas: sexta-feira, 10, às 19h, no CT da Av. Duque de Loulé.

Jornadas autárquicas nas freguesias de Beato, Olivais, Marvila, Alto do Pina - sábado, 11.

Reunião da Célula da Resistência: terça-feira, 14, às 17h30.

Reunião do O.D. da Zona Norte de Freguesias: terça-feira, 14, às 21h30 no Ct Vitória.

Plenário da célula dos PMClS de Hotelaria: terça-feira, 14, às 15h30, no CT Vitória.

Plenário da célula da Gulbenkian: quarta-feira, 15, às 18h, no CT da Av. António Serpa.

Plenário do sector Seguros, com a participação do camarada Jorge Cordeiro: no CT Vitória, quarta-feira, 15, às 18h.

Plenário mensal do sector Serviços: quinta-feira, dia 16, às 20h, no CT da Av. Duque de Loulé.

LOURES

Plenário de militantes da célula da Câmara/S.Municipalizados, com a participação do camarada José Casanova: quinta-feira, 9, às 17h45, no Refeitório da Câmara.

Sta. Iria da Azoia - Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa: sexta-feira, dia 10, às 21h30, no Centro de Trabalho.

MONTEMOR-O-NOVO

Reunião da célula dos Trabalhadores da Câmara, preparatória da 3ª Assembleia da Organização de Montemor-o-Novo: quinta-feira, 9, às 20h30, no CT de Montemor.

SINTRA

Alcabideche - Plenário de militantes da freguesia: sábado, dia 11, às 15h30, no Centro de Trabalho.

PCP

74 Anos
Almoço
comemorativo

Domingo, 5 de Março
Quinta Valenciana

com a participação de
Álvaro Cunhal

Presidente do Conselho Nacional do PCP

PALMELA

Reuniões para debate do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados à IV AORS:

- da freguesia de Palmela - quinta-feira, 9, às 21h30, no CT Concelhio;
- da freguesia de Marateca/Poçoirão - sexta-feira, 10, às 21h30, no Poçoirão.

SETÚBAL

Reuniões para debate do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados à IV AORS:

- da célula de Quadros Técnicos e Intelectuais - quinta-feira, 9, às 21h30, no CT

LISBOA

"Segurança social: universalidade, selectividade e financiamento"

Hotel Plaza - Sala Garrett
Quinta-feira, 9 de Fevereiro - 17h30

com a participação de
Edgar Correia, Fernando Marques,
Isabel Quintas, Maria Bento,
Maria do Carmo Tavares
e a presença de
CARLOS CARVALHAS

LISBOA

"Salários, emprego e desenvolvimento económico"

Centro de Trabalho Vitória
Quinta-feira, 9 de Fevereiro - 21h00

com a participação de
Agostinho Lopes, Carvalho da Silva, Domingos Abrantes,
Sérgio Ribeiro, Ulisses Garrido, Vasco Cal

COVILHÃ

"Uma nova política para o desporto e o associativismo"

Assembleia Municipal
Sexta-feira, 10 de Fevereiro - 21h00

com a participação de
Carlos Rabaçal, José António Pinho
José Manuel Gonçalves Rodrigues, Veiga Trigo


COIMBRA

"Uma nova política para o ensino superior"

Casa Municipal da Cultura
Sexta-feira, 10 de Fevereiro - 21h30

com a participação de
Edgar Correia, Jorge Alarcão, José Dias Urbano,
Mário Carvalho, Rui Namorado Rosa, Teresa Vieira

Debate
com o País

para
uma nova
política 

CORUCHE

"O PCP e a alternativa política"

Centro Cultural da Câmara Municipal
Sexta-feira, 10 de Fevereiro - 21h00

com a participação de
Vitor Dias

ÉVORA

"Agricultura e mundo rural: as políticas necessárias"

Teatro Garcia de Rezende, Salão Nobre
Segunda-feira, 13 de Fevereiro - 21h00

com a participação de
Castro Caldas, Lino Carvalho, Manuel Branco,
Oliveira Baptista, Raimundo Cabral

LINDA-A-PASTORA

"Política alternativa e as propostas do PCP"

Sporting Clube
Sexta-feira, 10 de Fevereiro - 21h00

com a participação de
Domingos Abrantes

LISBOA

"Os problemas actuais do património cultural"

Casa do Alentejo
Sábado, 11 de Fevereiro - 09h30

MADEIRA

"Turismo"

Funchal, Hotel Orquídea
Sábado, 11 de Fevereiro - 16h00

com a participação de
Carlos Luís Figueira, Leonel Nunes

MÉRTOLA

"Património e Desenvolvimento"

Salão da Junta de Freguesia
Sábado, 11 de Fevereiro - 15h00

com a participação de
Cláudio Torres, Jorge Araújo, Jorge Revez,
José Soeiro, Paulo Neto

STª IRIA AZOIA

"Emprego e industrialização"

Centro de Trabalho do PCP
Sexta-feira, 10 de Fevereiro - 21h30

com a participação de
Jerónimo de Sousa

SEIXAL

"Reformados e segurança social"

Torre da Marinha, Ass. de Reformados
Sábado, 11 de Fevereiro - 15h00

SERPA

"Água/Irrigação da margem esquerda do Guadiana"

Câmara Municipal
Sábado, 11 de Fevereiro - 21h00

com a participação de
António Murteira, João Oliveira, João Rocha,
Manuel Pica, Rosa Fernandes

SETÚBAL

"Educação e Ensino"

Centro de Trabalho Concelhio do PCP
Sexta-feira, 10 de Fevereiro - 21h30

com a participação de
A. Sousa Pereira, Paulo Rodrigues,
Regina Marques

SILVES

"A situação da agricultura em Portugal"

Escola Preparatória
Sábado, 11 de Fevereiro - 15h30

com a participação de
Carlos Amaro



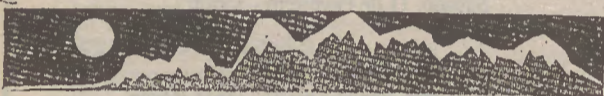
concelho;
- de Valfrio, com a participação do camarada Agostinho Lopes - sexta-feira, 10, às 21h30, no CT concelho;
- da freguesia de S. Lourenço - sábado, 11, às 16h30.

SINES
Reuniões para debate do ante-projecto de Resolução Política e eleição de delegados à IV AORS:
- das organizações do Bº Soeiro Pereira Gomes e Baixa de S. Pedro: sexta-feira, 10, às 20h.
- de Diversos: sábado, 11, às 16h, no CT concelho.

VILA FRANCA DE XIRA
Forte da Casa - Plenário de militantes da freguesia, com a participação da camarada Marília Vilaverde Cabral: sexta-feira, 10, às 21h30, no Pavilhão Municipal.
Alhandra - Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada Alexandre Teixeira: sexta-feira, 10, às 21h30, no CT de Alhandra.
JCP - Convívio no sábado, a partir das 21h, no Centro de Trabalho do PCP. Entrega de cartões 1995.
ENCONTRO CONVÍVIO DE MULLHERES COMUNISTAS: domingo, dia 12, a partir das 16h, no CT de Vila Franca de Xira.

OEIRAS
1ª Assembleia da Organização de Freguesia de CARNAXIDE
Sábado, 11, às 20h, no CT de Camaxide

Almoço-convívio das freguesias de Alcântara, Sto. Condestável e Campolide:
sábado, dia 11, às 13h, no CT de Alcântara



Excursão à Serra Nevada

25, 26, 27, e 28
Fevereiro - 1995

Organização:
COMISSÃO CONCELHIA DO SEIXAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

TEATRO

COMPANHIA DE TEATRO DE ALMADA

Cacilhas, no Complexo Nimbus (ex-Parry & Son). Tel. 2752175/2756567. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **MOLIÈRE**, de Mikhail Bulgakov, encenação de Joaquim Benite, pela Companhia de Teatro de Almada.

ESTRELA HALL

Lisboa, R. Sto. António à Estrela, 60. Tel. 3953289. 6ª e sáb. às 22.00, dom. às 18.00. **LIBERDADE**, poemas de Sophia de Mello Breyner encenados por João Brites.

PALCO ORIENTAL

Lisboa, Calç. Duque de Lafões. Tel. 8686997. De 5ª a dom. às 21.30. **AO LONGO, AO LONGO DA LONGA RUA**, de Wolfgang Borcher, encenação de João Jorge.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 5ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **OLEANNA**, de David Mamet, encenação de João Lourenço.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, R. Ten. Raúl Cascais. Tel. 3951515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **O TRIUNFO DO INVERNO**, de Gil Vicente, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO CARLOS MANUEL

Sintra. De 5ª a sáb. às 21.30. **NÃO SE PAGA, NÃO SE PAGA**, de Dario Fo, encenação de João Melo Alvim, pela Comp. de Teatro de Sintra (até fim de Fevereiro).

TEATRO DE CARNIDE

Lisboa, Azinhaga das Freiras. Tel. 7141163. Sáb. e dom. às 16.00. **Teatro Infantil: O DRAGÃO COR DE FRAMBOESA**, encenação de João Ricardo, pelo Teatro de Camide.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965275. De 4ª a sáb. às 22.00, dom. às 17.00: **MARLY, A VAMPIRA**

CRUZ QUEBRADA

Almoço-convívio no CT de Algés: sábado, dia 11, às 13h

Domingo, 12

Quinta da Atalaia

Almoço-convívio promovido pela Comissão de Freguesia da PAREDE

Debate CDU

"BARREIRO - QUE DESENVOLVIMENTO?"

Sábado, 11, no CT do PCP com a participação de Octávio Teixeira

JCP ÉVORA

Debate:

"Que Ensino Secundário?"

Domingo, 12, às 15h, no CT do PCP

JCP AMADORA

Encontro-convívio

Sábado, 11, a partir das 16h, no CT do PCP

LISBOA

Novos quadros intelectuais do PCP

Plenário: sábado, às 16h, no CT Vitória

Deputados do PCP em Portalegre

Em visita de informação deslocam-se amanhã, sexta-feira, ao distrito de Portalegre os deputados do PCP Octávio Teixeira, Lino de Carvalho e António Murteira, que visitarão empresas e instituições dos concelhos de Campo Maior, Elvas, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel.

PALAVRAS CRUZADAS

1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1 - Filho do filho; aviso por escrito; patrão. 2 - Chamamento ao telefone; tamanco; impulso. 3 - Poeira; larva que se cria nas feridas dos animais; a mim; caverna. 4 - Heróico; paga; vereador. 5 - Contenda; anacoreta; Amerício (s. q.); 6 - Eia; idolatra; depois de. 7 - Cont. prep. e art.; alumínio (s. q.); chefe etíope; Ruténio (s. q.); seguir. 8 - Círculos; de sabor agradável; acredita. 9 - Art. espanhol; longínqua; lavram. 10 - Peixe abundante no mar dos Açores; interj. de espanto; carícia. 11 - Versadas; Gálio (s. q.); ena; Erbio (s. q.). 12 - Título dos descendentes de Mafoma; alpaca; a 3.ª pessoa. 13 - Pedras de amolar; conjuntos de macho e fêmea; artérias.

VERTICAIS: 1 - Moeda francesa de prata equivalente a 5 francos; acolá. 2 - O elogio começa desta maneira; ligo; vocábulo originário de outro. 3 - Porco; partido revolucionário basco; referis. 4 - Salto brusco do cavalo; aspecto; oceano. 5 - Acreditei; voo. 6 - Parte do lombo do bovino entre o pá e o cachaço; pertence-lhe; nota musical. 7 - Pertences; rezar; açorda. 8 - Prep.; miadela; patroa. 9 - Consenti; a dama nas cartas; grito de dor. 10 - Comiseração; fruto de ateira; bica (pop.); 11 - Irra; lamentos. 12 - Medida agrária de superfície; alternativa; nome de letra; 13 - Menciones; meia crosta; a minha pessoa. 4 - Tumulto popular; furor; aquela de que se fala. 15 - Verbal; tiritaras.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

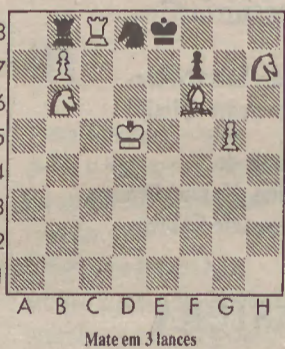
HORIZONTAIS: 1 - Fulgor; frotas. 2 - Ene; velário; lbo. 3 - Sádio; ira; lanar. 4 - Ar; agito; lo. 5 - In; oura; Avis; te. 6 - Noa; tararas; daí. 7 - Nó; silas; de. 8 - Tabu; amo; reza. 9 - Ir; ama; ais; Zé. 10 - Rum; alijada; Pax. 11 - Afim; idade; Roma. 12 - Dão; acamara; som. 13 - Os; ares; oeló; ré.

VERTICAIS: 1 - Festins; irado. 2 - Una; nó; trufas. 3 - Leda; Ana; mio. 4 - Iró; oba. 5 - Ovo; ut; uma; ar. 6 - Ré; aras; Alice. 7 - Ligaria; idas. 8 - Sari; almejam. 9 - Ratarão; Adão. 10 - Fi; ovas; adere. 11 - Rol; is; ria; Al. 12 - Ais; dês. 13 - Tino; dez; 14 - Aba; tá; Azamor; 15 - Sorteio; exame.

XADRE

CDXCIX - 9 DE FEVEREIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995X011
Por: GEORGE HUME
V. *Newcastle Weekly Chronicle*, 1923

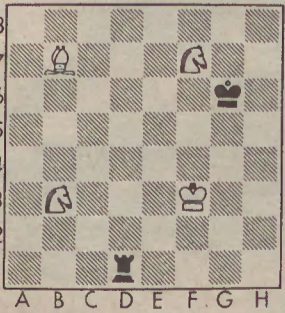
Pr: [4]: P7 - C8 - T6 - R8
Br: [6]: Ps. b7, g5 - Cs. b6, h7 - B6 - Tç - R5



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X012
Por: ALEKSEI TROITZKY
L'Echiquier, 1927

Pr: [2] Td1 - Rg6
Br: [4] Cs. b3, f7 - Bb7 - Rf3



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXCIX

Nº 1995X011 [G.H.]: 1. Ca8!, Tç8 / Ta8: 2. b7c8 = T/ba8 = C. ~: 3. Td8 #

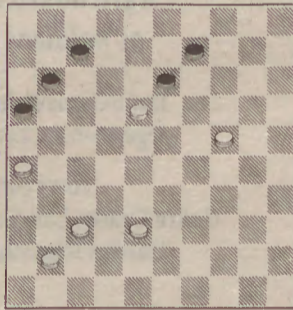
Nº 1995X012 [H.R.]: 1. Rç2!, Tg1: 2. Rf2, Td1: 3. Bf3 e g.

A. de M. M.

DAMAS

CDXCIX - 9 DE FEVEREIRO DE 1995
PROPOSIÇÃO Nº 1995D011
Por: J. MAIRE
França, 1936

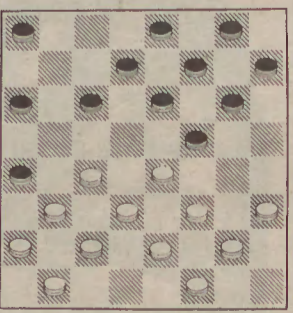
Pr: [5]: 7-9-11-13-16
Br: [6]: 18-24-26-37-38-41



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1995D012
GOLPE Nº 107
Por: LORENÇO VALLS
Valencia, 1597

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 27-22; 3. 1-5, 31-27; 4. 12-15, 23-20; 5. 7-12, 20-16; 6. 3-7, 28-23 Diagrama.



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXCIX

Nº 1995D011 [J. M.]: 1. 26-21, (16x27) [Se: (13x22); 2. 21-17...+]; 2. 37-31, (27x47-D); 3. 24-19, (47x12); 4. 19x6 +

Nº 1995D012 [L. V.]: 7. 15-19, 22-15; 8. 12-28, 32-23; 9. 9-13, 18-9; 10. 14-18, 21-14; 14. 10-28 +

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 9

Ambulância Para Todo o Serviço

«Mother, Jugs and Speed» (EUA/1976). Real.: Peter Yates. Int.: Bill Cosby, Raquel Welch, Harvey Keitel, Allen Garfield. Cor, 95 min. *Comédia.* (14.50, SIC)

Zardoz

«Zardoz» (EUA/1974). Real.: John Boorman. Int.: Sean Connery, Charlotte Rampling, Sara Kestelman, John Alderton. Cor, 106 min. *Ver Destaque.* (22.00, Quatro)

Ânsia de Amar

«In the Cool of the Day» (EUA/1962). Real.: Robert Stevens. Int.: Peter Finch, Jane Fonda, Angela Lansbury, Arthur Hill. Cor, 88 min. *Drama.* (01.35, Canal 1)

SEXTA, 10

O Sr. Hobbs Vai de Férias

«Mr. Hobbs Takes a Vacation» (EUA/1962). Real.: Henry Koster. Int.: James Stewart, Maureen O'Hara, Fabian, John Saxon. Cor, 116 min. *Comédia.* (14.50, SIC)

Ruptura Explosiva

«Point Break» (EUA/1991). Real.: Kathryn Bigelow. Int.: Patrick Swayze, Keanu Reeves, Gary Busey, Lory Petty. Cor, 122 min. *Ver Destaque.* (21.30, Quatro)

Ídolos do Estádio

«Olympia-Film I: Fest der Volker» (Alemanha/1937). Real.: Leni Riefenstahl. *Documentário.* *Ver Destaque.* (23.50, TV 2)

Operação Outubro Negro

«Cover Up» (EUA/Israel/1990). Real.: Manny Coto. Int.: Dolph Lundgreen, Lou Gosset, John Finn, Lisa Berkley. Cor, 88 min. *«Thriller» / «Espionagem.* (01.05, Canal 1)

SÁBADO, 11

Toureiro à Força

«The Kid From Spain» (EUA/1932). Real.: Leo McCarey. Int.: Eddie Cantor, Lyda Roberti, Robert Young, Ruth Hall, Noah Beery. P/B, 95 min. *Ver Destaque.* (18.20, TV 2)

Inquérito Escaldante

«Q & A» (EUA/1990). Real.: Sidney Lumet. Int.: Nick Nolte, Timothy Hutton, Armand Assante, Patrick O'Neal, Lee Richardson. Cor, 134 min. *Ver Destaque.* (23.15, SIC)

Vencedores Olímpicos

«Olympia-Fil II: Fest der Schönheit» (Alemanha/1937). Real.: Leni Riefenstahl. *Documentário.* *Ver Destaque.* (23.50, TV 2)

O Vale Era Verde

«How Green Was My Valley» (EUA/1941). Real.: John Ford. Int.: Walter Pidgeon, Maureen O'Hara, Donald Crisp. Cor, 118 min. *Ver Destaque.* (00.00, Quatro)

Tiro pela Culatra

«Backfire» (EUA/1987). Real.: Gilbert Gates. Int.: Karen Allen, Keith Carradine, Jeff Fahey, Bernie Casey, Dean Paul Martin. Cor, 93 min. *«Thriller» / «Mistério.* (01.10, Canal 1)

Click: Foto Mortal

«Click: The Calender Girl Killer» (EUA/1989). Real.: John Stewart e Ross Hagen. Int.: Gregory Scott Cummings, Keely Sims. Cor, 87 min. *«Thriller».* (02.45, Canal 1)

DOMINGO, 12

Agora É Que São Elas

(Port/1953). Real.: Fernando Garcia. Int.: Milú, Alzira Camargo, Elvira Velez. P/B, 92 min. *Comédia.* (16.20, SIC)

O Mais Forte

«Kid Galahad» (EUA/1937). Real.: Michael Curtiz. Int.: Edward G. Robinson, Bette Davis, Humphrey Bogart, Wayne Morris. P/B, 96 min. *Ver Destaque.* (18.25, TV 2)

Aeroplano II

«Airplane II» (EUA/1982). Real.: Ken Finkleman. Int.: Robert Hays, Julie Hagerty, Lloyd Bridges, Peter Graves, William Shatner. Cor, 85 min. *Comédia.* (21.30, SIC)

Balbúrdia no Bairro

«Paydirt» (EUA/1992). Real.: Bill Phillips. Int.: Jeff Daniels, Catherine O'Hara, Hector Elizondo, Rhea Perlman, Judith Ivey. Cor, 85 min. *Comédia.* (00.20, Canal 1)

SEGUNDA, 13

Não Digas Nada

«Say Anything» (EUA/1974). Real.: Cameron Crowe. Int.: John Cusack, Ione Skye, John Mahoney, Lili Taylor, Amy Brooks. Cor, 100 min. *Ver Destaque.* (14.50, SIC)

Sexta-Feira 13, Parte 2

«Friday the 13th - Part 2» (EUA/1981). Real.: Steve Miner. Int.: Betsy Palmer, Amy Steel, John Furey, Adrienne King. Cor, 87 min. *Terror.* (22.30, SIC)

A Lua da Morte

«Deathmoon» (EUA/1978). Real.: Bruce Kessler. Int.: Robert Foxworth, Joe Penny, Dolph Sweet, France Nuyen. Cor, 89 min. *Telefilme / Fantástico.* (01.05, Canal 1)

TERÇA, 14

4 Dias de Loucura

«Niss Them For Me» (EUA/1957). Real.: Stanley Donen. Int.: Cary Grant, Jayne Mansfield, Leif Erickson, Susy Parker. Cor, 105 min. *Comédia Dramática.* (14.50, SIC)

Melancolia

«Melancholia» (Gr.Br./1989). Real.: Andi Engel. Int.: Jeroen Krabbé, Susannah York, Ulrich Wildgruber, Jane Gurnett. Cor, 84 min. *«Thriller» Político.* (22.45, TV 2)

A Rapariga das Colinas

«La Fille des Collines» (Fr./1990). Real.: Robin Davis. Int.: Florent Pagny, Tchéky Karyo, Nathalie Cardone, Jean-Pierre Sentier. Cor, 94 min. *Melodrama.* (01.35, Canal 1)

QUARTA, 15

Paixões Que Escaldam

«The Long Hot Summer» (EUA/1958). Real.: Martin Ritt. Int.: Paul Newman, Joanne Woodward, Orson Welles, Lee Remick. Cor, 115 min. *Ver Destaque.* (14.50, SIC)

Nascida Ontem

«Born Yesterday» (EUA/1993). Real.: Luis Mandoki. Int.: Melanie Griffith, John Goodman, Don Johnson. Cor, 97 min. *Comédia Romântica.* (22.50, Canal 1)

Os Amantes do Vampiro

«The Vampire Lovers» (EUA/1971). Real.: Roy Ward Baker. Int.: Ingrid Pitt, Peter Cushing, Dawn Adams, Madeleine Smith. Cor, 88 min. *Terror.* (01.10, SIC)

Clube Nocturno

«Night Club» (EUA/1990). Real.: Michael Keusch. Int.: Nicholas Hoppe, Elizabeth Kaitan, Ed Trotta, Peter Juraski. Cor, 87 min. *«Thriller».* (01.25, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 9

CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
09.50 Origens
10.20 Viva a Manhã
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Malha de Intrigas
15.40 Cobra
16.25 O Melhor dos Apanhados
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M'Enganas
19.10 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Isto Só Vídeo
22.00 Frou-Frou
23.45 Coisas da Vida
00.40 24 Horas
01.15 Remate
01.35 Ânima de Amar
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2
16.00 Televidas
17.00 Clara
18.10 Escola Paraíso
18.35 Os Amigos do Gaspar
19.10 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Basquetebol
21.20 O Homem e a Cidade - Açores
21.40 Desenhos Animados
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Departamento de Homicídios
23.40 Músicas da Terra
00.25 Arte na Época dos Descobrimientos

SIC
11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Bons Dias, Miss Dove
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buêrére
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Os Trapalhões
22.40 Ora Bolas, Marina
23.40 A Noite da Má Língua
00.45 Último Jornal
01.00 Internacional SIC

QUATRO
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Zardoz
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Novo Jornal
00.50 Fora de Jogo

Sexta, 10

CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Conversas do Manel
10.50 Origens
10.20 Viva a Manhã
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Malha de Intrigas
15.40 Cobra
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M'Enganas
19.10 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 Desculpem Qualquer Coisinha
21.00 74.5 Uma Onda no Ar
21.55 Concurso 1, 2, 3
23.45 24 Horas
00.25 Remate
00.40 Contos Assombrosos
01.05 Operação Outubro Negro
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2
16.00 Televidas
17.00 Uma Família Feliz
17.55 Infantil
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.05 A Magia do Cinema
20.50 A Roda do Mundo
21.10 Histórias Que o Tempo Apagou
21.45 Ver Para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Quem Conta um Conto
23.50 Ídolos do Estádio
(ver «Filmes na TV»)
00.50 Arte na Época dos Descobrimientos

SIC
11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 O Sr. Hobbs Vai de Férias
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buêrére
17.45 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite + Sete à Sexta
21.25 Irmãos Coragem
22.30 Chuva de Estrelas
23.30 Noites Hipnóticas
00.35 Último Jornal
00.50 Os Donos da Bola
02.10 Playboy

QUATRO
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 Verdade ou Mentira
21.00 Trapos & Companhia
21.30 Ruptura Explosiva
(ver «Filmes na TV»)
23.50 Novo Jornal
00.50 Fora de Jogo

Sábado, 11

CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Coração Selvagem
14.00 Made in Portugal
14.30 Clube Disney
16.00 As Aventuras de Brisco County
16.45 Arca de Noé
17.50 Futebol: União da Madeira-F.C.Porto
19.45 Totoloto
20.00 Telejornal
20.40 Seleção Nacional
21.30 Noite Mágica
22.30 Parabéns
00.50 24 Horas
01.10 Tiro pela Culatra
(ver «Filmes na TV»)
02.45 Click, Foto Mortal
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 TV2 Desporto
17.30 Para Além do Ano 2000
18.20 Toureiro à Força
(ver «Filmes na TV»)
19.55 Forum Musical
21.00 Praia da China
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.15 TV2 Desporto
23.50 Vencedores Olímpicos
(ver «Filmes na TV»)

SIC
11.00 Buêrére
13.00 Portugal Radical
13.15 Tropicaliente
14.05 Dra. Quinn
15.00 Os Imortais II
16.00 Muita Lóco
17.00 Minas e Armadilhas
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Bravo, Bravíssimo
23.15 Inquérito Escaldante
(ver «Filmes na TV»)
01.20 Último Jornal
01.35 Diários Eróticos

QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 A Grande Aposta
17.20 Queridos Inimigos
18.45 Trocado em Miúdos
19.30 Telejornal
20.15 Verdade ou Mentira
20.45 Futebol: União de Leiria-Marítimo
22.45 Trapos & Companhia
23.15 Últimas Notícias
23.30 Jornal do Mundo
24.00 O Vale Era Verde
(ver «Filmes na TV»)

Domingo, 12

CANAL 1
08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Notícias
13.15 Top +
14.15 86-60-86
14.55 Novas Aventuras do Super-Homem
15.40 Emoções Fortes
16.05 Dinossauros
16.30 Kung Fu, a Lenda Continua
17.15 A Grande Pirâmide
17.50 Futebol: V. Setúbal-Benfica
19.45 Joker
20.00 Telejornal
20.45 Casa Cheia
21.30 Eu Tenho Dois Amores
22.30 Domingo Desportivo
23.05 No Calor da Noite
24.00 24 Horas
00.20 Balbúrdia no Bairro
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2
09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
12.00 Regiões
13.00 Euronews
14.00 TV2 Desporto
17.30 Para Além do Ano 2000
18.25 O Mais Forte
(ver «Filmes na TV»)
20.15 Jovens Músicos
21.00 Gente Remota
22.00 TV2 Jornal
22.30 Sempre ao Domingo

SIC
11.00 Portugal Radical
11.15 Buêrére
13.00 Mini-Chuva de Estrelas
13.50 National Geographic
14.40 Um Trovão no Paraíso
15.30 Walker, o Ranger do Texas
16.20 Agora É que São Elas
(ver «Filmes na TV»)
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
20.40 Os Maiores Mágicos do Mundo
21.30 Aeroplano II
(ver «Filmes na TV»)
23.25 Último Jornal
23.40 No Fim do Mundo

QUATRO
10.00 Clube da Manhã
11.30 Informação Religiosa - Missa
13.30 Jornal do País
14.00 Portugal Português
15.00 As 1001 Tardes do Júlio Isidro
19.30 Telejornal
20.00 Verdade ou Mentira
20.30 O Agente Especial
21.30 Doutores e Engenheiros
22.50 Melrose Place
23.50 Últimas Notícias
00.05 Jornal Negócios

Segunda, 13

CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 A Família Adams
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Malha de Intrigas
15.40 Táxi
16.10 Cobra
16.55 Missão Impossível
17.55 O Melhor dos Apanhados
18.20 Com a Verdade M'Enganas
19.10 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 Nico d'Obra
21.50 Zona + Carlos Cruz
23.30 Nas Teias da Lei
00.10 24 Horas
00.50 Remate
01.05 A Lua da Morte
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2
16.00 Televidas
17.00 A Casa do Caçador
18.10 Infantil
19.15 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Zero de Audiência
20.45 Magazine - «Saúde»
21.15 Música dos Outros
21.45 Ver para Ler
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Humbert Delgado: Obviamente Assassinarão-no (documentário e debate)
00.50 Arte na Época dos Descobrimientos

SIC
11.00 Mulher Proibida
11.50 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Não Digas Nada
(ver «Filmes na TV»)
15.45 Buêrére
16.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.50 Ponto de Encontro
22.30 Sexta-feira, 13 - II
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Último Jornal
00.45 Flash Back

QUATRO
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.00 Trapos & Companhia
22.30 Diz-me Com Quem Andas
23.30 Novo Jornal
00.10 Desporto
00.40 Novos Ventos

Terça, 14

CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 A Família Adams
09.50 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Malha de Intrigas
15.40 Táxi
16.10 Cobra
16.55 Missão Impossível
17.55 O Melhor dos Apanhados
18.20 Com a Verdade M'Enganas
19.10 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.30 A Mulher do Sr. Ministro
22.00 Cabaret
23.00 Prova Oral
00.40 24 Horas
01.20 Remate
01.35 A Rapariga das Colinas
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2
16.00 Televidas
17.05 A Vida Continua
18.10 Infantil
19.15 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Rotações
21.15 Magazine - «Cinema»
21.45 RTP / Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Melancolia
(ver «Filmes na TV»)
00.30 Alta Frequência: «Billy Joel - II»
01.30 Arte na Época dos Descobrimientos

SIC
11.00 Mulher Proibida
11.45 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
14.50 Quatro Dias de Loucura
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buêrére
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.50 Ora Bolas, Marina
22.20 O Senhor Que se Segue
23.20 Labirinto
24.00 Terça à Noite
01.15 Último Jornal
01.30 O Rei da Rádio

QUATRO
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Amigos para Sempre
23.00 Novo Jornal
24.00 Fora de Jogo
00.15 Sinais e Leis

Quarta, 15

CANAL 1
08.00 Bom Dia
09.00 Gato Félix
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.50 Culinária
12.10 A Traidora
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.15 Malha de Intrigas
15.40 Táxi
16.10 Cobra
16.25 O Melhor dos Apanhados
17.30 Missão Impossível
18.10 Com a Verdade M'Enganas
19.10 Desencontros
19.50 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.30 Com Peso e Medida
22.50 Nascimento Ontem
(ver «Filmes na TV»)
00.30 24 Horas
01.10 Remate
01.25 Clube Nocturno
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2
16.00 Televidas
17.00 A Sombra da Dúvida II
18.05 Infantil
19.10 Um, Dó, Li, Tá
19.50 O Domínio dos Mares
20.45 Universidade Aberta
21.15 Magazine - «Ver Artes»
21.40 Ver para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Reportagem
23.40 Milongo
00.30 Documentário sobre a rodagem da série «Milongo»
01.15 Arte na Época dos Descobrimientos

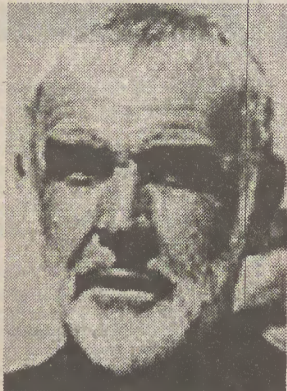
SIC
11.00 Mulher Proibida
12.00 Tropicaliente
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Paixões que Escaldam
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buêrére
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.50 All You Need Is Love
22.50 Casos de Polícia
23.55 Último Jornal
00.10 Tostões e Milhões
01.10 As Amantes do Vampiro
(ver «Filmes na TV»)

QUATRO
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.30 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.15 A Hora do Recreio
17.15 Caprichos
18.15 O Preço da Paixão
19.30 Telejornal
20.00 Éramos Seis
20.30 MacGyver
21.30 Verdade ou Mentira
22.30 Picket Fences
23.30 Novo Jornal
00.30 Fora de Jogo



«Milongo», uma série de ficção em quatro episódios, adaptada de um romance do escritor são-tomense Sacramento Neto e passada em S. Tomé e Príncipe nos tempos coloniais: semanalmente, a partir da próxima quarta-feira à noite na TV2

Por isto e por aquilo...



Sean Connery e Charlotte Rampling, principais intérpretes de «Zardoz», de John Boorman



Zardoz

(Quinta, 22.00, Quatro)

Transformado num filme de culto pelos amantes da ficção científica, este filme de John Boorman, sem dúvida extremamente apelativo do ponto de vista visual, arrancou maiores aplausos à crítica europeia do que propriamente à americana. Situado no ano de 2293, com a Terra devastada, o filme conta-nos a história de uma sociedade do futuro, onde impera a brutalidade e o extermínio na preservação de um punhado de imortais que fazem da tecnologia e da inteligência os sustentáculos do poder, até que um dia tudo é subvertido pela chegada de um exterminador vindo do exterior com a cumplicidade do interior. Sean Connery não escapa, por vezes, ao ridículo das suas posturas e das suas vestes e Charlotte Rampling vai a preceito na sua missão de dar origem a uma nova raça... Uma fábula cheia de alegorias, ao que parece com leituras as mais variadas.

Ruptura Explosiva

(Sexta, 21.30, Quatro)

A única ideia com piada deste filme são os disfarces atrás dos quais se ocultam os quatro ladrões de bancos que perpetram as mais variadas malfetorias: nada menos do que carantonhas de borracha de Nixon, Carter, Reagan e Lyndon Johnson... É este gang terrível que o destemido Keanu Reeves, na pele de um agente do FBI, vai tentar dismantlar ao imiscuir-se no seio da comunidade de surfistas no Sul da Califórnia. Mas, independentemente de sequências verdadeiramente espectaculares e filmadas com maestria, o filme tem um argumento muito pouco sólido e credível e Patrick Swayze, o cérebro que está por detrás de tudo isto, apresenta um *facies* que pouco difere das carantonhas dos malfetores que à distância comanda. Enfim, para assistir a um espectáculo brilhantemente eficaz em termos de imaginação visual, é preciso, pelos vistos, fingir que não se vê o resto...



Nick Nolte e Timothy Hutton, intérpretes principais de «Inquérito Escaldante», de Sidney Lumet

Ídolos do Estádio e Vencedores Olímpicos

(Sexta e Sábado, 23.50, TV 2)

Esta semana televisiva pode ser considerada das piores dos últimos tempos em matéria de programação cinematográfica, para tal contribuindo, em especial - salvo honrosas exceções - a falta de qualidade dos filmes escolhidos pelo Canal 1 e pela SIC para as horas e dias de maior audiência, continuando esta a relegar para as *matinéas* os seus melhores filmes e aquela a apresentar em «Última Sessão» algum do maior lixo alguma vez rodado. Quem conhece, de facto, «realizadores» que dão pelos nomes de Manny Coto ou Gilbert Gates ou John Stewart ou Ross Hagen ou Bill Phillips - para falar apenas de alguns dos traficantes de indigências que o Canal 1 apresenta pela madrugada fora? Como é admissível ter o «serviço público» abandonado o bom cinema do «horário nobre», em geral transformado o cinema em televisão numa sucursal rasca de qualquer vídeo-clube de bairro? Valha-nos frequentemente a TV 2 e, neste caso, em particular as emissões de sexta e sábado à noite em que serão apresentadas as duas partes de uma obra cuja atenta visão é importante. *Ídolos do Estádio* e *Vencedores Olímpicos* são as duas partes de um documentário monumental - *Olimpíada* - encomendado pelo Partido Nacional Socialista alemão a Leni Riefenstahl, a cineasta oficial do regime nazi, essa brilhante encenadora do totalitarismo mais abjecto e horrível. Uma obra que, na sequência de *O Triunfo da Verdade*, rodada por esta durante o Congresso de Nuremberga, mais claramente demonstra até onde pode ir o aproveitamento indecoroso do talento e da

arte na mais descarada propaganda de um regime odioso. Um filme sinistro e terrível, precisamente pelas imagens e sequências belíssimas através das quais se pretende manipular ideologicamente as massas.

Toureiro à Força

(Sábado, 18.20, TV 2)

Dirigido por um especialista no género - Leo McCarey - *Toureiro à Força* não pretende mais do que constituir-se em momentos de boa disposição e espectáculo, sendo a credibilidade do argumento coisa de somenos importância. O principal interesse do filme reside, assim, nas sequências de bailados e números musicais encenados por Busby Berkeley, que preenchem os espaços deixados livres por uma história risível em que dois colegas de estudo - interpretados com talento por Eddie Cantor e Robert Young - se vêem envolvidos num caso de roubo e têm de fugir para o México, onde o primeiro, confundido com um toureiro, é forçado a brilhar numa corrida...

Inquérito Escaldante

(Sábado, 23.15, SIC)

Num sábado com três filmes destacados e cuja transmissão ocorre em horários parcialmente sobrepostos - este é, sem dúvida, uma terceira escolha a dispensar, mesmo havendo acesso a um gravador para um dos outros dois. A história de *Inquérito Escaldante*, mesmo a calhar para um realizador empenhado no «cinema social», gira à volta da corrupção e compadrio na instituição policial descoberta por um jovem delegado do Procurador Público (Timothy Hutton) quando este investiga o incidente em que um polícia (Nick Nolte) é acusado de ter morto um porto-riquenho envolvido na droga. Um filme de denúncia do «sistema», mas naturalmente bem acabado.

O Vale Era Verde

(Sábado, 00.00, Quatro)

Com raízes bem fundas numa pequena localidade mineira do País de Gales, uma família encontra-se dispersa pelo Mundo devi-



Leni Riefenstahl, realizadora de «Ídolos do Estádio» e «Vencedores Olímpicos», na TV 2

do às extremamente difíceis condições de trabalho, que levam à greve e à miséria e os que restam atravessam os mais duros problemas. John Ford encena aqui mais uma exemplar obra cinematográfica na linha daquelas que constituem o retrato de uma profissão em crise ou de uma região paralisada e moribunda, através das figuras de uma família ou de um grupo de pessoas. Como vedor e pessimista, o filme parte mais de uma postura humanista do que da análise objectiva e rigorosa do regime social que tais sofrimentos e desesperos provoca. É, bem entendido, o timbre das obras de um cineasta sempre fiel aos seus temas e à forma particular de os abordar, com excelentes interpretações de um punhado de brilhantes actores e actrizes de que é justo destacar Walter Pidgeon, Roddy McDowall, Donald Crisp e Maureen O'Hara. Uma obra-prima.

O Mais Forte

(Domingo, 18.25, TV 2)

Com argumento desenrolando-se nos meandros do *boxe*, este filme de Michael Curtiz, audacioso para a época (1937) mas provavelmente hoje mostrando sinais de velhice, é entretanto valorizado pelas interpretações de Edward G. Robinson, Humphrey Bogart e Bette Davis, evoluindo numa história que envolve um combate em que um *boxeur* é forçado a perder, para que um *gangster* daí tire os seus proventos. E atenção à cena final da matança mútua entre Robinson e Bogart!



Edward G. Robinson e Humphrey Bogart, intérpretes principais de «O Mais Forte», de Michael Curtiz

Não Digas Nada

(Segunda, 14.50, SIC)

O tom de comédia adoptado pelo realizador Cameron Crowe desvia a atmosfera do filme do *melodrama romântico* em que poderia arriscar-se a cair. A história, simpática, gira à volta de um casal de colegas do liceu e das dificuldades das suas relações amorosas, em particular devido à timidez do rapaz (maravilhosamente interpretado por John Cusack). O argumento tem alguns altos e baixos mas, em geral, trata-se de uma filme de visão extremamente agradável e despreocupada.

Paixões Que Escaldam

(Quarta, 14.50, SIC)

Partindo da adaptação de duas pequenas histórias de William Faulkner («*Barn Burning*» e «*Spotted Horses*»), o argumento de *Paixões Que Escaldam* transporta-nos para o sul dos EUA e para o seio de uma família dominada por um patriarca que, de súbito, se interessa pela chegada de um vagabundo que vem transformar, por completo, a «normalidade» da casa. Com um *cast* repleto de grandes vedetas - e realizado por um cineasta como Martin Ritt, em geral à vontade em histórias deste tipo - o filme, sem desiludir por completo, fica entretanto alguns furos abaixo das potencialidades garantidas à partida e atraíção, de certa maneira, o grande romancista que foi Faulkner.



Um fotograma de «O Vale Era Verde», uma obra-prima de John Ford

A Aldeia da Roupa Suja

■ Francisco Costa

Quando, aqui há dias, no rescaldo do «tabu cavaquista», se começou a desenrolar esse novo e lamentável espectáculo que é a telenovela da sucessão do «chefe», foi ver em todos os telejornais televisivos uma correnteza de notáveis, que nos diziam saídos da reunião magna das Distritais do PSD, logo botando palpites perante câmaras, projectores e microfones sobre as preferências, os jogos e as estratégias dessas guerras intestinas e afirmando-se com todo o desprate representar as «bases» locais do partido.

E foi ver e ouvir, também já sem espanto, o desfilar de expressões como «os meus delegados» ou «a minha Distrital», como se na realidade, enquanto assumidos aprendizes de subchefes, lhes ouvíssemos dizer «a minha quinta», «o meu rebanho», «a minha clientela»...

Tal é a natural cultura política desta gente que nos governa e se governa.

Espantoso é que, para além de algumas ferroadas em família, isto não seja motivo de escândalo, comentários, indignação e correspondente sentido de «oportunidade jornalística» por parte de editores de política nacional e comentadores encartados, tão rápidos noutras ocasiões a assestar baterias a alvos errados.

Tal é a natural cultura de «análise política» da gente que - com notórias excepções - nos informa e, se calhar, assim bem se governa.

Um realismo calculado

Por muito que isso nos atinja a sensibilidade e nos fira a inteligência, não é de estranhar nos nossos dias que estas coisas aconteçam e que as televisões, assim, no-las devolvam. É essa a forma de estar e de se preservar no Poder da classe dominante - a qual, para que a informação televisiva assim alimente a capa superficial dos jogos de alternância enquanto o essencial é mantido, é ao mesmo tempo capaz de perceber, após alguns momentos mais ou menos prolongados de nojo e despiste, que por exemplo é preciso aturar em paralelo, como elemento de distração e desvio, a programação rasca que os canais televisivos ao seu serviço passaram a impor-nos em verdadeira sintonia.

Alguém imaginará, por exemplo, que minimamente fazem estremecer de vergonha à Quinta da Marinha e aos amigos do ex-futuro candidato a Belém as indigências que ocupam a maior parte do tempo o canal de Camaxide?

Alguém poderá supor que à Igreja se lhe encurtaram as costas por ter de engolir, como se de uma pequena penitência se tratasse, a terrena e confrangedora pobreza de qualidade de que o seu canal nunca conseguiu libertar-se, desde a sua génese?

Alguém pensará que há estremeções no Governo (na sua Presidência, no seu Ministério da Educação, na sua Secretaria de Estado da Cultura) perante o ridículo macaquear de «canal comercial», desde o início da actividade concorrencial convictamente perseguido pelo serviço público de televisão? Não são, entre outros traços nefastos, a anticultura e a piroseira, mesmas, as formas de estar no Poder dos homens que nos têm desgovernado, em absolutismo maioritário, nestes últimos longos anos?

Espelho meu, espelho meu...

Fenómeno paradigmático é, entretanto, o que vem ocorrendo numa nova vaga de «produtos televisivos» que, dando-se ares de maior ligei-

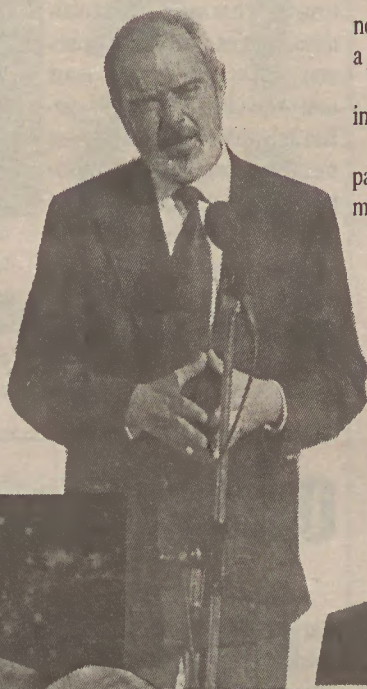
reza, *charme* e sofisticação do que as mais que vistas e dessintonizadas revistas da especialidade - agora, porventura, já cheirando demasiado a «novo-rico» e a «pato bravo» - deram os primeiros passos na SIC, já foram imitados pelo Canal 1 e certamente não tardam a chegar à TVI.

Para já, temos «O Senhor que se Segue» e o seu irmão-gémeo «Frou-Frou» e é sumamente interessante de observar, como fenómeno relativamente novo, pelo menos nesta forma tão assumida, o irremediável desejo que leva personalidades (ainda não suficientemente públicas, pelos vistos) a mostrar a cara e a intimidade, claramente pelando-se por aparecer nas televisões, em jogos de privacidade e sedução para classe média fruir e em silêncio invejar.

Que as tolices por vezes invadam o ambiente ou que o superficial seja a tónica mais frequente - que este tipo de bate-papo seja comercializável e comercializado - são hoje, correntemente, coisa de somenos importância! As motivações objectivas e subjectivas dos membros e candidatos do *jet set* são muitas e variadas: para a generalidade, bom é estar nas bocas do Mundo, para a maioria, óptimo é ser badalado, para alguns outros, providencial (mas também cruel e dramático) é ter desesperadamente de se aproveitar isto para sair da prematura e incómoda penumbra a que esta prolongada conjuntura conduziu quem da espinha direita já só tem vaga memória.

Além do mais e voltando ao mesmo, não são afinal os artificios destas mundanices uma outra maneira de entreter as pessoas - estas pessoas da média e da alta - precisamente como se entretêm, com a mesma preguiçosa matriz mas outra bem mais sinistra forma de explorar sensibilidades ou sentimentos, o «bom povo português»? Não é verdade que «Frou-Frou» ou «O Senhor que se Segue» estão para a «Hola!» e para a «Olá!», como o «Perdoa-me», o «Amigos para Sempre» ou o «Ponto de Encontro» estão para a «Maria», para a «Gente» ou para a «Crónica Feminina»?

E que dizer dos programas com e para a tão acarinhada juventude? Se a criatividade esmagadoramente juvenil de «Pátio da Fama» foi um incómodo pau metido nesta engrenagem de abandalhamento, o que resta está fixe, meu, e nos conformes! É só escolher: desde os secundários e universitários de «Muita Lôco» e «Doutores e Engenheiros», até aos indiferenciados de «Diz-me com quem andas», há ainda saídas para recompensar-se os jovens casais em «Quem Casa Quer Casa». Não é tudo tão variado, diferente e original?



Entretanto...

Entretanto, vou consultando notas que tomei em pequenos papéis amarelos que por hábito colo no computador ou na cortiça à minha frente.

Notas e interrogações, tão secas e díspares como estas: por que raio é que o Telejornal do Canal 1, agora leva quase 50 minutos de duração, multiplicando artificialmente na primeira parte (sem qualquer esforço de explicação ou investigação sociológica) notícias do género: «filho mata pai à saxolada», «padrao atira bebé pela janela», «jovens amantes suicidam-se com veneno». Por que será que, com a maior das leviandades e porventura as mais terríveis consequências, ainda o mesmo canal deixa ir para o ar expressões de populares que, a propósito dos crimes mais odiosos, desabafam coisas do género «Se fosse eu, matava-os todos!»? Será, orgulhoso, porque pensa que estes «critérios jornalísticos» lhe deram o primeiro lugar nas sondagens das audiências ou tratar-se-á de, assim, mais vingativa concorrência fazer à telenovela da SIC? Por que razão os serviços noticiosos agora escolhem para anteceder o genérico notícias como «a história de um morto-vivo, daqui a pouco, no Telejornal»? E qual é o espanto de Miguel Sousa Tavares ao vir agora, entre, dentes, queixar-se da hora de transmissão do «Terça à Noite», quando ainda não há muito tempo vinha a terreno nos jornais em defesa da programação de Emídio Rangel? E, já agora, que insondáveis «critérios de programação» presidirão à transmissão, às 2.30 da manhã, do «Internacional SIC» ou podem justificar, em «Lotação Esgotada», a passagem de «A Filha de Ryan», às 3.00!? E quantas vezes já viu o espectador Marco Paulo a entrevistar Herman José, que por sua vez já convidou Marco Paulo para o «Parabéns», quando não passaram já ambos por «Com Peso e Medida», ao mesmo tempo que Nicolau Breyner também já esteve em «Eu Tenho Dois Amores», sem contar com a presença em «Nico d'Obra», de que também é tão feliz autor? E são capazes de me jurar em que canal é que funcionam, hoje, neste interminável circuito vicioso, a Alexandra Lencastre ou o Luís Goucha ou o Pacheco Pereira ou o Júlio Isidro ou o Cáceres Monteiro ou o Carlos Cunha ou a Teresa Guilherme ou o Nuno Rogeiro ou a Ana Bola ou a Marina Mota ou o...? E que levou a repórter a tratar o seropositivo José Ferreira por «tu», três semanas antes de, nas legendas do filme de anteontem, James Cagney exclamar: «Então, essa sopa?» - e, na imagem, o que ele queria afinal era que lhe passassem o sabão? E quantas sondagens veremos para a semana tendo como tema central o que, pelos vistos, tanto preocupa os portugueses: «Quem sucederá a Cavaco? Durão? Nogueira? Lopes?»

Entretanto... Entretanto, ontem, José Alberto Carvalho dizia-nos, no «Jornal da Noite», que na quarta-feira chegam os tubarões! E nós a julgar que eles já cá estavam...

Porque é que tão poucos incomodam tantos?

Não sabem? Eu dou-vos um palpite: deve ser a isto que chamam a «Aldeia Global»!...



de FOICE

A cova

"Já Bocage não sou..."

Por qualquer razão, nos últimos dias, os versos do poeta maldito começaram a assaltar-me amiúde. Que tenha dado conta, ninguém reeditou por aí a polémica quanto ao verdadeiro sentido do poema, nem as novas gerações de estudantes andam a matar a cabeça com o problema.

Se estão lembrados, ainda está por apurar se, como afirmam uns, os ditos versos assinalam mesmo a contrição de Bocage, convertido enfim aos ensinamentos da Igreja, ou se, como garantem outros, não passam de uma cedência, contraditória de resto, de quem no fim da vida dependia das traduções que a Igreja lhe dava para garantir magro sustento próprio e de uma irmã muito querida. Foi à pala da defesa da segunda hipótese, de resto, que, já lá vão uns anos, abichei uma nota gorda a um somítico professor de Português, como eu mais amante de poesia que de padres, mas isso são outros contos.

Como não me sentia com os pés para a cova, não fazia traduções à Igreja, nem andava em crise de exame de consciência, o matraquear dos ditos versos estava a deixar-me preocupada. Ligava a televisão, no sacrifício diário dos telejornais, e ainda Fernando Nogueira ia a meio do discurso e zás, lá acordava aquela vozinha off que me habita os neurónios a declamar em voz de tenor: "Já Bocage não sou."

Acendia o rádio, na esperança de uma música reparadora dos maus tratos dos ruídos do dia, saía-me na má sorte Durão Barroso a falar das bolsas de miséria e nem tinha tempo de me espantar, catrapás, ei-la que se fazia ouvir, a voz, cheia de efeitos especiais: "Já Bocage não sou."

Até com os jornais o fenómeno se repetia. Estava um dia destes melhorando a minha cultura lendo as inovadoras propostas de Santana Lopes, quando o caso ocorreu de novo: "Já Bocage não sou." Consultados familiares e amigos, experimentámos a terapia de grupo, mas sem resultado. A leitura colectiva e em voz alta do poema foi um sucesso, mas depois a sessão degenerou numa discussão monstra sobre a arte, daquelas em que todos têm razão e ninguém se entende, pelo que fiquei ainda mais deprimida.

Fiquei, confesso, impossível de aturar. Cheguei mesmo a admitir que alguma força estranha se me tinha aproveitado do sono para uma lavagem ao cérebro, assim à laia da famosa experiência relatada no filme 'Laranja Mecânica' para, com os versos de Bocage, me limitar a verve.

Desesperadas, as crianças fizeram a única coisa que lhes veio à cabeça: chamaram a tia Ana para uma benzedura. Impávida, a velha ouviu o relato das ocorrências, dispensou a vela e o azeite e diagnosticou o mal. O seu problema, disse, não é o Bocage, é a política. Deixe de encalhar no primeiro verso que a coisa resolve-se.

E não é que tinha razão?

"Já Bocage não sou. À cova escura meu estro vai parar desfeito em fumo..."

Agora, quando ouço as notícias, rio-me. Eles bem se podem disfarçar, deixar de ser o que foram, ser oposição de si próprios. O resultado acabará por ser sempre a cova escura.

■ AF

O PCP e as presidenciais

Correspondendo a solicitações de órgãos de comunicação social, o Gabinete de Imprensa do PCP emitiu na terça-feira um comentário à apresentação, nesse dia, por Jorge Sampaio da sua candidatura à Presidência da República onde se afirma que «de acordo com a evolução e clarificação de outros aspectos essenciais da situação política, o PCP definirá oportunamente a sua orientação e formas de intervenção nas eleições presidenciais tendo em conta o inte-

resse geral da democracia portuguesa e a legítima e necessária afirmação do papel e responsabilidades do PCP na vida nacional».

A nota adianta que «antes dessas decisões, o PCP não tem compromissos com nenhum candidato, não apoia nenhum candidato e não recomenda o apoio a qualquer candidato».

«Embora Jorge Sampaio apresente a sua intenção de se candidatar no quadro de uma iniciativa e de uma decisão pessoal e não de uma designa-

ção partidária, é de registar que o secretário-geral do PS, nos comentários de apoio a esta candidatura, sempre acenue sobretudo que aquele candidato às presidenciais constitui um "bom trunfo para o PS" nas eleições legislativas», salienta-se.

Por fim, a concluir, a nota diz que «realizando-se as eleições presidenciais só daqui a 11 meses, o PCP concede compreensível prioridade ao objectivo de reforçar a votação na CDU e derrotar a direita nas eleições



legislativas, tanto mais que existe a séria possibilidade da sua antecipação».

Desenvolvimento, ecologia e antinuclear mobilizam jovens de todo o mundo

Posta à discussão entre as organizações participantes na Conferência Internacional «Participação Juvenil para a Paz e Desenvolvimento», que decorre paralelamente com a Assembleia da Federação Mundial da Juventude Democrática (ver página 12), está uma proposta de apelo dirigido, entre outras, às organizações juvenis e estudantis onde se defende a sua união em torno de acções e programas específicos que «contribuam para uma Paz global, o desenvolvimento sustentado e a justiça social e económica» e «contribuam para a realização das aspirações e direitos juvenis em todo o mundo».

Depois de fazer um levantamento de alguns dos principais problemas que afectam os jovens de todo o mundo, este documento diz que as organizações signatárias «condenam fortemente a estrangulação económica, política e social dos países mais fracos pelas nações mais desenvolvidas do mundo», apelam às Nações Unidas e aos seus membros «para elevar e respeitar os direitos humanos básicos de todos os povos»; solicitam aos países, partidos e forças em guerra «para resolver as suas disputas através de meios políticos e pacíficos» e a todos os governos «(sem excepção) para

destruírem os seus arsenais nucleares e disporem dos seus resíduos nucleares de forma responsável».

Juventude quer participar nas decisões

Outros apelos sucedem-se neste documento, nomeadamente: aos governos para implementarem passos concretos para proteger o ambiente e os seus recursos naturais e às Nações Unidas, estados-membros e outras agências para assegurar o activo

envolvimento e participação da juventude em matérias que a afectem.

Se este documento for aprovado, as organizações participantes na Conferência apelam às organizações juvenis e estudantis para debater e adoptar um «Programa Mundial Juvenil de Acção para o ano 2000 e posteriores», «cujo documento central deveria ser a elaboração de

uma Carta dos Direitos Juvenis» e comprometem-se a participar na Reunião Consultiva Juvenil que precederá a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Social em Março de 95 promovida pelas Nações Unidas bem como numa campanha pela renegociação do Tratado de Não Proliferação Nuclear com vista a assegurar a imediata eliminação dos arsenais nucleares.

Sorefame em luta



Trabalhadores da Sorefame em luta contra o despedimento colectivo. O alerta para a opinião pública teve como forma de protesto, ontem, um corte simbólico da linha ferroviária na Estação da Amadora

O livro e a leitura

«Lutamos pela leitura porque queremos formar cidadãos», esta afirmação da Prof. Maria Fernanda Abreu bem pode sintetizar o debate realizado na tarde de segunda-feira passada, na Casa Amarela da Assembleia da República, sobre o tema «O livro e a leitura, problemas e perspectivas».

Foi uma iniciativa do «Debate com o país para uma nova política» promovida pela Comissão para a Cultura Literária e Artística junto do CC do PCP.

O tema foi introduzido por um painel constituído por Maria Fernanda Abreu, professora universitária, Henrique Barreto Nunes, bibliotecário, José Manuel Mendes, escritor, Zeferino Coelho, editor, e Carlos Brito, da Comissão Política do PCP. Seguiu-se um debate animado e muito participado.

Resumidamente, as preocupações dominantes incidiram: no índice baixíssimo da leitura e do comércio do livro no nosso país; nas responsabilidades dos sucessivos governos, incluindo na destruição das estruturas da cultura criadas logo a seguir ao 25 de Abril; na deterioração das condições materiais de vida do nosso povo, que constitui a principal barreira à alteração radical da situação. Foram apontadas as potencialidades da rede das bibliotecas públicas que exige, no entanto, muito maior apoio do Orçamento do Estado e o efectivo cumprimento da lei das finanças locais para que as autarquias possam desempenhar cabalmente o seu papel.

Adiantaram-se muitas sugestões de medidas que podem contribuir para melhorar a situação no domínio fiscal e do preço e sobre o papel que os grandes meios de comunicação deverão ter na promoção do livro e da leitura.

Foi salientada a indispensabilidade da definição de uma política do livro e a importância da contribuição que o PCP poderá dar nesse sentido.

CPPC solidário com o MPLA

O Conselho Português para a Paz e Cooperação apelou publicamente à solidariedade de todos os democratas portugueses para com as «profundas aspirações do povo angolano à liberdade, progresso social e paz, no respeito da unidade e integridade territorial, da plena soberania e independência, sem quaisquer ingerências exteriores».

Em comunicado emitido a propósito da evocação de 4 de Fevereiro de 1961, data do primeiro levantamento insurreccional dos patriotas angolanos, o Conselho apela ainda à continuidade da bem sucedida campanha de solidariedade material e humanitária lançada em 1993 - em benefício de todas as populações angolanas vítimas da guerra -, convidando, na conjuntura presente, a um urgente reforço da campanha e dos donativos.

Com o intuito de chamar a atenção para a «verdade histórica do 4 de Fevereiro», o Conselho Português para a Paz e Cooperação recorda que as motivações que levaram, há 34 anos, em Luanda, dezenas de jovens trabalhadores e patriotas angolanos, enquadrados por militantes do MPLA, a levarem a cabo acções contra as cadeias e outros pontos da cidade, teve sobretudo em vista libertar os presos políticos mantidos pela PIDE.

Com estes ataques, que acabaram por não concretizar os seus objectivos, dada a desproporção de forças, como assinala o texto, o MPLA dava início «à longa e justa luta de libertação do colonialismo português», emergindo então como «movimento de libertação autenticamente nacional».

«É fundamentalmente isso - a conquista e a defesa da independência e soberania de Angola - que nunca «perdoaram» ao MPLA e ao Governo angolano, e continuam hoje a não aceitar, na prática, determinados círculos políticos (e jornalísticos) tanto em Portugal como nos EUA e em algumas potências ocidentais», conclui o comunicado do Conselho para a Paz e Cooperação.